



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Cante Alentejano: Entre o quotidiano e a
patrimonialização de uma prática cultural.**

(O Caso de Santo Aleixo da Restauração)

Daniel José Nunes Rodrigues

Orientação: Prof.^a Dr.^a Ema Pires

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: *Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável*

Dissertação

Évora, 2016



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**Cante Alentejano: Entre o quotidiano e a
patrimonialização de uma prática cultural.**

(O Caso de Santo Aleixo da Restauração)

Daniel José Nunes Rodrigues

Orientação: Prof.^a Dr.^a Ema Pires

Mestrado em Sociologia

Área de especialização: *Recursos Humanos e Desenvolvimento Sustentável*

Dissertação

Évora, 2016

Resumo:

A presente dissertação pretende contribuir para a compreensão dos processos de patrimonialização. Especificamente, exploram-se contextos quotidianos associados à prática do Cante Alentejano, delineando as suas reconfigurações e manifestações contemporâneas. A pesquisa é ancorada metodologicamente em investigação etnográfica na localidade de Santo Aleixo da Restauração (Moura). Neste contexto empírico, caracterizam-se os espaços sociais onde é desenvolvido o quotidiano do Cante Alentejano, de forma a perceber o dualismo entre a sua prática quotidiana e aquilo que é a sua patrimonialização, tal como é percebida pelos atores sociais locais.

Palavras-chave: Cante Alentejano; Património; Patrimonialização; Quotidiano; Cultura;

Cante Alentejano: From Daily-life to the Heritagization of a Cultural Practice

Abstract

This dissertation aims to contribute to the understanding of processes of heritagization. Specifically, we explore contexts of daily practice of Cante Alentejano and identify the current manifestations and reconfigurations of this practice. Methodologically, research is based in an ethnography conducted in the locality of Santo Aleixo da Restauração (Moura). In this empirical context, we analyse daily social spaces where Cante Alentejano has been developed, with the purpose of understanding the dualism between this daily practice and the process of patrimonialization, as it is perceived by local social actors.

Palavras-chave: Cante Alentejano; Heritage; Heritagization; Daily-life; Culture;

Agradecimentos

À minha família pelo apoio e incentivo prestado ao longo do mestrado.

À Professora Dr.^a Ema Pires, pela amizade, acompanhamento e orientação inspiradora.

Ao mecenas do FASUE que financiou as propinas deste último ano lectivo do mestrado.

Ao Joaquim Martins e à Helena Paris pela ajuda prestada com a oferta do computador que escreveu esta dissertação.

À Dr.^a Marisa Pica, ao Dr. Luís Barradas e à Dr.^a Elsa, pelo apoio prestado nas deslocações para Santo Aleixo da Restauração.

A todos os Santoaleixenses que colaboraram diretamente comigo nesta investigação, pelo acolhimento caloroso e tempo dispensado.

À Delta Cafés, pelo apoio financeiro cedido para a organização do Concerto de Homenagem a Francisco Candeias.

À Câmara Municipal de Moura e restantes patrocinadores por todo o apoio logístico prestado ao Concerto de Homenagem a Francisco Candeias.

Aos grupos corais e aos músicos, Marisa Caraça, Ana Margarida Prazeres, António José Correia e Inês Gonçalves, pela participação e ajuda no Concerto de Homenagem a Francisco Candeias.

E a todos os docentes do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora, pelo seu contributo precioso para a minha formação.

Dedico esta dissertação à minha avó Palmira

O Passado é um País Distante (Sérgio Godinho ©)

O passado é um país distante
Que distante é a sombra da voz
O passado é a verdade contada
Por outro de nós

Estranho som
O da memória a recordar
Ao longe reconheço a casa
E a língua familiar
Estranho, o som da língua
Na frase familiar
O mar
Galgou numa outra língua, o mar
Nunca será demais lembrar
É um outro olhar para outro olhar

Índice

Introdução	5
Enquadramento Teórico	6
Metodologia	13
1.Mundos sociais no sul de Portugal	14
1.2. Proteccionismos Cerealíferos	16
1.3. Outras Regulações.....	18
1.4. As práticas culturais de lazer também seriam reguladas pelo novo regime ditatorial.	24
2.Memória Social do Trabalho.....	25
2.1. Santo Aleixo da Restauração e a Terra	26
2.2. Trabalho agrícola e a sua sazonalidade	44
3. Memória Social da Prática Espontânea do Cante.....	59
4.Reforma Agrária e os usos contemporâneos do Espaço Rural.....	79
4.1. Reforma Agrária em Santo Aleixo da Restauração.....	84
5.Prática do Cante na Contemporaneidade.....	96
5.1. Prática Formal e os Seus Actores	96
5.2. Prática Formal Feminina do Cante	105
5.3. Conceito de Espectáculo na prática formal do Cante	112
5.4. Liderança e Funções do Mestre de Cante.....	117
6.Prática Espontânea do Cante na Contemporaneidade	119
7.Condicionalismos à prática do cante na contemporaneidade	122
Conclusões	127
Bibliografia	133
Anexos	133

Introdução

A presente dissertação tem enquadramento disciplinar nos estudos da sociologia do património cultural e procura abordar, de forma exploratória, a problemática anexa à construção social do património, enquanto objecto simbólico de representação da cultura.

Na contemporaneidade as construções do património resultam do fascínio das sociedades pós-modernas pelo passado. Este é interpretado como símbolo de autenticidade, que deve servir de base orientadora para os processos de patrimonialização, numa procura pelo reforço e construção de uma identidade colectiva. Quando falamos em processos de patrimonialização, falamos nos processos sociais de seleção, reconhecimento e atribuição de valor a determinados elementos culturais, que se pretendem converter a património cultural (Pérez, 2003).

Toda a patrimonialização pressupõe uma manipulação/fabricação social do que é considerado património, dependendo a seleção dos elementos culturais, do contexto e da ação legitimadora dos atores envolvidos no processo. Desde o final da primeira metade do Séc. XX que o cante alentejano tem vindo a ser alvo de processos de classificação e proteção, numa procura pela preservação, cristalização e salvaguarda desta prática cultural¹.

Neste sentido, falar em Cante Alentejano remete-nos para uma atividade desenvolvida em grupo, onde os cantadores, de forma espontânea ou formal, executam em vários contextos sócio espaciais um “canto polifónico formado por um repertório de versos com rima, conhecido como modas e que é desempenhado sem acompanhamento instrumental [...]”(Castelo-Branco,1992, p.551), por grupos masculinos, femininos ou mistos.

Nesta dissertação pretendemos compreender exploratoriamente os significados culturais atribuídos ao cante alentejano, de forma a percebermos a dualidade existente entre o que é a prática quotidiana e o que é a sua patrimonialização. Este trabalho situa-se

¹ O cante alentejano foi inscrito, a 27 de Novembro de 2014, na lista da Unesco para o Património Cultural e Imaterial da Humanidade.

empiricamente na análise das dinâmicas quotidianas dos contextos socioculturais da aldeia de Santo Aleixo da Restauração (Moura), território sobre o qual os diversos grupos de cante, associações e instituições da administração local vão estruturando e reestruturando o quotidiano desta prática.

Neste sentido, esta investigação partiu dos seguintes objectivos:

- 1- Etnografar o quotidiano ligado à prática do cante alentejano em Santo Aleixo da Restauração;
- 2- Identificar e caracterizar os principais atores envolvidos na produção e reprodução desta prática cultural em Santo Aleixo da Restauração;
- 3- Identificar as estratégias de salvaguarda adoptadas pelos grupos de Cante de Santo Aleixo da Restauração.

Enquadramento Teórico

A presente pesquisa pretende contribuir para a compreensão da patrimonialização, através do recurso a uma análise cultural que nos permitirá reconstituir e interpretar os processos de construção social do património, sob o enquadramento disciplinar da sociologia do património cultural. Desta forma, pretende-se ao longo desta dissertação explorar as reconfigurações e manifestações contemporâneas do cante alentejano, utilizando para isso uma análise do quotidiano, enquanto “tecido de maneiras de ser e de estar [...]” (Pais, 2007, p.72), e como “[...]revelador, por excelência, de determinados processos do funcionamento e da transformação da sociedade e dos conflitos que a atravessam” (Pais, 2007, p.76).

Com o advento da modernidade os espaços rurais foram alvo de alterações socioeconómicas que contribuíram para a sua desvalorização física e simbólica. Incapazes de fazer frente aos fluxos agregadores dos novos centros urbanos e peri-urbanos, os espaços rurais passam a ocupar uma posição marginal face ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial, ao mesmo tempo que os seus modos de vida tradicionais (assentes essencialmente na exploração do sector primário) são alvo de um processo de terciarização (Mendes, 2009; Peixoto, 2002).

As alterações causadas pela vida moderna nos espaços rurais, resultam numa progressiva perda funcional, com impacto ao nível dos processos migratórios, que consigo trazem o despovoamento e o duplo envelhecimento populacional. Na

contemporaneidade as sociedades pós-modernas olham para os espaços rurais, enquanto espaços agregadores de autenticidade, criando um imaginário constituído pelo retorno às origens, às tradições e aos modos de vida pré-modernos.

Numa resposta a esta procura pelo autêntico, os espaços rurais recorrem à criação de um mundo rural não agrícola, onde a ruralidade passada é reinventada, através de processos de ativação e conservação do património cultural (Mendes, 2009; Peixoto, 2002). O património na sua acepção primordial é definido como herança do passado, em referência aos recursos que se herdaram num contexto privado e particular, de ligação mais restrita, familiar e individual. O património assume-se enquanto legado, definindo todos os recursos herdados, que tanto podem ser perdidos, transformados ou acumulados pelas sucessivas gerações (Pérez, 2009).

O conceito de património difere do conceito de património cultural no seu sentido de aplicação. Enquanto o património se reveste de um sentido mais restrito, ligado ao contexto familiar ou particular, o património cultural apresenta-se como atributo colectivo, numa orientação mais pública e comunitária, que visa contribuir para a construção de uma identidade colectiva (Pérez, 2009). Segundo Eduardo Esperança (1997) só faz sentido falar em património quando “se refere a uma área patrimonial específica”, o que nos leva a questionar de que se fala quando se fala em património cultural.

O património cultural é um “conjunto de bens, materiais e imateriais, que são considerados de interesse colectivo, suficientemente relevantes para a perpetuação no tempo” (Rodrigues, 2012, p.4). Contudo, para que um objecto seja considerado património, este deve ser identificado e reconhecido como um conjunto de manifestações humanas características de uma cultura, que é detentora de algo distinto e excepcional. Este processo de reconhecimento requer legitimação política e social do que é património, havendo para isso um conjunto de atores e instituições nacionais e internacionais, que ao determinarem que um objecto é património e outro não, são responsáveis pela construção da sua representação e valorização social (Rodrigues, 2012).

É neste sentido que o património cultural é visto como uma construção social (Prats, 1997), pois segundo Eduardo Esperança (1999, p.67) na contemporaneidade assistimos à construção de “formas de representação” do que pode ou não fazer parte do

património cultural, cuja variação depende dos seus contextos sociais e políticos de produção. Para Eduardo Esperança (1999, p.99) o “objecto simbólico é um objecto mediador de reconhecimento”, ou seja, para que este seja alvo de um interesse colectivo, necessita sempre de uma classificação e promoção.

Esta reflexão leva-nos a questionar o que distingue o conceito de património cultural do conceito de cultura? Por cultura entendemos “um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem o seu conhecimento e as suas atividades em relação à vida” (Geertz cit. por Silva, 1994, p.22).

O que distingue este conceito de cultura do conceito património cultural, encontra-se na forma como o património trabalha na representação da cultura, transformando para isso o valor dos seus elementos culturais (Pérez, 2009). Da cultura nem tudo é patrimonializado, cabendo ao património cultural apenas uma representação simbólica da cultura, que resulta de processos de seleção, negociação e delimitação dos significados, numa manipulação ideológica do que pode ser ou não património (Pérez, 2009). Assim sendo, o património “consiste numa categoria valorativa, que os sujeitos atribuem a determinados bens, que seleccionam em função dos símbolos que cada época elege como representativos dos seus lugares de memória” (Faria e Almeida, 2006, p.125-126).

Para Paulo Peixoto (2002, p.2) “o património corresponde a uma segunda vida das coisas, que adquirem novos sentidos e funcionalidades”. Assim, recorre-se ao passado, enquanto metáfora de um “país estrangeiro” (Lowenthal, 1998), ao qual acedemos pela memória social, para ativar processos de construção de sentido, num esforço que tem como fim único o fortalecimento das identidades colectivas. O património afirma-se enquanto elemento fundamental da construção da identidade social/cultural, ao mesmo tempo que representa a própria materialização da identidade de um grupo ou sociedade, enquanto representação simbólica da cultura (Rodrigues, 2012). A identidade é construída através de um apego simbólico ao passado, podendo-se afirmar que as sociedades resultam “de processos (mitológicos e históricos) de contextualização e de (des/re)contextualização das identidades culturais, ao longo do tempo” (Santos, 1994 cit. por Rodrigues, 2002).

O processo de construção de identidades revela um carácter mutável, pois de acordo com Vieira (2009, p.9) “vivemos em mais de um lugar. [...]Estamos em trânsito. Estamos sendo”. O recurso ao gerúndio, reflete como o processo de construção de identidades se caracteriza por uma constante reinvenção, resultante de processos de contextualização e de (des/re)contextualização.

Pierre Bourdieu, também numa referência aos processos de construção de identidades sociais, define o papel desempenhado pelo conceito de *habitus* enquanto “conjunto de esquemas pré-reflexivos (disposições) de percepção, apreciação e antecipação que foram produzidos no agente social. Estes esquemas são o resultado de um trabalho de inculcação pela prática (ver fazer e fazer acompanhando os que sabem fazer) em que o agente social interioriza, de modo sistemático e coerente, as estruturas de relações de poder, a partir do lugar e da posição que nelas ocupa, e exterioriza em práticas as disposições (os esquemas pré-reflexivos estruturados) que antes interiorizou” (Caria, 2002, p.137).

Desta forma, o comportamento ou a prática dos agentes sociais corresponde à ativação de uma dada disposição num determinado contexto “conceptualizado como o produto da interação entre (relações de) forças internas e externas” (Lahire, 2004, p.37). Neste seguimento, a memória é social, porque é adquirida num determinado contexto estruturado, onde se desenvolve quer através da interação, quer através de práticas, experiências e códigos simbólicos partilhados (Sobral, 1995). A memória social constitui a base da estrutura de identidades, uma vez que reforça o sentimento de pertença identitária, garantindo não apenas a união e continuidade histórica dos grupos, com também a reprodução e preservação do seu património cultural.

Para o sociólogo Paulo Peixoto, identidade e património são duas realidades antagónicas, onde o património opera enquanto processo de classificação e proteção, numa lógica preservacionista, que visa cristalizar tudo o que está em risco de desaparecimento. Para Peixoto (2006, p.66) “o momento de atribuição de um estatuto patrimonial corresponde ao reconhecimento da morte de uma identidade”, uma vez que na contemporaneidade o património se refere essencialmente a “bens comuns que deixaram de estar integrados nas práticas quotidianas [...]” (Peixoto, 2002, p.7). É neste sentido que se fala na procura da “beleza do morto” (De Certeau, 1990) dado que a atribuição de estatuto patrimonial a manifestações da cultura, só ocorre quando as

comunidades locais perdem a capacidade para manter a continuidade das práticas, ficando estas à mercê de uma regeneração identitária que as reintroduza no quotidiano das comunidades.

É através dos processos de patrimonialização que são atribuídos novos valores, sentidos, usos e significados a objetos, modos de vida, saberes e conhecimentos sociais (Pérez, 2003; 2009). A patrimonialização implica a existência de um processo social de seleção e de atribuição de valores, onde os especialistas, enquanto criadores de uma legitimidade patrimonial seletiva, “certificam o valor dos elementos culturais dignos de serem patrimonializados” (Pérez, 2003 p.5). Os processos de patrimonialização podem seguir uma ou conjugar várias das seguintes abordagens teórico-metodológicas do património:

a) Tradicionalista ou folclorista: O termo folclore foi inicialmente utilizado para designar “o estudo de costumes, cerimónias e práticas culturais transmitidos geracionalmente através da tradição oral” (Sousa, 2015,p.29). Com o advento da modernidade, este conceito ganha um cariz pejorativo por intermédio da transformação do património vivo num instrumento político de aculturação e instrumentalização nacionalista (Sousa, 2015). Este processo de folclorização é definido por Salwa Castelo-Branco e Jorge Freitas Branco como “o processo de construção e de institucionalização de práticas performativas, tidas por tradicionais, constituídas por fragmentos retirados da cultura popular, em regra, rural” (2003, p.1).

Segundo Pérez (2003, p.4) na abordagem folclorista o património cultural é “reduzido a um conjunto de bens materiais e imateriais que representam a cultura popular pré-industrial. A sua visão é historicista, pois consideram o património cultural como objecto e relicário do passado, mas também é conservacionista, pois pensa que o fim último do património cultural deve ser sempre a sua conservação, independentemente do seu uso atual”.

b) Construtivista: Esta abordagem considera o património cultural uma construção social (Prats, 1997), no sentido em que a patrimonialização ocorre quando “diversos atores sociais, em contextos específicos, movidos por diferentes interesses e apoiados por poderes e normas legais, fazerem valer o reconhecimento e a valorização de determinadas manifestações em detrimento de outras” (Sousa, 2015,

p.31). De acordo com esta perspectiva, o “património cultural é entendido como uma representação simbólica das identidades e um mecanismo de reprodução simbólica das mesmas” (Pérez, 2009, p.143).

- c) Patrimonialista: Na abordagem patrimonialista as “expressões culturais são entendidas no presente a partir da interpretação do passado, da recuperação de memórias e práticas” (Sousa, 2015, p.20). Nesta abordagem é dada primazia à representação de manifestações culturais que já não figuram no quotidiano, sendo estas apenas recuperadas e cristalizadas para exemplificar atividades culturais singulares e ilustrativas de determinados modos de vida tradicionais (Pérez,2009; Sousa, 2015).
- d) Produtivista: Nesta abordagem, o património cultural assume a função de mercadoria, funcionando como um produto de compensação económica que se transforma em capital quando cobre as necessidades do consumo, do mercado e do turismo (Sousa, 2015). Esta abordagem encara a patrimonialização como uma produção cultural para os outros, cujos critérios de seleção patrimonial são os de espetáculo, consumo e atratividade turística (Pérez, 2009).
- e) Participacionista: A abordagem participacionista corresponde à perspectiva defendida pela Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada a 17 de Outubro de 2003 pela Unesco. Nesta convenção foi definido o conceito de PCI como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhe estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana” (Cabral cit. Mareco, 2014, p.9). Neste conceito o PCI abarca simultaneamente uma dimensão dinâmica do passado (enaltecendo a importância da preservação do valor histórico e da salvaguarda da sua transmissão geracional,) e uma dimensão contemporânea, onde atribui primazia

à patrimonialização de manifestações culturais vivas, que são praticadas quotidianamente.

A abordagem participacionista promove uma metodologia de intervenção comunitária, democrática e participativa, onde os procedimentos de legitimidade e atribuição de valor patrimonial, dependem da participação das comunidades. É da comunidade que deve resultar a intenção de apresentação da candidatura, do património a ser incluído nas listas da Unesco. A comunidade deve participar ativamente no trabalho de reconhecimento e inventariação da candidatura, devendo todo este processo constituir um espaço aberto à participação (Mareco, 2014). Portugal foi o 95º país a assinar a Convenção², passando a assumir as responsabilidades de sensibilização, disponibilização de apoio técnico e educativo à comunidade e concepção de medidas públicas de salvaguarda. Com a Lei 139/2009, Portugal duplica para a sua legislação todas as incumbências da convenção, constituindo a Comissão para o Património Cultural Imaterial, que assume funções de acompanhamento e decisão nos pedidos de inventariação, exigidos pela Unesco para a inscrição do PCI (Mareco, 2014).

Apesar das recomendações da Unesco para o envolvimento participativo da comunidade nos processos de patrimonialização, a portaria nº 196/2010 não enquadra a participação dos detentores do património, o que implica que as comunidades só podem incluir o seu PCI em inventário nacional, através de um investigador habilitado (Cabral cit. por Mareco, 2014). Esta opção portuguesa justifica o facto das candidaturas do Fado e do Cante Alentejano terem sido apresentadas por instituições de administração pública local, ao invés de serem apresentadas por associações de praticantes, numa clara demarcação dos poderes, que separa quem fabrica socialmente um determinado património cultural, de quem o pratica e mantém vivo quotidianamente.

Partindo deste enquadramento teórico, a presente investigação pretende compreender, de forma exploratória, os significados culturais atribuídos ao cante alentejano, para que nos seja possível perceber a dualidade que existe entre o que é a prática quotidiana e o que é a sua patrimonialização. Neste sentido, vamos ao encontro das dinâmicas quotidianas dos contextos socioculturais da aldeia de Santo Aleixo da Restauração (Moura),

² A 26 de Março de 2008 (Mareco, 2014)

território sobre o qual os diversos grupos de cante, associações e instituições da administração local vão estruturando e reestruturando o quotidiano da prática cultural.

Metodologia

Metodologicamente esta pesquisa encontra-se ancorada em: Pesquisa bibliográfico-documental; Inquérito por Entrevista (exploratória e semi-diretiva); E pesquisa etnográfica multi-situada. A análise de dados deu prevalência à Análise de Conteúdo. O universo em foco neste estudo inclui o conjunto da população residente na localidade de Santo Aleixo da Restauração.

Realizou-se pesquisa etnográfica e bibliográfico-documental. O período de observação participante em SAR decorreu ao longo de cinco meses (em três períodos, cronologicamente decorrentes entre Dezembro de 2014 e 1 de Maio de 2015).

A entrevista semi-diretiva foi um segundo instrumento metodológico de recolha de dados. Começamos por uma amostra em bola-de-neve para construir uma rede gradual de informantes-chave. Depois foram aplicadas cinco entrevistas a cinco informantes chave escolhidos intensionalmente.

Fez-se ainda investigação bibliográfico-documental, na qual se inclui também pesquisa estatística para caracterização da população e sua evolução sociodemográfica (foram recolhidos dados do INE para o período temporal entre 1930 e 2011).

Nesta pesquisa, fez-se também pesquisa em jornais locais, e pesquisa de imagens. A análise de imagens (fotografias), foram ferramentas de análise centrais para compreender o contexto. Corroboram-se aqui as palavras da investigadora Sarah Pink, para quem as imagens “may not be the main research method or topic, but through their relation to other sensory, material and discursive elements of the research images and visual knowledge will become of interest” (Pink 2001. p.5).

Depois de todos os dados terem sido recolhidos, fez-se uma análise qualitativa dos resultados obtidos durante o trabalho de campo (observação direta e participante), emergiram as dimensões etnográfica e interpretativa, com uso combinado de procedimentos de análise temática e categorial (Marshall e Rossman, 1999).

1. Mundos sociais no sul de Portugal

Ao longo do presente capítulo caracteriza-se, sumariamente, o contexto mais amplo de regulação do trabalho no Alentejo, para o período compreendido entre a década de 30 e a década de 70 do século XX.

Como refere Fernando Oliveira Baptista, nos campos do sul “[...] a terra era o elemento central na organização da produção e na estrutura da sociedade rural”(1994, p.907).

No Baixo Alentejo, os campos de cultivo encontravam-se submetidos a uma divisão da terra, cuja maior área territorial estava representada pela grande e média propriedade, em detrimento da pequena propriedade. Este antagonismo entre o latifúndio e o minifúndio, que resulta do posicionamento perante a posse da terra, ajuda-nos a compreender a estratificação, na qual se posicionam os distintos grupos sociais na sociedade rural. É neste sentido que Renato Miguel do Carmo afirma que na estratificação social do Alentejo “a posse de terra e o estatuto perante o trabalho manual eram, sem dúvida, os recursos mais distintivos, sendo principalmente a partir destes que se determinava o posicionamento social de cada indivíduo ou família perante a comunidade rural” (2007, p.812). Estas marcas de estratificação social no Alentejo encontradas pelo sociólogo Renato do Carmo atualizam dados de estudos anteriores, realizados acerca da região, por autores vários, dos quais se destaca José Cutileiro.

No decorrer da década de 60 do Séc. XX, José Cutileiro (2004) desenvolve um estudo sócio antropológico em Vila Velha (Monsaraz), onde analisa a estratificação social da sociedade rural alentejana, destacando o antagonismo existente entre ricos e pobres. Com base nesta posição antagónica, o autor conclui que a distribuição e posse da terra determinam a existência de quatro grupos sociais na sociedade rural alentejana: os latifundiários; os proprietários; os seareiros; e os trabalhadores assalariados. Estes grupos sociais gozam de diferentes estatutos perante o trabalho, que resultam da combinação entre as formas de exploração da terra e a relação de dependência do trabalho assalariado. Nesse sentido, por um lado temos os latifundiários (apelidados de lavradores) e os grandes e médios agricultores proprietários ou rendeiros (que também podiam ser apelidados de lavradores, dependendo da sua grandeza e reconhecimento). Entre estes dois grupos existiam diferenças, pois os latifundiários possuíam grandes

áreas de cultivo, que maioritariamente não exploravam diretamente, procurando o seu arrendamento parcial ou total (as pequenas parcelas eram entregues aos seareiros para a cultura do trigo). O proprietário do latifúndio não contactava diretamente com o trabalho e mesmo nas parcelas de terra em que assumia a sua exploração direta, delegava funções no feitor da herdade, ficando este responsável pela contratação de um grande volume de trabalhadores assalariados e pela organização das campanhas. Os proveitos dos latifundiários não provinham exclusivamente da exploração e arrendamento da terra, pois estes obtinham também outros rendimentos provenientes do arrendamento de património imobiliário, do exercício da sua profissão, da concessão de empréstimos e arrendamento de maquinaria agrícola (Cutileiro, 2004; Do Carmo, 2007). Por outro lado, os grandes ou médios agricultores eram proprietários ou rendeiros de grandes e médias explorações agrícolas, que detinham área inferior à dos latifundiários. Ao contrário destes, os grandes e médios agricultores geriam diretamente as suas propriedades e subsistiam apenas com os rendimentos provenientes das suas explorações agrícolas. Estes detinham também um menor número de maquinaria agrícola e empregavam para as suas explorações, familiares e trabalhadores assalariados.

Em situação de proximidade socioeconómica estavam os seareiros e os trabalhadores assalariados, apesar de aos primeiros lhes ser reconhecido um estatuto superior pela sua capacidade de empreender, por conta própria, uma parceria para o cultivo de cereais em terra alheia. De acordo com Renato Miguel do Carmo, o seareiro é “o agricultor que cultivava cereais em terra alheia sob o pagamento de um quarto ou um terço da produção cerealífera ao proprietário, segundo um contrato que poderia ir de um a três anos” (2007, p.815). Durante o período de parceria na exploração agrícola, o seareiro era responsável pelo desbravamento, preparação e fertilização da terra para o cultivo do trigo e outros cereais. Para a realização destas tarefas, o seareiro socorria-se de trabalho assalariado para o período de colheitas, e recorria ao trabalho familiar e à aquisição de juntas de bois, ou parelhas de muares para reduzir os custos de exploração. Como refere Renato Miguel do Carmo (2007) os seareiros viviam uma situação de pluriatividade, pois do ponto de vista da estratificação social estes podiam conciliar o papel de trabalhador seareiro por conta própria (que na época das colheitas podia ser

empregador), com o papel de trabalhador por conta de outrem, quando prestava serviços de trabalhador assalariado.

Os trabalhadores assalariados estavam na base da estratificação da sociedade rural alentejana. Estes constituíam maioritariamente a população ativa agrícola e a sua situação perante o trabalho alterava de acordo com a temporalidade do contrato. Os trabalhadores assalariados podiam ser recrutados como permanentes ou concertados (contrato anual nas herdades), à temporada ou sazonais (contrato com a duração da campanha agrícola), à semana ou ao dia (contrato destinado a pequenos trabalhos nas herdades). A sua subsistência dependia da oferta de trabalho e as suas possibilidades de ascensão social encontravam-se dentro da estrutura das herdades, para as quais podiam ser contratados como trabalhadores permanentes e ascender a guardas de herdade ou feitores. Empreender ser seareiro constituía outra via de ascensão social para os trabalhadores rurais, que procuravam investir os recursos financeiros do trabalho assalariado na compra de uma ou mais parelhas de muares (Cutileiro, 2004; Do Carmo, 2007).

Esta descrição dos grupos sociais permite-nos não apenas compreender a posição que estes ocupavam na atividade produtiva agrícola, como a influência que o sector exercia sobre a organização da sociedade rural alentejana. A posse da terra era o elemento primordial da atividade produtiva agrícola, em torno do qual se desenvolviam relações de poder, de dependência e submissão, que nos auxiliam na compreensão dos distintos rendimentos usufruídos pelos diferentes grupos sociais ligados à agricultura (Baptista, 1994; Do Carmo, 2007).

1.2. Protecionismos Cerealíferos

No baixo Alentejo predominava o latifúndio, assente maioritariamente na exploração arvense e numa gestão da terra com recurso a contratos de arrendamento e parceria. As famílias agrícolas viviam na dependência desse poder, pois a sua subsistência resultava do trabalho assalariado, ou dos contratos de parceria e de arrendamento. A aposta em culturas de sequeiro e a manutenção de uma agricultura rudimentar justificava não apenas o aparecimento dos seareiros, como também a dependência de grandes volumes de mão-de-obra assalariada.

As primeiras medidas efetivas de carácter protecionista do cultivo de cereais datam da Monarquia Constitucional Portuguesa (1820-1910). A primeira lei foi promulgada a 15 de Julho de 1889 (Pais et al., 1976) e tinha como objectivo travar a importação de trigo internacional, sendo apenas excepcionalmente permitido quando a produção nacional total estivesse vendida. Esta primeira lei não conseguiu alcançar os objectivos desejados, pois as importações não foram totalmente travadas e os conflitos entre a lavoura e as indústrias de moagem continuaram.

Os contínuos protestos dos produtores trigueiros levaram o governo a promulgar a 14 de Julho de 1899 a lei dos cereais³ que veio reforçar o protecionismo dos produtores trigueiros, através da colocação do produto nacional a um preço superior ao internacional, e impondo à indústria de moagem a compra do trigo nacional de acordo com quotas de rateio. As importações apenas eram permitidas quando a indústria de moagem esgotava as quotas de rateio que lhe estavam destinadas.

A promulgação destas duas leis impulsionou a exploração intensiva dos produtores trigueiros, que no Alentejo aumentaram as suas quotas de produção através do alargamento das áreas de cultivo, e com a substituição de outras culturas menos rentáveis pelo trigo. Na região Alentejo, foram diretamente beneficiados os latifundiários e grandes proprietários ou rendeiros, que na posse das maiores extensões de terra fértil conseguiram tirar maior partido das leis protecionistas. Desta forma “o protecionismo, permitindo o aumento do preço do trigo, conduzia à valorização da propriedade rústica do sul e ao aumento das rendas, o que ia ao encontro dos interesses dos proprietários” (Pais et al., 1976, p.401). As leis protecionistas de 1889 e 1899 prejudicaram principalmente: a atividade das indústrias de moagem - que ficaram impedidas de adquirir trigo a preços mais baixos no estrangeiro; e o consumidor final - que viu o preço do pão ser aumentado, o que levou a que a lei de 1899 ficasse conhecida pela “lei da fome”.

As primeiras duas leis protecionistas lançaram as bases para as novas medidas projetadas inicialmente pela ditadura militar e posteriormente pelo Estado Novo. Para fazer face à grande depressão económica, em 1929 o governo reforça o investimento na lavoura através da “Campanha do Trigo⁴”. Esta campanha era orientada por uma

³ Diário do Governo, nº 156, 1ª série, de 14 de Julho de 1899

⁴ Decreto-lei n.º 17: 252 de 21 de Agosto de 1929

política que procurava o autoabastecimento nacional, com recurso ao alargamento das áreas de cultivo.

No decorrer da propaganda da campanha, discutiram-se os problemas da lavoura alentejana e reforçou-se a importância do aumento da produção cerealífera. Fizeram-se demonstrações de novos processos de cultura, selecionaram-se boas sementes para as culturas arvenses, discutiu-se a sustentabilidade da adubagem e apresentaram-se soluções para os problemas do crédito agrícola e da irrigação no Alentejo. A campanha do trigo acoplava um conjunto de medidas de incentivo à lavoura trigueira, que podiam ser resumidas em três tipos de subsídios: os subsídios diretos - que englobavam os subsídios de arroteia e os prémios de cultura; os subsídios sobre os preços - que reuniam medidas protecionistas e a garantia do preço fixo por tabela; e os subsídios de comercialização e transporte (Graça, 1999; Machado et al., 1976).

Com esta campanha o governo conseguiu, através dos incentivos ao arroteamento, potenciar o desbravamento dos terrenos incultos, com os quais se expandiu fortemente a cultura de cereais. Com o arroteamento dos incultos, os latifundiários passaram a usufruir de maiores áreas de cultivo, optando estes pela sua exploração indireta através de contratos de arrendamento e parceria.

1.3.Outras Regulações

No ano de 1933, o Estado Novo lança as bases da sua doutrina corporativa com a promulgação da Constituição de 1933⁵, onde de acordo com o art.º 5 do título I, se define como uma “República unitária e corporativa”. Ainda no art.º 34 do título VIII, é reconhecido que “o Estado promoverá a formação e desenvolvimento da economia nacional corporativa, visando que os seus elementos não tendam a estabelecer entre si concorrência desregrada e contrária aos justos objetivos da sociedade e deles próprios, mas a colaborar mutuamente como membros da mesma colectividade”. Portanto, o Estado promovia uma organização corporativa, assente na cooperação entre trabalhadores, patronato e Estado.

⁵ Publicada no Diário do Governo de 22 de Fevereiro de 1933, nos termos do Decreto n.º 22 241 de 22 de Fevereiro de 1933.

A organização corporativa é definida pelo Estado Novo no Estatuto do Trabalho Nacional (ETN)⁶, onde apresenta as instituições reguladoras e organizadoras da vida económica e social do país. De acordo com o art.º 41 do título III do ETN, são organismos cooperativos: primários – Sindicatos, Casas do Povo, Casa dos Pescadores e Grémios; intermédios – Federações Nacionais, Regionais (agrupam sindicatos e grémios) e as Uniões (agrupam sindicatos e grémios por ramo de atividade); De topo – Corporações por atividades económicas ou ramos de atividade. Desta forma o Estado Novo, dotado de uma grande capacidade interventiva, regulava pela doutrina corporativa os interesses contrários dos grupos sociais na vida das atividades económicas, sociais e culturais do país⁷.

No que concerne à organização corporativa da lavoura, a sua estrutura constituía-se com base no modelo hierárquico dos organismos cooperativos, apresentado pelo ETN. Os organismos da lavoura subdividiam-se em: primários – Grémios e Casas do Povo; intermédios: Federações e Uniões; e de topo: Corporação da lavoura, integrada na Câmara Corporativa (Graça, 1999).

A organização corporativa da agricultura era feita pelos Grémios da Lavoura⁸, que podiam ser instituídos por iniciativa dos produtores locais ou do próprio Governo. Os grémios eram os representantes a nível concelhio da estrutura da organização corporativa da lavoura, e estavam associados às federações correspondentes a nível regional. Eram dirigidos pelos grandes proprietários, estando salvaguardado pela lei⁹ o seu predomínio face aos restantes produtores. A ação do Estado Novo encontrava-se assim sustentada pelo apoio dos grandes latifundiários, que garantiam a implementação da organização corporativa da lavoura.

Com vista à manutenção da hierarquia, a direção dos grémios da lavoura era eleita pelo Conselho Geral, do qual eram membros: os procuradores natos - grupo dos vinte maiores produtores residentes na área; e os procuradores escolhidos – delegados eleitos trienalmente, em número nunca superior a 40, pelos produtores de cada freguesia. Para

⁶ Publicado no Decreto-Lei n.º 23.048 de 23 de Setembro de 1933

⁷ “ O Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social” (Art.º 31, Título VIII da Constituição de 1933)

⁸ Regulamentados pela Lei nº 1.957 de 20 de Maio de 1937

⁹ Decreto-Lei n.º 29 494 de 22 de Março de 1939

que fosse garantido o predomínio dos latifundiários, os primeiros detinham pelo menos, um terço dos votos (Graça, 1999; Lucena, 1979). Os grémios, após a sua constituição eram de quotização e inscrição obrigatória para todos os produtores da sua área.

Para fazer face à baixa adesão dos produtores à constituição dos grémios, o governo prevê com a regulamentação de 1939¹⁰ que estes possam ser constituídos pelo próprio Estado. Desta forma, o Governo passa a ter autoridade para nomear as direções nos primeiros três anos, ficando os próximos eleitos sujeitos à sua homologação ministerial. A ação autoritária do Estado Novo podia ainda dissolver as instituições e as suas direções, passando os grémios a estar sobre a total supervisão do regime.

As funções dos grémios envolviam o impulso das atividades agrícolas dos associados, facilitando as relações mercantis entre: o sector e o mercado; o sector e a indústria de meios de produção (adubos, fertilizantes, sementes, maquinaria, energia, etc.); o sector e as instituições de crédito e seguradoras (Freire, Ferreira e Rodrigues, 2014).

Para além destas funções de enquadramento dos produtores no corporativismo e de representação dos seus interesses, também eram impostas aos grémios obrigações de cooperação direta com as Casas do Povo. De acordo com a alínea i) da Base III da Lei nº1.959, aos grémios competia “cooperar com as Casas do Povo na realização dos fins destas instituições, designadamente para melhoria das condições materiais e morais das populações agrícolas, regulamentação e disciplina do trabalho rural e desenvolvimento das suas instituições de previdência e assistência”. O Estado Novo conseguia assim expandir o seu controlo até ao nível local, onde usufruía de uma maior proximidade com a sociedade rural e os seus atores.

Para o Estado Novo, o governo tinha a função de criar condições para que na sociedade rural as diferentes classes cooperassem entre si. Foi com base nesta concepção de corporativismo e na procura pela abolição dos sindicatos de trabalhadores rurais, que o Estado Novo autoriza em 1933 a constituição de Casas do Povo¹¹. Estes organismos corporativos tinham a função de enquadrar e controlar os trabalhadores rurais, através da mediação das suas relações profissionais, sociais e culturais.

A criação de Casas do Povo podia ser requerida quer por particulares interessados, quer pela junta de freguesia ou outra autoridade administrativa local. A aprovação dos seus

¹⁰ Decreto-Lei n.º 29 494 de 22 de Março de 1939

¹¹ Decreto-Lei nº 23051 de 23 de Setembro de 1933

estatutos assim como a validação da Direção, dependia do intervencionismo do Estado na pessoa do Subsecretário das Corporações e Previdência Social.

As Casas do Povo englobavam na sua ação as seguintes funções: previdência social – a partir da criação de mutualidades entre sócios efetivos, das quais resultaram as caixas de previdência. A partir de 1940 as caixas são extintas e a função de previdência passa a ser exercida pelas Casas do Povo¹², que asseguravam a proteção dos sócios efetivos com assistência médica, subsídios pecuniários na doença e subsídios às famílias dos que faleceram; instrução – através da constituição de bibliotecas e postos de ensino, vocacionados para o aperfeiçoamento das profissões. Ainda estavam previstas ações de instrução desportiva e cultural, entre as quais sessões de cinema e de absorção da cultura popular; Progressos Locais – com a colaboração nas obras de utilidade comum à comunidade (comunicações, higiene pública, serviços de água).

A inscrição e o pagamento de quotas eram obrigatórios para os proprietários, passando também a ser para os trabalhadores rurais a partir de 1940 (Freire, Ferreira e Rodrigues, 2014). Os sócios da Casa do Povo dividiam-se inicialmente por dois grupos: sócios efetivos – constituído por chefes de família e indivíduos do sexo masculino maiores de 18 anos. E por produtores em situação de rendimento e posse de bens semelhante ao dos trabalhadores rurais. A exceção à entrada de mulheres estava prevista apenas se estas fossem chefes de família; e os Sócios Protetores: grupo constituído por todos os proprietários rurais da freguesia. A partir de 1940, os dois grupos de sócios subdividem-se em três: sócios efetivos – grupo que mantém a mesma configuração; sócios contribuintes – este grupo passa a englobar os produtores rurais da freguesia; e os sócios protetores – grupos constituído por todas as entidades que contribuía de forma voluntária com doações para a constituição das receitas da Casa do Povo.

O sistema de quotas era correspondente à hierarquia dos sócios, por isso quem detinha maior poder assumia responsabilidades por quem ocupava menor posição na hierarquia. Desta forma, para os sócios efetivos estava definido o valor mensal de 1\$ e para os sócios protetores de 5\$. Após 1940, os sócios efetivos podiam pagar entre 1\$ e 3\$ e os sócios contribuintes um valor superior a 5\$ (a definir pela Casa do Povo e Grémio da Lavoura com base nos rendimentos do proprietário).

¹² Decreto-Lei nº 30.710 de 29 de Agosto de 1940

No que diz respeito aos corpos diretivos: a Assembleia geral era apenas constituída por sócios efetivos chefes de família; e a Direção por três sócios efetivos. As posições de maior poder estavam destinadas ao presidente da assembleia e ao vogal substituto, ambos eleitos pelos sócios protetores. No presidente da assembleia concentra-se o poder de representar a Casa do Povo no Conselho Municipal e no Grémio (Graça, 1999). Esta situação ilustra a procura do Estado Novo pela manutenção da hierarquia do poder, pois quem representava os trabalhadores junto das entidades patronais não era eleito por eles mas sim pelos grandes proprietários locais. Este desequilíbrio na distribuição do poder negocial, colocava os proprietários numa posição favorável face aos trabalhadores rurais, que ficavam em posição de submissão. Em situações de negociação de contractos colectivos, sendo o presidente da assembleia eleito pelos sócios protetores, havia tendencialmente um desequilíbrio negocial, favorável aos grandes proprietários rurais. À medida que as instituições do sistema corporativo do Estado Novo se instalavam em território nacional, a lavoura continuava sob o impulso da campanha do trigo e a expandir a sua produção.

É sob este clima de crescimento cerealífero e perante fracos indicadores do corporativismo do sector, que o Estado Novo decide implementar a Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT). Este organismo de base corporativa foi criado em 1932 com a aprovação das bases para a produção e venda de trigo¹³, sendo alvo de organização em 1933 com a publicação a 24 de Julho dos decretos n.º 22871 e 22872.

A FNPT nasce da necessidade do Estado regulamentar, dinamizar e controlar o mercado do trigo. Formalmente era um organismo pré-corporativo (de transição até à constituição das corporações) ou intermédio, representativo dos produtores trigueiros. Mas de acordo com Luciano Amaral (1996, p.471) “a FNPT deve ser entendida como um organismo de coordenação económica¹⁴”, pois as suas funções equivaliam às definidas para estes organismos, que estavam destinados: “[...]a coordenar e a regular superiormente a vida económica e social nas atividades diretamente ligadas aos produtos de importação e de exportação”¹⁵.

¹³ Decreto-Lei n.º 21.300, de 28 de Maio de 1932

¹⁴ Organismos de Coordenação Económica eram constituídos por Comissões reguladoras, Juntas Nacionais e Institutos.

¹⁵ Decreto-Lei n.26.757, art.º1 de 8 de Julho de 1936

A Federação era composta numa fase inicial por delegações intituladas “celeiros concelhios”, às quais os produtores de trigo se associavam obrigatoriamente. Com a sua reformulação em 1935, é feita a substituição dos “celeiros concelhios” pelos Grémios, que passaram a funcionar como intermediários locais da FNTP¹⁶, colaborando com estas transações do mercado do trigo.

A FNPT conjuntamente com a Federação Nacional dos Industriais de Moagem (FNIM)¹⁷, detinha a gestão do monopólio do mercado do trigo em Portugal. Portanto, a comercialização do trigo obedecia a um conjunto de procedimentos decretados por lei. Este processo tinha início nos produtores de trigo nacional que: “vendiam o conjunto da sua produção comercializável à FNPT; esta vendia a dita produção, em bloco, à FNIM, a qual, segundo quotas de rateio estabelecidas por decreto, vendia o trigo aos industriais de moagem; estes últimos vendiam a sua farinha, por preço igualmente tabelado, às padarias, que, enfim, comercializavam o pão, por preço também decretado”(Amaral, 1996, p.469). Apenas quando o total da produção portuguesa esgotasse “podia a FNIM, caso houvesse déficit relativamente ao consumo, e por autorização expressa do governo, importar a quantidade de trigo exótico necessário para colmatar a falta” (Amaral, 1996). Para garantir a continuidade do monopólio, a FNPT devia assegurar: a orientação e fiscalização da atividade dos Grémios; investir no conhecimento e nos aperfeiçoamentos a aplicar na cultura do trigo; a armazenagem, conservação e beneficiação dos trigos - através da construção ou aluguer de silos, depósitos ou armazéns (nacionais); a cedência de financiamento e crédito direto aos produtores, ou mediação entre estes e as instituições de crédito; a compra e venda ou colocação dos trigos por intermédio dos grémios concelhios, bem como das suas operações de entrega e liquidação; a cooperação com o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência para a criação de instituições de previdência e assistência aos trabalhadores rurais, recorrendo para isso às casas do povo.

Esta organização corporativa da lavoura refletia a procura do Estado pela idílica aproximação do capital ao trabalho, que tinha como intuito reduzir posições conflitantes entre os detentores do capital e a força de trabalho. Através da implementação e da obrigatoriedade de adesão dos trabalhadores e proprietários aos

¹⁶ Decreto-Lei n.º 24949, de 10 de Janeiro de 1935

¹⁷ Criada pelo Decreto-Lei n.º 24 185, de 18 de Julho de 1934

organismos de cooperação primários (grêmios e casas do povo), o Estado Novo condicionava a ação sindical e estabelecia controlo sobre as atividades de cada organismo (deste a homologação, à nomeação de direções e até à destituição dos organismos). Através de organismos intermédios como a FNPT o Estado garantia a sua função interventiva sobre determinados segmentos de mercado como o do trigo, atuando na regulamentação da sua produção e garantindo o monopólio da distribuição. Por fim, o Estado Novo pretendia como o corporativismo fomentar a solidariedade entre os detentores de capital e a força de trabalho, através do estabelecimento de contratos colectivos de trabalho e da cooperação para a criação de instituições de previdência. No entanto, o Estado não prescindia da manutenção da hierarquia de poder, estando os processos de negociação enviesados porque os representantes dos trabalhadores responsáveis pelos processos de negociação com as entidades patronais, eram eleitos pelos detentores do capital ou nomeados pelo governo. Toda a organização corporativa estava sob a alçada do Estado, que através do enquadrando de todos os grupos sociais nas instituições, exercia um controlo autoritário na supervisão das atividades económicas, sociais e culturais da sociedade rural.

1.4.As práticas culturais de lazer também seriam reguladas pelo novo regime ditatorial.

A 13 de Junho de 1935¹⁸ é criada a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), sendo que a sua atuação apenas é reforçada a 28 de Dezembro de 1940 com a promulgação dos estatutos¹⁹. De acordo com Daniel Melo, a FNAT “era determinada pela perspectiva oficial de cultura popular, assente na filtragem dos valores do ruralismo, do tradicionalismo e do historicismo por um estado autoritário, nacionalista e confessional católico” (2003, p.38).

Desta forma, cabia à FNAT a regulamentação e o controlo sobre os tempos livres dos trabalhadores, devendo para isso identificar possíveis práticas associadas a movimentos de resistência, de forma a direcioná-las e neutraliza-las, evitando assim alterações no comportamento e garantindo a docilidade dos trabalhadores.

¹⁸ Decreto-lei nº 25.495 de 13 de Junho de 1935

¹⁹ Decreto-lei nº 31.036 de 28 de Dezembro de 1940

A sua ação nas freguesias rurais era garantida através das Casas do Povo, sendo beneficiários das suas ações todos os sócios efetivos destes organismos corporativos. De acordo com Melo “por regulamentos de 1941 e 1942, estabelece-se superiormente que toda e qualquer iniciativa cultural-recreativa corporativa tinha que ter o aval prévio da FNAT e, para fomentar e disciplinar essa mesma atividade, sugeria-se a formação de grupos especializados. Tais grupos eram igualmente tutelados pela FNAT, detendo esta o poder de autorização superior, coordenação, orientação e fiscalização (2003, p. 41)”. Era o início da instrumentalização da cultura popular levada a cabo pelo Estado Novo, com o objectivo de controlar os lares populares e criar elementos de uma cultura popular nacionalista.

O universo descrito ao longo deste capítulo terá ecos no quotidiano de Santo Aleixo da Restauração, como veremos de seguida.

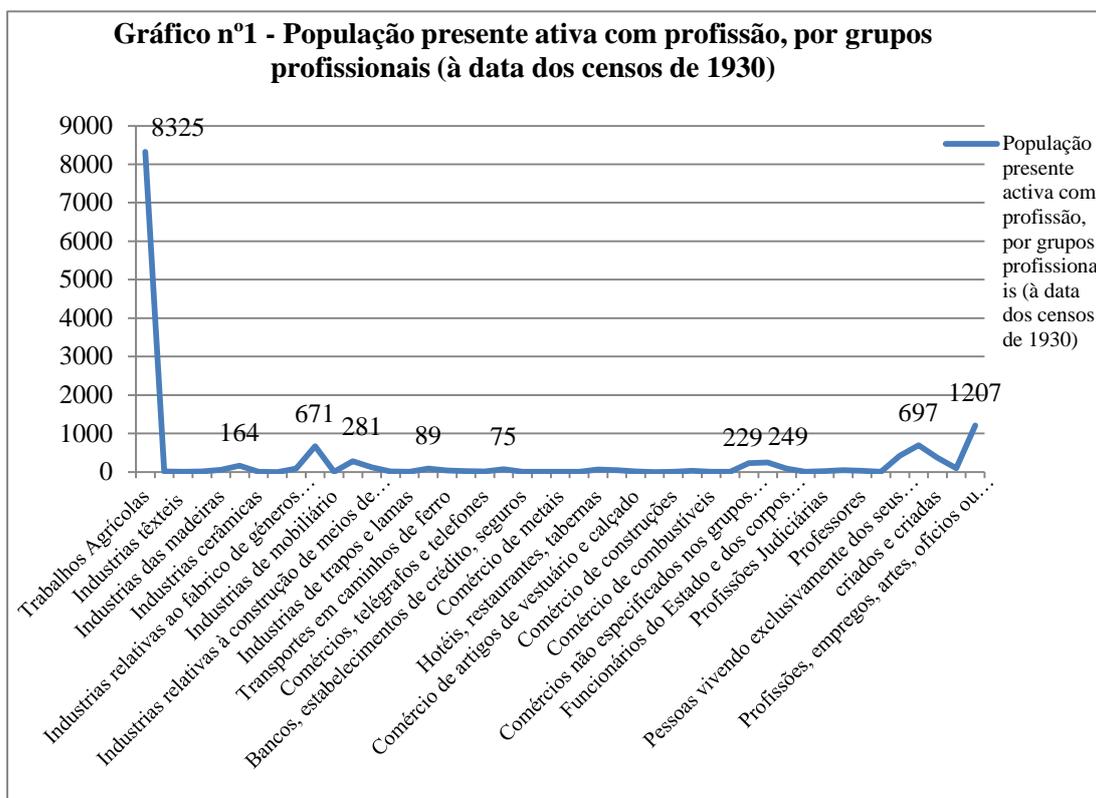
2. Memória Social do Trabalho

Ao longo do presente capítulo abordaremos as transformações ocorridas na sociedade rural, que constituem o reflexo da ação intervencionista do Estado sobre os processos produtivos no sector primário. Como vimos em capítulo anterior, o Estado foi responsável por fortes incentivos à produção trigueira, que de forma linear trouxeram alterações às relações da população agrícola com a terra. Em Santo Aleixo da Restauração não foi exceção, tendo sido a sua organização social moldada pelo novo quadro produtivo, que trazia novas possibilidades de acesso à terra com a aposta na cultura cerealífera

Entre os finais do século XIX e a década de 70 do século XX, a organização societária em Santo Aleixo da Restauração estava centrada na posse da terra. Como foi demonstrado no capítulo anterior, esta era uma realidade transversal no sul de Portugal. Como tal, a centralidade conferida à terra no Alentejo não diferia em Santo Aleixo da Restauração, constituindo-se aqui também um factor de produção primordial em torno do qual era estabelecida a organização do trabalho agrícola e, concomitantemente, o mercado de trabalho da aldeia. De acordo com o recenseamento geral da população de 1930, o sector primário empregava cerca de 8325 pessoas, das 13 673 (gráfico nº1 e anexo nº1) que constituíam o total da população presente ativa com profissão no

concelho de Moura. De acordo com estes dados, cerca de 61 % (gráfico nº1 e anexo nº1) da população presente ativa do concelho de Moura desenvolvia atividade profissional na agricultura, o que justifica que a posse da terra fosse um factor catalisador da organização socioeconómica do concelho e em particular da aldeia de Santo Aleixo da Restauração.

2.1. Santo Aleixo da Restauração e a Terra



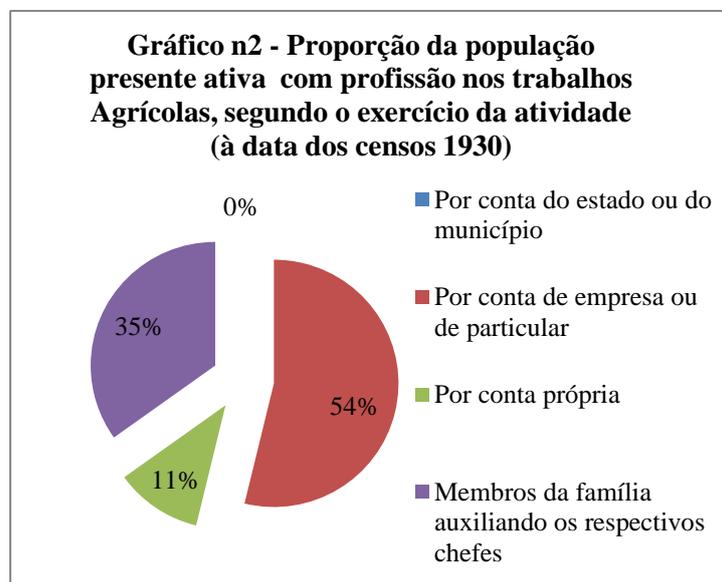
Fonte: adaptado de DGE (1934)

Em Santo Aleixo da Restauração, a distribuição da terra estava assente num regime fundiário administrado por grandes lavradores (latifundiários e grandes proprietários). Estes podiam realizar o aproveitamento e exploração das herdades de forma direta, ou com recurso a contratos de arrendamento e parceria com rendeiros e seareiros. Desta forma, a lavoura encontrava-se sob o domínio destes grandes lavradores, que eram responsáveis pela regulação do mercado de trabalho agrícola. Como recorda Bento Figueira, a divisão da terra estava entregue às grandes propriedades, estando os seus

proprietários em posição de poder e decisão no que concerne à oferta de trabalho e ao recrutamento de mão-de-obra assalariada em Santo Aleixo da Restauração:

“Eram os proprietários grandes, aqui das grandes propriedades. Era onde se empregava o pessoal era aqui nas propriedades. Isto era aqui de meia dúzia de propriedades grandes, aqui em volta do povo, e aí é que se empregava o pessoal.” (Entrevista nº3).

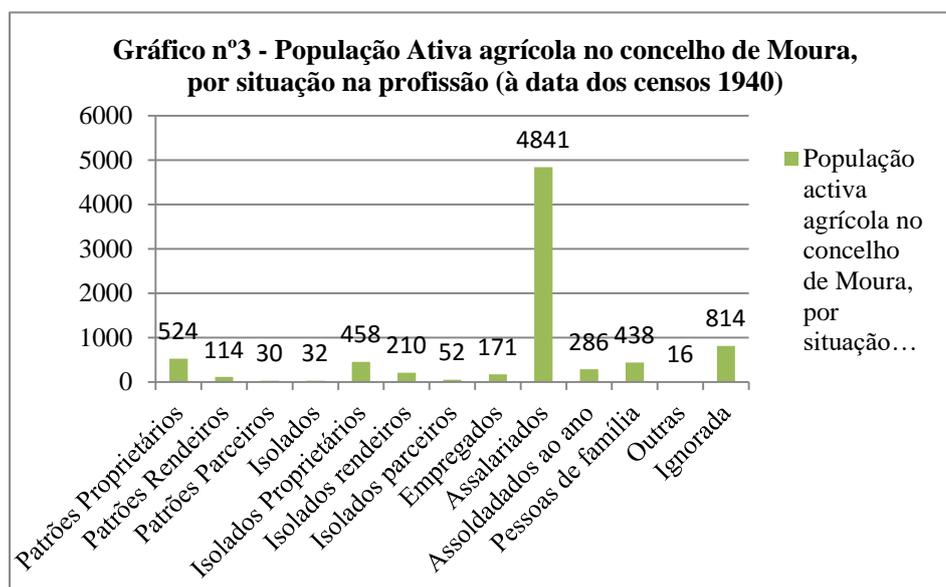
De acordo com o censo da população de Portugal de 1930, no concelho de Moura 8325 pessoas exerciam atividade no sector primário, o que corresponde a cerca de 61% do total da população presente com profissão (13 673 pessoas – Anexo nº1). Estes valores reforçam o peso do sector na organização societária do concelho de Moura, pois das 8325 pessoas que tinham profissão nos trabalhos agrícolas, apenas cerca de 11% (943 pessoas – gráfico nº2 e Anexo nº1) detinham os factores produtivos que lhe permitiam exercer atividade por conta própria (à data dos censos de 1930). Desta forma, cerca de 54% da população presente (4478 pessoas – Gráfico nº2 e Anexo nº1) com trabalho no sector primário, vivia numa situação de dependência face às ofertas de emprego dos proprietários da terra.



Fonte: adaptado de DRE (1934).

Em 1940 os dados apontam para a continuidade de uma estratificação social fundada essencialmente na posse da terra. No concelho de Moura, a maioria da população activa agrícola era constituída pelos 4841 trabalhadores assalariados (Gráfico nº3). Este

número contrasta com os 668 agricultores patrões²⁰, que detinham a quase totalidade da posse da terra no concelho de Moura.



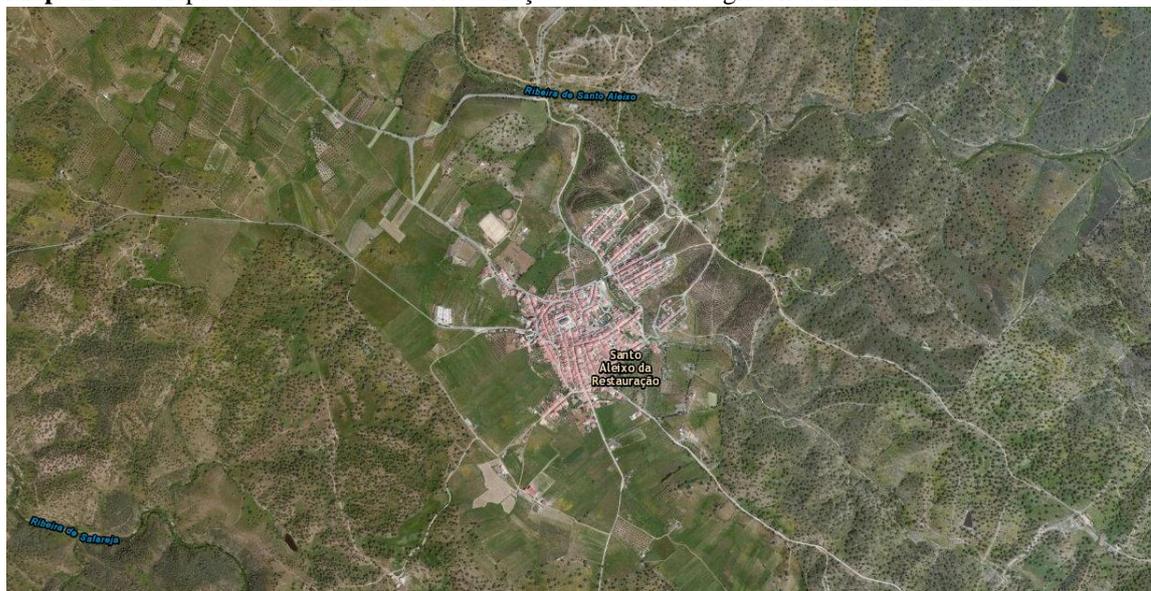
Fonte: Adaptado de INE (1943)

Embora não exista uma desagregação por freguesia dos dados apresentados, o comportamento da população do concelho ajuda-nos a compreender a dinâmica da organização social de Santo Aleixo da Restauração. Segundo Bento Caldeira (1997, p.158) a “exploração agropecuária foi a principal ocupação de Santo Aleixo desde a fundação da nacionalidade até aos nossos dias”. Portanto, em Santo Aleixo da Restauração a terra era o elemento estruturante, que estabelecia a hierarquia dos grupos sociais de acordo com o regime de propriedade e o volume de áreas de agricultura, pastorícia e silvicultura em posse. Os proprietários da terra eram maioritariamente latifundiários, donos de grandes herdades, que optavam pela sua exploração direta ou pela cedência de lotes ou parcelas, através de regimes de contratos de arrendamento e parceria. Era nas grandes herdades, que praticamente a totalidade da população ativa de Santo Aleixo trabalhava. Como refere Bento Figueira, a terra estava dividida por um conjunto de grandes herdades que garantiam a empregabilidade à população:

²⁰ Somatório dos patrões proprietários, patrões rendeiros e patrões parceiros.

“Era na Negrita, era Joaquim Monte Novo, Sobrais, Jarrama, Coitada Nova, a Tapada, esses povos assim, as propriedades assim. Nas Tesas, eram as propriedades grandes que aqui havia e era onde trabalhava o povo todo”.
(entrevista nº3)

Mapa nº 1 – Mapa de Santo Aleixo da Restauração e da sua área agrícola e florestal circundante.



Fonte: Instituto Geográfico Português. Disponível em: <http://www.igeo.pt/DadosAbertos/Listagem.aspx>

Devido à presença de vários proprietários da terra, a população ativa de Santo Aleixo da Restauração era absorvida pelas grandes herdades, que os contratava maioritariamente como trabalhadores assalariados sazonais, mas também como concertados para funções de feitor, guardas de herdade, maiorais de gado, porqueiros e almocreves. Como recorda Bento Figueira:

“Olhe, a herdade da Negrita tinha muitos morais, muitos morais. Era porqueiros, vaqueiros, cabreiros, almocreves e pessoal a trabalhar, a mondar e a ceifar, mulheres e homens, tudo. Empregava muita, muita, muita gente a Herdade da Negrita. Os Sobrais, aqui a Coitada Nova, sempre havia muito trabalho, sempre, sempre. Aqui na Pereira, saía-se para todo o lado a mondar, a gente ia daqui para os Lagueirões a mondar a pé. Havia muitos trabalhos sempre, agora é que não.”
Entrevista nº3)

Para além dos proprietários individuais acima contextualizados, em Santo Aleixo da Restauração não podemos negligenciar as extensas porções de terras baldias que estão

na posse da Junta de Freguesia. O acesso a estas terras, segundo os informantes, permitiu aos residentes rendimentos adicionais num contexto que era de escassez de recursos. Segundo Bento Caldeira a realidade vivida pela população de Santo Aleixo da Restauração resultava também da circunstância de “[...] ter ao seu dispor vastas extensões de terrenos baldios, que explorava com gados e na cultura de cereais” (Caldeira, 1997, p.158). Esses terrenos baldios eram propriedade da Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração que administrava a herdade da Coitada (1130, 5240 ha) e a herdade de Rabo de Coelho (516,0250 ha). Os baldios eram arrendados à população ao lote, sendo a procura denominada por “apanha de serviço” e a sua cedência realizada por um sorteio a que os habitantes chamavam “sortes”. Os lotes de terra eram cedidos para a cultura do cereal e em contrapartida a população pagava a “igualia” (valor de troca) em alqueires de trigo, em dinheiro ou “peões” (serviços prestados à junta e à comunidade de forma gratuita). Nas herdadas da Junta também eram exploradas atividades de pastorícia e pecuária, sendo dada à população a possibilidade de depositar os seus animais nos rebanhos e varas comuns, denominados de “animais do povo”. A Junta de Freguesia empregava um pastor, um cabreiro e um porqueiro para guardar os “animais do povo”, e em contrapartida os proprietários dos animais contratualizavam com a junta o pagamento por cabeça. Como recorda Ana Maria Chouriço:

“Havia terrenos aí na Coitada, toda a gente coiso...A gente tínhamos os gados e tínhamos que pagar um tanto por cada cabeça de gado, que lá comia nas herdades, tá a perceber? À Junta! À Junta!” (Entrevista nº1)

Nas herdades de Rabo Coelho e Coitada a pastorícia e a pecuária era sustentada pela predominância de vegetação espontânea e pela existência de montado de azinho e de sobreiro, que garantia a alimentação dos “animais do povo”. A herdade do baldio de Rabo Coelho era menos arborizada e nela predominava o montado de azinho, que contrasta com a escassez do montado de sobreiro. Por sua vez, a herdade do baldio da Coitada foi arborizada intensivamente e a sua paisagem estava caracterizada por um equilíbrio entre o montado de sobreiro e o montado de azinho. Ambas as herdades continham na sua superfície agrícola pastagem permanente natural, essencial às atividades da pastorícia e pecuária.

Na superfície agrícola de Santo Aleixo da Restauração existia um predomínio das culturas arvenses, responsáveis pelas fortes alterações implementadas na sua paisagem circundante. Segundo Bento Caldeira “os cereais mais cultivados eram o trigo, a cevada, o centeio e a aveia” (1997, p.158). A aposta nestas culturas de sequeiro estava alicerçada nas medidas governamentais de incentivo à sua produção, que procuravam superar o défice cerealífero, causado pela incapacidade da produção nacional para garantir o autoabastecimento do país.

É durante a década de 30 do século XX que a superfície agrícola de Santo Aleixo da Restauração sofre as suas maiores alterações. Os proprietários da terra, impulsionados pelas medidas de incentivo da “campanha do trigo”, reforçam a sua aposta nas culturas arvenses, recorrendo para isso ao arroteamento dos terrenos incultos e sacrificando largas áreas de montado de sobro e de azinho. De acordo com Bento Caldeira uma das propriedades intervencionadas foi a herdade do baldio da Coitada, que “no tempo do incremento da cultura do trigo [...], entendeu a Junta de Freguesia suprimir o sobreiral para melhorar a cultura de cereais” (1997, p.160). Esta medida não recebeu total aceitação por parte dos santoaleixenses, que viam a atividade da tiragem de cortiça condicionada pelo alargamento da cultura do trigo. Quem beneficiou com esta medida foram os seareiros da aldeia, que ficaram com um maior número de lotes ao seu dispor, melhorando assim o seu rendimento.

Com o tratado de Madrid de 27 de Março de 1893 a Herdade da Contenda foi dividida pela demarcação da fronteira entre Portugal e Espanha. O município de Moura ficou proprietário da Contenda portuguesa (5.280 ha) e realizou a sua divisão em lotes, cedidos por arrendamento em hasta pública a lavradores e seareiros do concelho de Moura e de Barrancos. A herdade foi inicialmente dividida em 13 lotes, sendo submetida em 1946 a uma nova divisão em 22 lotes (12 localizados na zona norte e 10 na zona sul), que resulta da subdivisão do seu maior lote em 10. (AFN, 2010; Lecoq, 2014). Na Contenda Norte dominava a atividade pastorícia e pecuária, pois a superfície apresentava solos férteis, cobertos de pastagem permanente natural e montado de azinho. A Contenda Sul apresentava uma superfície despojada de montado, com solos mais pobres onde predominava a exploração cerealífera (AFN, 2010).

No decorrer da Campanha do Trigo um dos maiores rendeiros da Contenda foi a Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração, que arrendou entre 1926 e 1941 o lote 13,

que era o mais extenso do primeiro regime de loteamento da Contenda (Lecoq, 2010). O lote 13 passou a ser subarrendado a seareiros da freguesia e a naturais de Barrancos, que aproveitavam as suas áreas para a cultura do trigo, pastorícia e pecuária. Segundo Bento Caldeira "[...] durante todo esse período do arrendamento grande parte da população se ocupou ativamente na sua exploração, tendo conhecido um período de prosperidade com o produto das searas e dos gados". As contrapartidas pagas à Junta de Freguesia eram idênticas às exigidas pelo arrendamento dos baldios da Coitada e de Rabo Coelho. A partir de 1941 os contratos de arrendamento da Contenda passaram a ser realizados diretamente com a Câmara Municipal de Moura, que de acordo com o novo regime de loteamento, disponibilizava 22 lotes para arrendamento a lavradores rendeiros e a seareiros parceiros do concelho. Estes arrendamentos eram contratualizados a 15 de Agosto e terminavam a 14 de Agosto do ano seguinte, sendo as contrapartidas pagas pelos rendeiros em trigo ou dinheiro. A renovação dos contratos era por norma realizada e os rendeiros exploravam a terra cumprindo a seguinte ordem de cultivo: o trigo e a cevada eram cultivados no primeiro ano; no segundo ano sobre a "relva"²¹ semeia-se a aveia, a cevada e o centeio (Lecoq, 2010). A contratação de mão-de-obra era da responsabilidade dos rendeiros que recorriam ao trabalho familiar e ao recrutamento de trabalhadores assalariados maioritariamente para a monda e ceifa.

À semelhança das alterações vividas nas propriedades da Junta de Freguesia e na Herdade da Contenda, os incentivos da campanha do trigo levaram a que os latifundiários e os grandes proprietários procurassem alargar as suas áreas de cultivo, recorrendo para isso à formalização de contratos de arrendamento com lavradores, e de parceria com seareiros. A expansão da cultura arvense em Santo Aleixo da Restauração esteve dependente destas formas de exploração indireta da terra. Os latifundiários arrendavam as suas terras aos lavradores rendeiros, que por sua vez contratavam grandes volumes de trabalhadores assalariados, para garantir a sua exploração. Os latifundiários e os lavradores rendeiros podiam ainda recorrer à cedência de parcelas de terra a seareiros, durante um período nunca superior a três anos, beneficiando com o arroteamento dos incultos e recebendo como contrapartida um terço ou um quarto da produção cerealífera (Do Carmo, 2007).

²¹ Terreno que foi cultivado no ano anterior e que recebe as sementeiras do segundo ano, aproveitando-se o restolho e os resíduos da adubagem anterior.

Algumas das terras eram também cedidas de forma gratuita nos primeiros anos, para que os seareiros trabalhassem no seu desbravamento, transformando-as em áreas cultiváveis sem qualquer custo para os latifundiários e grandes lavradores, que ainda beneficiavam com os subsídios de arroteia²². Por norma, as terras cedidas eram as menos férteis, obrigando os seareiros a recorrer intensivamente à adubagem e ao cultivo total do lote, para fazer face aos elevados custos de produção e ao aumento das rendas de exploração.

Em propriedades como a Herdade da Negrita, Cevacedo, Sobrais e Pereira, as terras eram cedidas através do sorteio das “sortes”, devendo para isso os interessados deslocar-se às herdades para a apanha do “serviço”. O processo de sorteio nas herdades não era transparente, sendo por vezes influenciado por questões de compadrio, que favoreciam alguns seareiros com os melhores serviços (melhores terras) e os restantes com terras menos férteis.

Nos primeiros anos da ditadura salazarista, a campanha do trigo obteve resultados significativos em Santo Aleixo da Restauração. Os latifundiários e os grandes lavradores conseguiram através da cedência de terra por arrendamento e parceria, arrotear os incultos e aumentar a extensão das áreas cultivadas, alcançando assim aumentos na produção de cereal. De acordo com Bento Caldeira, “aí pela década dos anos trinta deste século a população encontrou-se fortemente envolvida na cultura do trigo, e seiscentas parselhas de muars, tantas quantos seareiros vizinhos da aldeia, a poder de ferros de charrua arroteavam todas as herdades na área da freguesia e ainda espalhavam por terrenos das freguesias de Safara, Sobral, Santo Amador, estendendo-se até Vale de Manantís, do outro lado do Guadiana. Foram os campeões da produção de trigo” (1997, p.167).

A forte aposta na cultura cerealífera garantia à população maior empregabilidade, pois tanto seareiros como lavradores contratavam grandes volumes de mão-de-obra para trabalhar nas colheitas. A cultura do trigo absorvia mão-de-obra de acordo com a seguinte ordem cíclica do trabalho: o seareiro lavrava a terra e tratava das adubações

²² Decreto n.º 17252, 26 de Outubro de 1929 definia o valor de 100\$ (Pais et al., 1978). Utilizando o conversor do Pordata e recuando até ao limite da sua linha temporal, conseguimos prever que em 1960, 100\$ equivaliam aproximadamente a 42,81€. Consultado a 13/09/2015 em: <https://www.pordata.pt/Portugal>

entre Janeiro e Fevereiro; Março era o mês da sementeira, sendo esta realizada pelo seareiro com auxílio de uma parrelha de muares ou uma junta de bois para puxar o arado; Em Maio, seareiros e lavradores contratavam ranchos de mulheres para realizar a monda do trigo; Entre Julho e Agosto realizava-se a ceifa e debulha, que era a campanha mais lucrativa para os trabalhadores assalariados. Como recorda Joaquina Neves:

“Os seareiros empregavam. Os seareiros tinham cada um os seus bocados de terra. Se era num tempo de monda, levavam as mulheres a mondar. Se tinham um grão que apanhar, levavam também mulheres. E lavradores também. Tínhamos os lavradores aqui, tanto na Negrita, como nos Sobrais, como no Monte Novo. Esses lavradores que aí “tavam”, levavam as mulheres. Íamos a gente a pé, para lá a trabalhar”. (entrevista nº4)

A dinâmica da lavoura trigueira levou a que na aldeia fosse instalada uma indústria de moagem denominada “Fábrica Aníbal Frade²³” (Lecoq, 2014), que retirou funções aos moleiros das atafonas²⁴ e dos moinhos de água ou azenhas²⁵ que tradicionalmente realizavam a moagem do trigo para a aldeia. No final das colheitas, lavradores e seareiros entregavam alqueires de trigo à fábrica de moagem, em troca da garantia de farinha para o ano inteiro, recebendo para isso uma caderneta com o registo do número de quilos de farinha que lhe estavam destinados.

A implementação dos organismos corporativos do Estado Novo veio alterar o modelo de organização da lavoura, tendo a sua atividade exercido influencia no concelho de Moura e mais especificamente no contexto de Santo Aleixo da Restauração, na regulamentação e controle das relações entre entidades patronais e trabalhadores rurais, e entre os produtores e os organismos de acesso ao mercado. No concelho de Moura foi

²³ Estava localizada na Rua de Moura, onde atualmente são as instalações do Lar de Nossa Senhora das Necessidades.

²⁴ “O sítio ao cimo da R. de S. Sebastião era conhecido por Atafona, por ter ali existido uma atafona que trabalhava puxada por um muar [...]”(Bento Caldeira, 1994, p.150)

²⁵ Principalmente nos moinhos de Santa Marina e da Caveirinha, situados mais proximamente da aldeia, na ribeira da safareja (rio Ardila).

criado entre 1939 e 1944 o Grémio da Lavoura de Moura e Barrancos²⁶. Como o próprio nome indica, a este Grémio estavam associados todos os produtores dos concelhos de Moura e Barrancos e a sua ação abrangia ambos os concelhos²⁷. A partir da sua instalação, o Grémio da Lavoura de Moura e Barrancos encarregou-se de promover fortemente as culturas do trigo e da azeitona, que preenchiam grande parte da superfície agrícola dos concelhos de Moura e Barrancos. Os produtores de Santo Aleixo da Restauração recebiam também auxílio do Grémio para o desenvolvimento das suas culturas e beneficiaram do acesso ao crédito e aos subsídios da cultura cerealífera.

Os organismos cooperativos chegam a Santo Aleixo da Restauração mais tardiamente. A Casa do Povo foi requerida ao Ministério das Corporações e Segurança Social por uma comissão organizadora, composta por elementos da Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração, acabando por ser criada no dia 8 de Setembro de 1943 (Correia, 1997). Este organismo teve a sua localização inicial num primeiro andar situado na Rua da Igreja, como nos lembra Bento Figueira:

“ [...] teve primeiro aqui onde tá o Tijolo, aquele café o Tijolo. Lá em cima naquele primeiro andar, teve lá a casa do povo. Era só um gabinete para receberem as quotas e uma reunião qualquer, mas aquilo era pouca coisa.”
(Entrevista nº3)

Posteriormente, após a construção das novas instalações a estrutura da Casa do Povo passou a funcionar no nº 64 da Rua Lopo Sancas. De acordo com Bento Figueira, a quotização era obrigatória e as alterações que trouxe à população foram residuais:

“A Casa do Povo nessa altura ganharam sócios. Havia sócios, que hoje ainda há aí mas hoje já há menos, antigamente era obrigatório. E agora o que trouxe foi sócios, um cartão.[...].Pagava-se uma quota de 25 tostões naquele tempo.”
(Entrevista nº3).

As funções da Casa do Povo que exerceram maior impacto sobre a população estavam relacionadas com as questões de previdência social corporativa. Como a Casa do Povo

²⁶ Datas apontadas pela autora Maria Inês Mansinho (1979) para a criação das primeiras estruturas gremiais.

²⁷ As instalações do Grémio da Lavoura de Moura e Barrancos estavam situadas na cidade de Moura mais propriamente no edifício do antigo Sindicato Agrícola do Conselho de Moura, fundado em 1904.

de Santo Aleixo da Restauração iniciou atividade posteriormente a 1940, as caixas de previdência já tinham sido extintas, devendo esta ocupar-se diretamente da previdência de apoio à doença, invalidez e morte, de todos os trabalhadores ruais e equiparados. De acordo com as alterações à lei de bases de organização da previdência²⁸, introduzidas por nova lei em 1962²⁹, a cobertura de ação das Casas do Povo expande-se, podendo estas disponibilizar serviços de ação médico-social, assistência materno-infantil e proteção na invalidez (Pereirinha e Carolo, 2009).

Como refere Joaquina Nunes, a ação da Casa do Povo prendia-se essencialmente com as questões de quotização e previdência:

“Era sermos sócios, para um dia mais tarde termos uma reforma, que é onde a gente começou a descontar. Com 18 anos começávamos a descontar, ia tudo ali. Agora já é quotas de outra maneira. Agora já é de outra maneira, mas antigamente era isso. Era só o pouco que se frequentava a Casa do Povo.”
(Entrevista nº 4).

A Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração colaborava com o Grémio da Lavoura de Moura e Barrancos na definição dos contratos colectivos de trabalho, que abrangiam os seus sócios efetivos e equiparados. Este organismo também atuou como intermediário entre os proprietários e os trabalhadores rurais, tutelando em épocas de escassez da oferta de trabalho os processos de recrutamento de trabalhadores assalariados. Como recorda Bento Figueira, para aceder às escassas ofertas de trabalho era necessário ser sócio efetivo da Casa do Povo:

“O próprio trabalho que existia quando havia as crises do trabalho, os homens eram distribuídos pela Casa do Povo, mas tinham que ser sócios na Casa do Povo. [...]E quando havia trabalho, havia distribuição de homens pela casa do povo, iam lá à casa do povo e aqueles que fossem sócios eram distribuídos. Foi a alteração que “teve” foi essa” (Entrevista nº3).

A estrutura corporativa chega a Santo Aleixo da Restauração depois da primeira década da campanha do trigo. Dos incentivos à produção resultou uma crescente expansão da cultura arvense, que obteve entre 1934 e 1935 (Pais et al.,1978) as suas primeiras

²⁸ Lei nº 1.884 de 16 de Março de 1935

²⁹ Lei nº 2.115 de 18 de Junho de 1962

superproduções, excessivas quer para o consumo, quer para a capacidade de armazenagem da recém-fundada FNPT. A construção de silos e celeiros nacionais de armazenagem estava prevista no Decreto-Lei n.º 21.300 de 28 de Maio de 1932, mas a sua construção não teve início imediato, o que trouxe consequências para localidades como Santo Aleixo da Restauração onde a lavoura trigueira representava a atividade agrícola predominante.

Nos anos de superprodução, apenas os grandes lavradores e proprietários rendeiros, detentores de unidades de armazenagem nas herdades, conseguiram conservar os excedentes³⁰. Os seareiros foram o grupo mais prejudicado com os atrasos na instalação dos celeiros da FNPT, pois não conseguiam que a Federação adquirisse e armazenasse a sua produção total e estavam desprovidos de espaços de armazenagem para os seus excedentes de produção.

Para os seareiros, as dificuldades de absorção da FNPT, podiam representar a perda de contratos de parceria. Para a maioria dos seareiros, os rendimentos obtidos com a venda do trigo revertiam para o financiamento da cultura do ano seguinte e para o pagamento da renda ao proprietário da terra. Quando não conseguiam escoar grande parte da sua produção, os seareiros podiam recorrer a três estratégias: a) pedir autorização ao proprietário da terra para a realização de pedido de financiamento ao abrigo da medida de crédito da Campanha do Trigo (Pais et al., 1978) – Em grande parte das ocorrências o pedido era negado, acabando os proprietários por ceder novamente as terras ou por explorá-las diretamente; b) investir em nova cultura do trigo, desrespeitando os tempos de pousio e explorando intensivamente a terra até à sua exaustão; c) Ou vender os excedentes no mercado paralelo a preço bastante abaixo do tabelado, obtendo rendimentos abaixo dos seus custos de produção.

Em Santo Aleixo da Restauração, grande parte dos seareiros que detinham lotes arrendados na Herdade da Contenda e nas Herdades dos baldios de Rabo Coelho e Coitada, optaram por uma exploração intensiva dos solos, desrespeitando a rotatividade

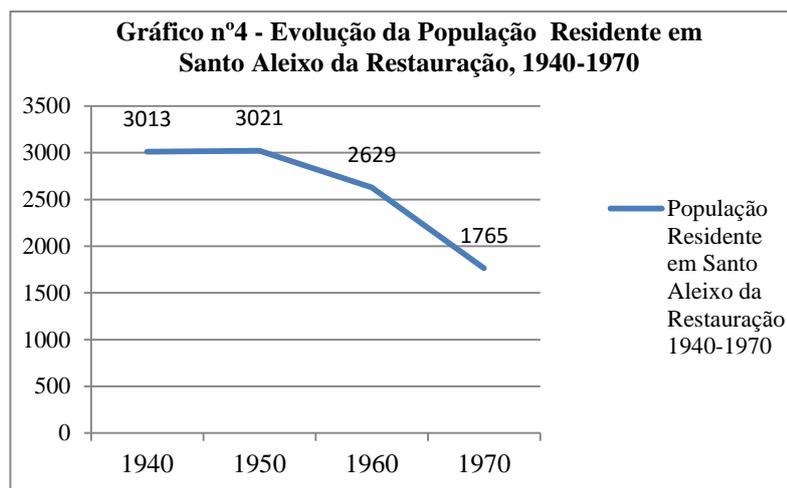
³⁰ São exemplos desta situação a Herdade da Negrita que detinha uma casa do celeiro, e a própria junta de freguesia que era proprietária de um celeiro, construído no antigo curral do concelho. Segundo Bento Caldeira “Aí por 1928, na metade anterior desse curral construiu a Junta de freguesia o celeiro da Junta, onde eram armazenados até à venda os quartos de trigo, aveia e cevada, que eram as taxas cobradas aos vizinhos pela exploração das glebas ou sortes das herdades do povo.” (1997, p.150)

do pousio e contribuindo para a sua desertificação. Os baixos rendimentos resultantes dos anos continuados de exploração intensiva, levaram a Junta de Freguesia a abandonar, a partir de Agosto de 1941, o arrendamento do lote 13 da Herdade da Contenda (Lecoq, 2014). Segundo Bento Caldeira, quando a Junta de Freguesia abandona o arrendamento do lote nº 13, “a partir daí começou a complicar-se gravemente a vida dos seareiros de Santo Aleixo, e foi esse o início da progressiva extinção da tão laboriosa classe, e a principal determinante da desertificação humana que se verifica nesta freguesia” (1997, p.161).

Após anos de exploração intensiva, os solos da Contenda apresentavam sinais de desertificação, sendo este o motivo pelo qual a Câmara Municipal de Moura requereu a intervenção dos Serviços Florestais. A Contenda é submetida ao Regime Florestal Parcial e o seu primeiro projeto de arborização foi elaborado em 1958 e iniciado no ano de 1959 na Contenda Sul³¹. Nestes primeiros 3364 ha, correspondentes aos lotes 13 e 22 (Anexo nº), foram instalados Pinheiros, Sobreiros, Eucaliptos, Pinheiros bravos, Azinheiras e Ciprestes (AFN, 2010; Lecoq, 2014). Em 1963 o projeto sofre atualizações e passa a Regime Florestal Parcial Facultativo, expandindo-se aos restantes 1904 ha (lotes 1 a 12) da Contenda Norte, onde foi realizado um reforço da arborização, uma adaptação para a exploração cinegética e silvo-pastoril, e a criação de uma reserva de caça (AFN, 2010; Lecoq, 2014).

À medida que os contratos de arrendamento dos lotes terminavam, os rendeiros e seareiros abandonavam as terras da Herdade da Contenda, ficando em situações críticas de inatividade. De acordo com os dados referentes à evolução da população residente de Santo Aleixo da Restauração, verificamos que a população se manteve e até apresentou um crescimento mínimo entre 1940 e 1950, sendo que entre 1950 e 1970 sofre um decréscimo abrupto, influenciado pelos processos migratórios internos e externos (Gráfico nº 4). Entre 1940 e 1950 a população apresenta uma taxa de variação positiva com um acréscimo de + 0,26 (Gráfico nº4), no período correspondente à transição da Contenda de um regime de exploração por arrendamento de lote, para um Regime Florestal Parcial.

³¹ Diário do Governo - nº 109 – II série de 08 de Maio de 1959



Fonte: INE (1943-1970)

A este período correspondem também as limitações impostas por lei à emigração dos trabalhadores rurais e operários, que constituíam a força de trabalho indispensável para o regime. De acordo com Santos (2004, p.30-31) “[...]em 1944, o acesso ao passaporte ordinário estava vedado a operários e trabalhadores rurais³²”, estando portanto os trabalhadores assalariados e os seareiros de Santo Aleixo da Restauração impedidos de emigrar, restando-lhes apenas subsistir na dependência das ofertas de trabalho agrícola sazonal, ou através de uma procura pelo êxodo rural.

A segunda metade da década de 40 do séc. XX corresponde também ao período pós-Segunda Guerra Mundial (pós 1945), que marcou a mudança no discurso político do Estado Novo.

Impulsionado pela expansão económica do pós-guerra, o Estado Novo adopta uma concepção industrialista para o desenvolvimento do país, que assentava numa estratégia de expansão industrial e reforço das suas infraestruturas económicas (Graça, 1999). Para tal, o Estado promulga em 1944 a lei da electrificação³³, e em 1945 a lei do Fomento e Reorganização Industrial³⁴ (Rosas, 1994). Com estas duas leis, o Estado Novo punha em ação o processo de industrialização, que ambicionava uma transformação nas estruturas produtivas do país, através da reorganização das indústrias existentes e da fundação de novas indústrias que garantissem uma redução das importações nacionais. Nos primeiros anos da década de 50 do século XX, o processo de industrialização apresentava os seus primeiros resultados. A reconversão e fundação de novas indústrias

³² Decreto-lei nº 33 918 de 5 de Setembro de 1944

³³ Lei n.º 2002 de 26 de Dezembro de 1944

³⁴ Lei n.º 2005 de 14 de Março de 1945

foram acompanhadas de um crescente êxodo rural, que contribuiu para a constituição da mão-de-obra necessária para um tecido industrial de base taylorista, assente essencialmente numa sobre-exploração da força de trabalho.

No contexto de Santo Aleixo da Restauração, muitos foram os que saíram da aldeia para integrar as indústrias localizadas essencialmente na região de Lisboa e Vale do Tejo. Os dados relativos à população residente entre 1950 e 1960 (gráfico nº4) apresentam uma taxa de variação negativa, com um decréscimo populacional de -13%. Como refere Ana Marques da Silva, muitos santoaleixenses deixavam a aldeia para trabalhar nos campos de produção de tomate e na recém-fundada Fábrica da Compal³⁵ localizada no Entroncamento:

"Depois começou a aparecer as pessoas terem que abalar para o tomate, também fomos para o tomate, para a fábrica dos tomates. E a apanhar tomate de empreitada também, ainda no tempo de Salazar, acho eu que era no tempo de Salazar ainda. É, é! tão a minha filha tem 52 anos, as minhas filhas eram pequeninas e íamos a fazer essas campanhas também." (Entrevista nº 2)

Neste período de impulso da industrialização, o Estado Novo idealizava uma modernização da agricultura, que a torna-se num sector capaz de servir e acompanhar o desenvolvimento industrial. É neste sentido que em 1946 é promulgada a lei dos melhoramentos agrícolas³⁶, que procurava diminuir a dependência da exploração arvensa e proceder à reconversão de culturas, através de uma política de crédito vocacionada para ações de hidráulica e de arborização florestal.

Nos primeiros anos a lei dos melhoramentos agrícolas não teve o impacto desejado, mas a partir de 1950 com o aumento do êxodo rural, o sector primário perde gradativamente a sua mão-de-obra assalariada e os proprietários agrícolas são obrigados a proceder à mecanização intensiva das propriedades, para colmatar a carência de força de trabalho (Amaral, 1994).

Entre o final da década de 50 e o início da década de 60, muitos portugueses emigram devido ao impulso de recuperação económica da Europa, procurando melhores salários, melhores empregos e uma alternativa às suas débeis condições de vida.

³⁵ Compal - Companhia Produtora de Conservas Alimentares, foi fundada em 1952.

³⁶ Lei n.º 2.017 de 25 de Junho de 1946.

Com a adesão à EFTA³⁷ (European Free Trade Association), Portugal passa a fazer parte desta área de comércio livre, com o objectivo de garantir um aumento das suas exportações e a continuidade do desenvolvimento industrial (Lains, 1994). Segundo Pedro Lains com a entrada de Portugal na zona de comércio livre, começa-se a assistir a “uma gradual abertura à concorrência internacional, tanto no que diz respeito às trocas comerciais como ao movimento de capitais e à emigração para a Europa ocidental e América do Norte” (1994, p.935). Os Portugueses aproveitam esta abertura do país para emigrar, procurando não só melhores condições de vida, como também fugir ao regime e à ameaça da Guerra Colonial. De acordo com Vanda Santos “O ano de 1966 foi, sem dúvida, o ano em que se assistiu à explosão emigratória no período de Salazar: 120 239 emigrantes regulares, 12 595 em situação clandestina, constituindo um total de 132 834 emigrantes³⁸”(2004, p.33).

No contexto de Santo Aleixo da Restauração, a emigração teve a sua explosão também a partir de 1960, tendo como destino principal países como a França e a Suíça. Os dados da população residente de Santo Aleixo da Restauração para o período entre 1960 e 1970 (Gráfico nº4), apresentam uma taxa de variação negativa, como um decréscimo populacional de -33%. Entre o ano de 1940 e o ano de 1970 (gráfico 4), Santo Aleixo da Restauração perdeu cerca de 1248 pessoas residentes, o que representa uma taxa de variação negativa com um decréscimo populacional de -41%.

Isabel Balancho recorda as débeis condições de vida dos santoaleixenses que recorriam à emigração:

"Sim, isso foi em 63 mais ou menos, foi o primeiro surto de emigração. Foi em 63, tanto que agora ouço falar em emigração, nessa altura foi a maior parte, foi muita gente. Aqui o meu cunhado tinha uma taberna, e tem, essa do Rabão. E ele, o meu cunhado, virava com o dinheiro não havia cheque, não havia isto do banco e “atão” tinha o dinheiro numa saca dessas da farinha, depois as pessoas vinham aqui pedir-lhe para lhe emprestem o dinheiro para as botas de borracha e para os fatos de oleado, que iam a fazer trabalhos para França e ele ajudou muito, muita gente de Santo Aleixo. Maneira que foi nessa altura eu recordo-me,

³⁷ Fundada a 4 de Janeiro de 1960 pelo Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, com o intuito de criar uma área de comércio livre (Andresen-Leitão, 2004; Lains, 1994).

³⁸ Números consultados pela autora na Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, onde os dados relativos à imigração foram fornecidos pelo O.N.I. e onde foram consultadas publicações do INE.

em 63, iam comprar o fatinho amarelo, as botas para irem para França. Eu depois já parti em 1969 para aí, 70, não sei já." (Entrevista nº5)

Outro dos factores que influenciou a saída abrupta da população de Santo Aleixo na década de 60, foi a publicação do novo regime cerealífero em 1965 (Amaral, 1994) que previa o fim do crédito de campanha, obrigando os produtores a uma reorganização das explorações e à substituição da cultura do trigo por culturas mais competitivas:

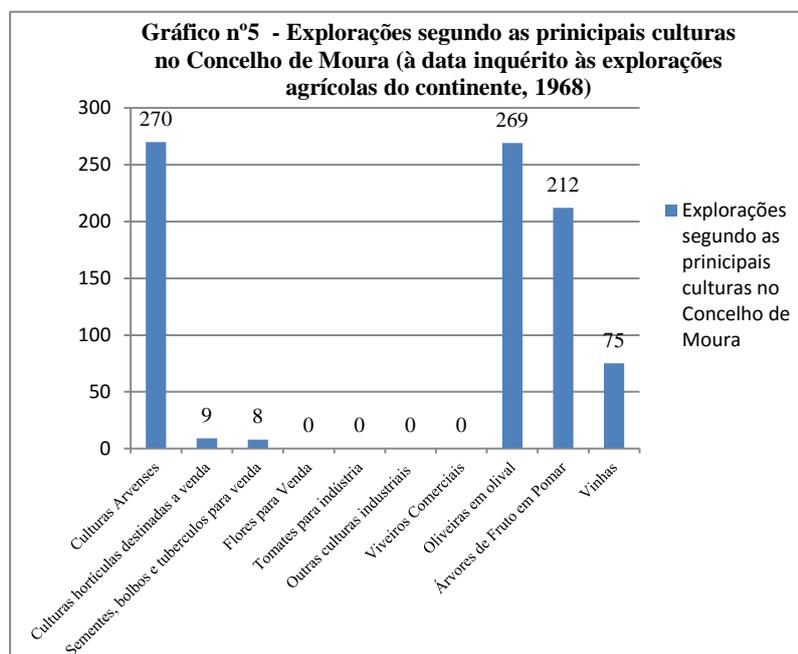
“Também no que propriamente respeita ao apoio financeiro do Governo à lavoura cerealífera, o presente decreto-lei diverge profundamente dos que lhe antecederam: salvo no caso de produção do ano corrente, que beneficiará, sem condições, quer no reajustamento de preços, pagos ou garantidos, quer do apoio financeiro, a partir da próxima campanha este apoio só será dado aos empresários que iniciem, efetivamente, a reorganização das suas explorações agrícolas, pela reconversão das culturas ou pela melhoria dos seus atuais instrumentos e técnicas de produção.” (Decreto-Lei n.º 46.595, de 15 de Outubro de 1965)

Esta medida deixou os seareiros e pequenos produtores da aldeia impossibilitados de preparar as próximas campanhas por incapacidade financeira. Assim sendo, o novo regime cerealífero para além de representar o afastamento do apoio do Estado à cultura do trigo, demonstra também o seu intervencionismo no encaminhamento das explorações para uma modernização forçada, através da mecanização e aposta em novas culturas competitivas.

De acordo com o inquérito às explorações agrícolas do continente de 1968 (gráfico nº5), conseguimos verificar que no concelho de Moura, das 322 explorações, 270 dedicavam-se à cultura arvense. As 322 explorações não se dedicavam apenas a uma só cultura, pois o número de explorações que detinha oliveiras em olival (269 explorações) e árvores em pomar (212 explorações) encontrava-se muito próximo do número de explorações arvenses.

Estes números ilustram também os impactos da medida de 1965, demonstrando que no concelho os principais prejudicados foram os seareiros e pequenos agricultores, que se viram obrigados a emigrar para fazer face à escassez de oferta de trabalho e de meios de subsistência. Os números ilustram que os latifundiários e grandes lavradores

continuaram a explorar o trigo, aproveitando os apoios do novo regime cerealífero para modernizar a cultura e colmatar as carências de mão-de-obra assalariada.



Fonte: INE (1972)

O período entre 1960 e a década de 70 do século XX trouxe profundas alterações ao nível da exploração da terra. Em 1970 é publicado o novo regime cerealífero onde o Estado Novo acaba por afirmar que:

“torna-se cada vez mais difícil isolar o sector cerealífero, e particularmente o trigueiro, do conjunto da nossa agricultura, tratando-o separadamente, sem atender às opções alternativas e à interdependência de culturas, mercados e produto”(Decreto-Lei 491/70 de 22 de Outubro de 1970).

O Estado Novo retira assim o regime de exclusividade à cultura do trigo e lança um conjunto de apoios à reconversão cultural, que englobam: subsídios de construção e implementação de sistemas de rega; subsídios de instalação de culturas hortofrutícolas; e subsídios de conversão de terrenos a regime de coutada de caça. Estas medidas foram responsáveis pela transição de um regime fundiário assente na exploração indireta da terra, para um regime capitalista agrícola por conta própria ou arrendamento, totalmente dependente das políticas subsidiárias do Estado (Amaral, 1994; Graça, 1999; Baptista, 1994).

Desta forma em Santo Aleixo da Restauração as piores terras foram: arborizadas; convertidas a pastagem permanente natural para a atividade pecuária; ou em situações extremas, passaram ao descultivo. Na posse dos grandes proprietários estavam as melhores terras, que foram: convertidas a uma mecanização das culturas; à exploração do montado de sobro para o mercado da cortiça; transformadas em zonas de caça; ou adaptadas à pecuária e a novas culturas frutícolas.

A posse da terra continuou nos grandes latifundiários porque a agricultura conseguiu manter-se isolada do processo de desenvolvimento industrial, não sofrendo qualquer reforma por parte do Estado, que pudesse afectar o seu regime de propriedade. Com a mecanização da agricultura e a redução das áreas de cultivo, a população viu-se obrigada a recorrer ao êxodo rural para os novos clusters industriais nacionais, e posteriormente para o estrangeiro, onde as remunerações eram mais compensatórias. Até ao fim da ditadura salazarista, a aldeia continua a assistir ao seu despovoamento, resultante da queda do modelo agrícola de organização societária. Com os contínuos fluxos migratórios, a renovação das gerações fica em risco, e por agregação, perdem-se também as vivências quotidianas e muito do património imaterial da aldeia, do qual o cante alentejano é representante.

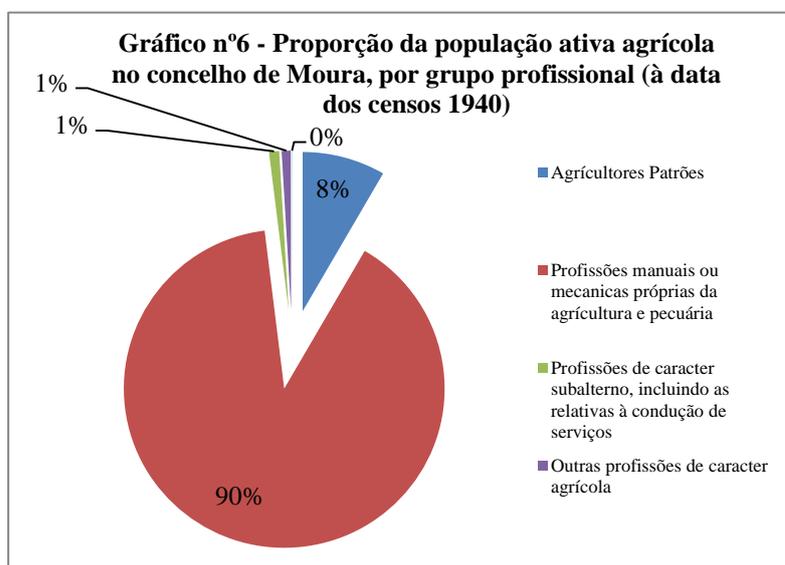
2.2.Trabalho agrícola e a sua sazonalidade

Em Santo Aleixo da Restauração o mercado de trabalho estava assente no sector primário e dependia do calendário agrícola das herdades envolventes (tabela nº2). A posse da terra determinava toda a atividade agrícola da aldeia, estando o poder de dinamização das ofertas de trabalho centrado nos proprietários, rendeiros e seareiros. Como refere Ana Maria Chouriço, o recrutamento na aldeia era feito diretamente pelos proprietários e os trabalhadores contratados circulavam de herdade em herdade:

“Pois. Por exemplo, agora havia um patrão que vinha, falava. Acabava o serviço daquele, já estavam falados para outro, já iam para outro. Hoje é que já...”

(Entrevista nº1)

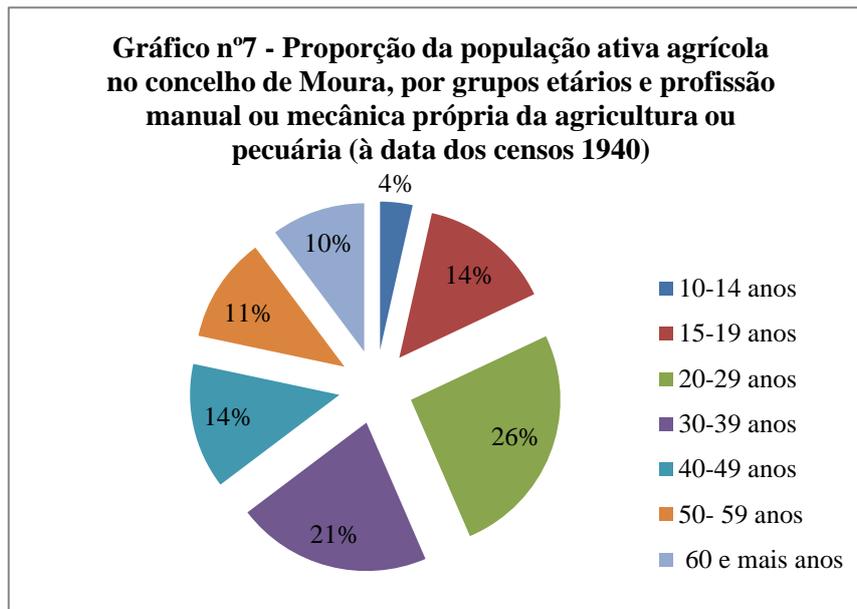
A dependência dos trabalhadores agrícolas face às ofertas de trabalho dos proprietários da terra, encontrava-se ilustrada nos dados de 1940 para a população ativa agrícola do concelho de Moura (à data dos censos de 1940, Gráfico nº6 e Anexo nº 2). Nesse ano o concelho apresentava uma população ativa agrícola de 7986 pessoas, das quais 668 correspondiam ao grupo dos agricultores patrões e 7162 ao grupo dos trabalhadores rurais (Profissões manuais ou mecânicas próprias da agricultura e pecuária). Deste modo, no concelho de Moura 7162 pessoas viviam numa situação de dependência das ofertas de trabalho dos 668 proprietários da terra, numa relação que ilustra a predominância do regime fundiário no concelho.



Fonte: Adaptado de INE (1943)

Para os 7162 trabalhadores rurais (profissões manuais ou mecânicas próprias da agricultura ou pecuária) o grupo etário dos 20-29 anos era o mais expressivo, situando-se nele cerca 26% da sua população (Gráfico nº7 e anexo 2). Se alargarmos o intervalo entre os 20-49 anos, verificamos que era nestas faixas etárias que se encontrava a maioria (cerca de 61%) do grupo profissional dos trabalhadores assalariados. É de referir também a presença expressiva do trabalho infantil, representado pelos grupos etários dos 10-14 anos e dos 15-19 anos³⁹, num total de cerca 18% dos trabalhadores rurais.

³⁹ Grupos etários pré-definidos pelo INE nos Censos de 1940, não sendo possível excluir as faixas etárias correspondentes aos 18 e 19 anos de idade.



Fonte: Adaptado dos dados de INE (1943)

O trabalho infantil agrícola era o reflexo das débeis condições de vida das famílias rurais, que estando apenas dependentes dos rendimentos alcançados com o trabalho sazonal, introduziam as crianças para que estas contribuíssem para o orçamento familiar. Joaquina Neves recorda que abandonou os estudos precocemente, porque a subsistência da família dependia do trabalho rural:

“A idade com que abandonei os estudos foi 12 anos. Fiz o exame da 4ª classe, comecei a trabalhar no campo, na agricultura. O que aparecia era o que eu fazia. Fazia de tudo. Era azeitonas, era ceifas, eram as mondas. No nosso tempo a gente trabalhava no campo, fazia-se os trabalhos todos. Mas comecei com 12, 13 anos. Aos 12 anos deixei a escola, aos 13 anos comecei a trabalhar. Eu não tinha possibilidades, capacidades até tinha para estudar, possibilidades é que não tinha. A gente vivia do trabalho e tínhamos que ir com os nossos pais logo a trabalhar. Para onde é que eles abalasses íamos nós. Era assim, não é como é agora, quer tudo estudar, tudo estudar. A gente tinha boa cabeça, fazia muita coisa, mas só até aquela idade. Não era capaz.” (Entrevista nº 4)

As crianças eram direcionadas ainda em idade pueril para o quotidiano do trabalho agrícola, onde efetuavam uma transição rápida para a vida adulta. Todo este percurso era marcado por uma infância ignorada, que retirava às crianças a possibilidade de desenvolver as suas potencialidades através de um acesso livre à educação.

Em Santo Aleixo da Restauração o trabalho era alvo de uma maior valorização social e para as famílias de trabalhadores rurais revelava-se como a única alternativa na luta pela sobrevivência. José Cutileiro identificou também em Vila Velha (Monsaraz) os impactos negativos de uma subsistência dependente do trabalho agrícola, que impunha limitações no acesso à educação dos mais jovens:

“Nas épocas da sementeira e da ceifa, os trabalhadores chegavam a dormir apenas quatro horas por noite. Era uma vida extremamente difícil: os salários eram muito baixos, os benefícios sociais, inexistentes, e a instrução, um objectivo impensável para o filho de um trabalhador rural. Não havia, porém, alternativa.” (2004, p.63)

A própria posição do Estado Novo quanto ao trabalho infantil era desprovida de clareza. Por um lado, permitia a sua existência em situações especiais, por outro, publicava legislação que impunha a obrigatoriedade de frequência do ensino primário a todas as crianças portuguesas.

Com a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional (ETN), o Estado Novo não toma uma posição abolidora do Trabalho infantil, referindo que este pode ser regulado por disposições especiais da vida doméstica:

“ O trabalho das mulheres e dos menores, fora do domicílio, será regulado por disposições especiais conforme as exigências da moral, da defesa física, da maternidade, da vida doméstica, da educação e do bem social.” (Art.º 31 do Decreto-Lei n.º 23.048 de 23 de Setembro de 1933).

No que diz respeito ao acesso à educação, o Estado Novo lança uma reforma do ensino primário com a publicação do decreto-lei 27.279 de 24 de Novembro de 1936, onde estabelece a obrigatoriedade do ensino primário elementar, definindo que o mesmo seja leccionado de acordo com uma separação de classes por género. Com a publicação deste decreto-lei, o Estado também estabelece que a inscrição na Mocidade Portuguesa é obrigatória para todos os alunos do ensino público e privado, lançando assim as bases dos valores ideológicos “Deus, Pátria, Família”, como o propósito de instruir cidadãos ordeiros, dóceis, cristãos, patrióticos e informados.

Em 1938, o ensino passa a ser obrigatório para todos os portugueses entre os sete e os 12 anos e divide-se em dois graus⁴⁰: o elementar – composto pela 1.^a, 2.^a e 3.^a classe; e o ensino complementar – composto pela 5.^a e 6.^a classe. O ensino gratuito para os pobres foi a maior alteração da lei de 1938, que permitiu às crianças oriundas das famílias mais carenciadas, o acesso ao ensino.

Em 1941 o Estado Novo reforça a aposta no ensino primário, através do Plano dos Centenários (entre 1941 e 1974) onde previa uma atualização e alargamento da rede escolar nacional, numa clara oposição ao analfabetismo do país:

“O governo iniciará em 1941 a execução do plano geral da rede escolar, que será denominado <<dos centenários>>, e que serão fixados o número, localização e tipos das escolas a construir para completo apetrechamento do ensino primário[.]” (Art. 7.º da Lei n.º 1.985 de 17 de Dezembro de 1940).

É a partir de 1944 que se iniciam as obras da primeira fase do Plano dos Centenários (Tavares, 2010), que seguiram os edifícios-tipo definidos por região. No Sul, as escolas adoptaram o modelo dos edifícios Alentejo e Algarve e foram construídas com elementos arquitectónicos de cada região⁴¹.

Em Santo Aleixo da Restauração foram instaladas entre 1948-1952 duas escolas primárias do modelo-tipo Alentejo⁴². Ambos os edifícios possuíam três salas e cada um deles estava destinado a receber alunos apenas de um género. A escola dos rapazes (1952) ficava situada na Rua Fonte de Arouche, e a das raparigas (1948) na Rua de São Sebastião.

O investimento realizado pelo Estado Novo em Santo Aleixo da Restauração, estava sustentado nos elevados números de analfabetismo que a freguesia apresentava. No ano de 1940 (Tabela nº1), Santo Aleixo era constituído por uma população residente de 3013 pessoas, das quais 2496 eram analfabetas, o que representava uma taxa de analfabetismo⁴³ de 82,84%.

⁴⁰ Lei nº 1.969 de 20 de Maio de 1938

⁴¹ Alberto Braga de Sousa era o arquiteto responsável pelos projetos do Sul (Tavares, 2010).

⁴² Dados obtidos junto da Secretária-geral do Ministério da Educação e Ciência

⁴³ Devido à categorização utilizada pelo INE para a Instrução, a Taxa de Analfabetismo foi calculada de acordo com a seguinte fórmula: T. Analfabetismo (%) = (População que não sabe ler / População Residente) x 100

Ano	População Residente	Tabela nº1 - População Residente de Santo Aleixo da Restauração, segundo o Nível de Instrução e Género (à data dos censos 1940-1950)						
		Sabem ler			Analfabetos			T. de Analfabetismo (%)
		HM	HM	H	M	HM	H	M
1940	3013	517	294	223	2496	1188	1308	82,84
1950	3021	1259	720	539	1762	764	998	58,33

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (1943-1952).

Em 1950, as políticas educativas do Estado Novo começaram a ter os primeiros efeitos na aldeia, que apresentava 1762 pessoas analfabetas, às quais correspondia uma taxa de analfabetismo de 58,33% (tabela nº 1). A descontinuidade dos dados, não nos permite continuar a avaliar o impacto das políticas educativas na aldeia. Contudo, a partir da análise dos dados de 1940 e 1950 é possível concluir que estas alterações tiveram um impacto positivo ao nível do ensino primário elementar, garantindo a um maior número de crianças o acesso à educação.

No ano de 1952, o Estado Novo reforça a obrigatoriedade do ensino primário elementar, alargando a frequência obrigatória para todas as crianças entre os 7 e os 14 anos⁴⁴. Porém, esta nova alteração previa uma dispensa da obrigatoriedade de frequência para todas as crianças que vivessem a mais de 3 km da escola e que não lhe fosse garantido o transporte. Esta dispensa acabou por ter um impacto excludente para as crianças que habitavam nas herdades e propriedades agrícolas isoladas. Como recorda Ana Maria Chouriço, quem residia distante de Santo Aleixo da Restauração, ficava privado do acesso à educação:

“Em “tando” uns certos quilómetros desviados do povo, as mulheres já não era obrigatória. O homem ainda lá coiso, agora a mulher já não era obrigatória. Em “tando” uns certos quilómetros desviados, já não. Logo depois muita gente aprendeu, já depois de virem.” (Entrevista nº 1).

Em Santo Aleixo da Restauração as escolas leccionavam até à 3ª Classe. Quem pretendesse continuar os estudos tinha que prosseguir em Moura, o que na maior parte das vezes não acontecia, devido à incapacidade das famílias para garantir as deslocações pendulares ou estadia dos filhos. A maioria das crianças nesta situação transitava da

⁴⁴ Decreto-Lei nº 38.969 de 27 de Outubro de 1952

escola diretamente para os trabalhos da agricultura e pecuária. Como lembra Bento Figueira:

“Com 10 anos, tivemos que sair da escola e fui a guardar porcos. Pronto não cheguei a ir para a escola com 10 anos para ir a guardar porcos, porque a vida naquele tempo era assim. E com os anos já comecei a guardar porcos pela ajuda do meu pai e até fui crescendo, fui crescendo até que comecei a trabalhar também já no campo, também com as pessoas.” (Entrevista nº 3).

Neste processo transitório para a vida adulta, as crianças recebiam uma aprendizagem para o trabalho, transmitida pelos trabalhadores rurais aos mais novos. As crianças eram introduzidas nos ranchos de trabalhadores onde usufruíam da intergeracionalidade, que lhes facilitava o desenvolvimento de aprendizagens por imitação e identificação. Como relembra Joaquina Neves, os trabalhadores rurais:

“Ensinavam tudo. Porque o trabalhador mais velho se tinha um filho, ou um sobrinho, ou outra pessoa amiga, pois tinha que aprender, porque a gente ninguém nasce ensinado. Mesmo que nós, as mulheres mais velhas. Eu por exemplo, comigo, se queria ir quando comecei a apanhar azeitona, tive que ir ao lado da minha mãe, que era para aprender. Às mondas, se a minha mãe não ia, uma pessoa amiga, ou uma amiga da minha mãe, ou uma pessoa vizinha levava-me e punha-me lá opé (perto de) dela. Punha-me mesmo lá “opé” dela, para eu fazer o serviço.” (Entrevista nº 4)

Nos processos de aprendizagem para o trabalho, era frequente a mulher assumir o papel formativo e maternal, sendo as crianças colocadas na sua proximidade para iniciarem a aprendizagem. Joaquina Neves lembra, que embora a campanha da monda fosse uma campanha feminina, introduziam-se rapazes para que iniciassem a aprendizagem para o trabalho:

“Nessas mondas era só as mulheres. Rapazes novos também, porque às vezes tinham que trabalhar com a gente para aprenderem também a trabalhar. Tinham que os meter assim. Mas era só as mulheres, o homem que tínhamos era o encarregado.” (Entrevista nº 4).

O processo de aprendizagem para o trabalho era repetido a cada nova campanha, uma vez que as distintas colheitas exigiam dos aprendizes o domínio de novas técnicas e o conhecimento das suas especificidades. Como recorda Ana Marques Silva, na colheita da azeitona não era qualquer trabalhador que ocupava o papel de varejador:

“Pois e a varejar azeitona e a fazer tudo. Que a azeitona tinha preceito para se varejar, hoje todo o mundo dá “porrada”(pancada) de toda a maneira, tá tudo seco. E antigamente não, era a desejo, e era a favor. Metiam a varinha no meio, ninguém lascava uma azinheira. Não era toda a gente que varejava azeitona, não era toda a gente que varejava azeitona, é assim mesmo.” (Entrevista nº 2)

O trabalho infantil transportava a criança para o contexto de trabalho, exigindo dela uma rápida transição para a idade adulta. O tempo que era retirado à infância despoletava nas crianças comportamentos ilustrativos de um binómio trabalho-infância, transportando para o contexto de trabalho, as brincadeiras e jogos típicos da sua idade. Como refere Joaquina Neves, no contexto de trabalho:

“Jogava-se à china, fazia-se meia. As mulheres assim mais de idade. levavam a meia. A gente, as novas, jogávamos à china, fazíamos brincadeira, judiávamos umas com as outras. Era tudo assim. Um quarto de hora que a gente tivesse descansando, muitas vezes era só para a brincadeira. A malta nova, as outras já também queriam descanso, já eram mais de idade. Agora a malta nova? Se era no tempo do carnaval, não deixávamos “tar” ninguém sossegado, era só às brincadeiras de carnavá, o bocadinho que além “távamos”. Se andava numa monda, o bocadinho que a pessoa dava para irmos a descansar, fazíamos isso.” (Entrevista nº4)

As brincadeiras estavam associadas aos momentos de convívio entre trabalhadores e ocorriam maioritariamente nas pausas de descanso. Estas podiam englobar jogos tradicionais, o cante alentejano ou até representações e formas de ser adulto. Ana Marques da Silva, recorda as brincadeiras que representavam o contrabando de café, tido como comportamento desviante pelos poderes regulatórios do Estado:

“E havia aqui o coiso das mochilas, dos homens irem levar mochilas à Espanha. E a gente tinha aquela cegueira de ver os nossos pais, então fazíamos assim: as

mais velhas eram os guardas-fiscais [..]; e as mais novas eram os mochileiros. Depois tínhamos o nome dos namorados. O meu era Domingos, a outra era António e eram o nome dos namorados. Íamos a levar a mochila depois chegavam os guardas-fiscais, brincando vê lá a brincadeira, uma mulheres raparigas. Apareciam os guardas-fiscais, a gente fugia, deitava-se no meio daqueles trigos, debaixo daquela sombra das azinheiras. O manajeiro vinha-se cá à gente mesmo de noite: “tirem-se daí que me acabam com o trigo”. Era só brincar, com tanto trabalho e era só brincar" (Entrevista nº2)

Ao mesmo tempo que as crianças cresciam dentro do contexto de trabalho, desenvolviam com ele uma relação de dependência e submissão. A falta de alternativas ao trabalho agrícola, deixava os trabalhadores rurais vulneráveis à ação do patronato. Em Santo Aleixo da Restauração, os proprietários da terra não disponibilizavam ofertas de trabalho ao longo de todo o ano (tabela nº2). Estas apenas ocorriam em períodos de maior atividade, que coincidiam com os ciclos das culturas agrícolas predominantes, para as quais os proprietários recrutavam grandes volumes de mão-de-obra assalariada. Esta configuração da dinâmica do recrutamento concedia um carácter sazonal ao mercado de trabalho agrícola, estando os trabalhadores vulneráveis a períodos de desemprego entre colheitas. Como recorda Bento Figueira, era entre Abril e Maio⁴⁵ que havia o período de maior inatividade na aldeia:

“Pouco tempo “tava”, até os velhos diziam assim: “ A ladeira (subida íngreme) de Maio era a pior”. O mês de fins de Abril até aos fins de Maio não havia trabalhos. " (Entrevista nº3)

Nos restantes meses do ano, o calendário agrícola de Santo Aleixo apresentava três picos de recrutamento de mão-de-obra assalariada, correspondentes à ceifa, à colheita da azeitona e à monda. Como refere Ana Marques da Silva:

“Nos fins de Maio, em Junho começava a ceifa da aveia, a cevada, logo era o trigo, logo já acabava...logo era as desbulhas. Era as máquinas, iam debulhar o trigo, os homens iam, e “atão” depois vinha a azeitona. Acabávamos a azeitona, pouco tempo ali “távamos” sem começarmos a mondar. Era assim sempre mais ou menos o trabalho” (Entrevista nº 2)

⁴⁵ Período correspondente ao crescimento da sementeira do cereal.

A monda do cereal era a primeira das três campanhas a ser realizada. Iniciava no final de Maio e o trabalho consistia em eliminar as ervas nocivas à sementeira do cereal. Para esta campanha eram recrutadas apenas mulheres, como refere Ana Maria Chouriço:

“A monda era já da mulher, era muito raro haver...só havia o manajeiro dos homens.” (Entrevista nº1)

Tabela nº2 - Calendário Agrícola de Santo Aleixo da Restauração (1930-1970)	
Mês	Atividade
Janeiro	Limpeza de Árvores Picas de Lenha
Fevereiro	Sementeira de leguminosas de rotação com os cereais - Grão-de-bico ou Tremoços
Março	Sementeira de Trigo, Aveia, Centeio ou Cevada
Abril	
Maio	No final de Maio iniciava a Monda do Cereal
Junho	Ceifa e debulha do trigo, aveia, centeio ou cevada
Julho	No final de Junho iniciava a Colheira do Grão-de-bico ou do Tremoço; Descortiçamento dos Sobreiros.
Agosto	Colheira do Grão de Bico ou do Tremoço; “Esburricular” - Retirar os "pés de burrico" (Rebentos) das Oliveiras; Descortiçamento dos Sobreiros
Setembro	No final de Setembro iniciava a colheita da Azeitona
Outubro	Colheita da Azeitona
Novembro	Colheita da Azeitona
Dezembro	Colheita da Azeitona

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos em sede de entrevista semidiretiva para esta dissertação.

No mês de Junho iniciava a campanha da ceifa, que era uma das campanhas mais rentáveis para os trabalhadores rurais da aldeia. O trabalho era muito, porque todos os proprietários da terra se dedicavam ao cultivo cerealífero. A ceifa era realizada por ranchos de trabalhadores assalariados com elementos masculinos e femininos, que durante o calor cortavam os caules do cereal junto à terra, com o auxílio de uma foice. Como lembra Bento Figueira, a ceifa do cereal era feita lado a lado com a mulher:

“Era sempre, trabalhavam sempre juntos na “aceifa”, ou monda ou na apanha da azeitona, era quando o homem andava sempre junto com a mulher.” (Entrevista nº 3)

A sementeira do cereal era feita numa rotação leguminosa-cereal, que recorria essencialmente ao grão-de-bico e ao tremoço para aumentar a fertilidade dos solos

através da libertação de azoto. Quando era feita esta rotação, procedia-se entre Julho e Agosto à colheita do grão-de-bico ou do tremço. Em particular, a campanha do grão-de-bico era realizada por homens e mulheres, que procediam às colheitas maioritariamente no período da noite ou madrugada, para evitar os picos de calor e a secura desta leguminosa.

Em Santo Aleixo da Restauração não existiam grandes extensões de olival, o que exigia que os trabalhadores realizassem migrações sazonais nos finais de Setembro para as propriedades envolventes de Moura. A Herdade dos Machados, fundada por José Maria dos Santos no século XIX, era uma das propriedades que acolhia um maior número de trabalhadores durante as colheitas da azeitona. Esta herdade detinha 1500ha de olival, sendo considerado no século XX o maior olival da península ibérica. Em 1949 Mariano Feio descrevia assim a Herdade dos Machados:

“A Herdade dos Machados é vasta e muito rica. Ela é explorada através da direção dum feitor. No Monte, dotado de instalações modelares, quase luxuosas, encontra-se a administração, os quartos do pessoal, as oficinas, as cavalariças e as instalações industriais (prensa de azeite, destilação de figos, a moagem e a central eléctrica). Os trabalhadores não vivem no monte. Cerca de cinquenta, com as suas famílias, vivem em pequenas casas dispersas pela propriedade; os outros vivem nas aldeias em redor, e todas as semanas vêm com a sua trouxa e comida.[...] A época de trabalho mais intensa é a colheita da azeitona. Nela são utilizados 250 homens e 350 mulheres, para além do pessoal permanente. Eles veem em ranchos e são recrutados nas aldeias envolventes (Moura, Amareleja, Pias, etc.)” (cit. por Leite, 2009 , p.64-65).

Para as colheitas da azeitona os trabalhadores de Santo Aleixo deslocavam-se maioritariamente para a Herdade dos Machados, onde permaneciam durante o tempo da campanha nos montes envolventes à herdade. Ana Maria Chouriço recorda o seu papel de assistência à família, nas épocas em que eram feitos os recrutamentos da Herdade dos Machados, para a colheita da azeitona:

“E depois, havia patrões que vinham aqui a chamar o pessoal, por aí nos Machados, era quando se ia tudo à azeitona e isso tudo. E as minhas irmãs, quando chegando aquela altura da Azeitona, abalavam e eu ficava com o outro

meu irmão mais novo, com os meus pais. Ajudando os meus pais e elas iam. E os mais velhos já não existiam cá em casa." (Entrevista nº1)

A colheita da azeitona tinha uma duração variável e empregava homens e mulheres, que desempenhavam funções distintas. Ao homem era encarregue o varejo e à mulher a apanha da azeitona e a ripagem dos ramos. Como recorda Joaquina Neves:

"Pronto. Nas azeitonas tinha que ser o homem com a mulher, o casal. "Atão" a mulher tinha que apanhar e o homem tinha que varejar, tinha que ser assim. A mulher tirava a jorna do homem, mas o homem tinha que deitar o produto para o chão, para se apanhar." (Entrevista nº 4)

A campanha sendo de duração variável, os trabalhadores podiam permanecer fora de casa entre três a cinco meses. Segundo Joaquina Neves, em anos de grande produção as colheitas podiam estender-se até aos meses de Abril e Março:

"Mas o trabalho mais coiso era a azeitona. Era a campanha maior que se fazia fora daqui, porque aqui havia pouca oliveira, a gente tinha que ir para fora. Dormíamos lá, e lá é que se faziam as campanhas de dois meses, conforme calhava. Enquanto houvesse azeitona apanhávamos, chegámos a apanhar azeitona até este tempo pro caso, a Abril. Um ano era já no fim de Março e a gente sem se acabarem as azeitonas. Agora é que já se acaba cedo sempre." (Entrevista nº4)

Durante essas épocas de migração sazonal os montes de pernoita adoptavam uma organização compatível com os códigos de honra feminina. A pernoita dos trabalhadores era feita em dois espaços distintos do monte, cuja divisão era feita segundo o género. Havia um quarto para os rapazes solteiros e um quarto onde pernoitavam os casais conjuntamente com as raparigas solteiras. Ana Marques da Silva recorda os usos do espaço feitos pelos trabalhadores rurais e as condições de desconforto a que eram submetidos:

"A gente nos montes, era um lado para os homens solteiros e logo eram os casados e logo ao pé dos casados era as solteiras todas juntas. As camas de solteira tudo junto. Aquilo era no chão! Com "enchergas" de palha, uma "retalheira" em cima e depois um "cobertorinho" de pelo de rato. Assim era as

camas da gente. Queríamos vestir, uma emparava com um cobertor. Queríamos lavar, tínhamos que nos emparar com um cobertor. Logo o meu pai, para ali fez uma malhadinha velha, para ali para trás. As moças iam-se para ali a lavar todas. Não havia nada de jeito para a gente coiso, era uma miséria triste, muito triste, muito triste, muito triste!" (Entrevista nº 3)

Entre estes três picos de recrutamento existiam pequenos trabalhos relacionados com a limpeza e manutenção de árvores, que maioritariamente eram feitos pelos homens em Janeiro, e nos finais de Agosto às oliveiras. Como recorda Bento Figueira, aos grandes picos de trabalho colectivo sucedem os pequenos trabalhos destinados ao homem:

“E depois, gera-se sempre uma parte que ainda o homem andava sozinho que era já nas coisas das lenhas, traças de lenha, picas de lenhas, limpezas das árvores, aí é que andava sempre sozinho.” (Entrevista nº 3)

É também em Agosto que é realizado o descortiçamento dos sobreiros. Este obedece a uma ordem cíclica, que difere de acordo com o ano de tiragem. O primeiro descortiçamento é feito quando o sobreiro tem entre 25 e 30 anos, passando este posteriormente a ser descortiçado de nove em nove anos. O descortiçamento é realizado em Santo Aleixo exclusivamente por homens, cabendo à mulher apenas o transporte das pranchas de cortiça. Este é considerado um trabalho de arte porque o corte do machado não pode ferir a árvore. Os corticeiros de Santo Aleixo eram reconhecidos pela sua técnica, pois de acordo com Bento Caldeira “da abundância de cortiça, também denominada “corcha”, proveio o cognome de corcheiros dado nas aldeias vizinhas aos naturais de Santo Aleixo” (1994, p.159).

Na aldeia as mulheres eram alvo de maiores períodos de desemprego sazonal. Estas estavam afastadas quer dos trabalhos da adubagem e lavoura da terra, quer dos trabalhos de descortiçamento, limpeza e manutenção arbórea. Como afirma Bento Figueira:

“E aí se andava, mas naquele tempo ali o homem, a mulher é que tinham mais paragens de trabalho, era a mulher. O homem tinha muitas campanhas, que a mulher “tava” em casa sem fazer nada e o homem andava sempre trabalhando, antigamente era assim.” (Entrevista nº 3)

Nos períodos de desemprego sazonal, a população de Santo Aleixo recorria a estratégias de subsistência. Alguns trabalhadores agrícolas viviam situações de pluriatividade, desenvolvendo profissões pouco qualificadas na construção civil e na assistência às famílias mais abastadas. Segundo Ana Marques Silva:

”Havia muitos trabalhos, na aldeia só algum pedreiro, ou alguma pessoa que fosse a lavar a roupa às ricas, tenho aí uma tia que pegava numa burra levava a roupa desta fulana rica hoje, ia para Murtigão (ribeira) lavava aquela roupa toda e enxugava e amanhava e trazia para a dona. No outro dia ia a outra, tinham aquelas mulheres para lhe irem a lavar a roupa, porque não havia máquinas e as ricas era assim, tinham a lavadeira certa para irem a lavar as roupas. Carregarem-lhe água com os cântaros para casa, tudo, era tudo assim antigamente.” (Entrevista nº 2)

Quem não conciliava duas atividades, procura subsistir a partir de uma agricultura familiar, realizada em pequenos terrenos baldios ou nos quintais das habitações. Como refere Ana Maria Chouriço, quem tinha pequenos terrenos agrícolas trabalhava neles, para garantir a subsistência da família:

“Se a gente tinha coisas semeadas nossas, trabalhava nelas. Se não tínhamos, tinham que esperar que lhe falassem outra vez para irem para a azeitona, ou pra mondas, ou pra “aceifa”, ou pro que calhasse.” (entrevista nº 1)

Em períodos de grande inatividade, as famílias recorriam frequentemente ao êxodo rural como alternativa à subsistência. Joaquina Neves recorda a proatividade dos trabalhadores assalariados, que perante períodos de inatividade procuravam trabalho na província do Ribatejo:

"As mesmas, as mesmas. Ia gente para fora trabalhar por esses “Ribatejos”, a gente corria tudo também. Aqui não havia, saia-se mais com que se sai agora. Agora é mais para emigrações grandes hoje, mas antes não, a gente saia, saiam ranchos de pessoas."

Com a Guerra Civil Espanhola (1936), inicia-se na raia uma atividade de contrabando, a que os santoaleixenses recorrem como alternativa de subsistência. O contrabando era maioritariamente de café e o transporte era feito em mochilas por homens e mulheres.

Ana Marques da Silva recorda os momentos em que o contrabando foi a alternativa usada pelos seus pais para a subsistência da família:

“No tempo do meu pai, que éramos rapazes, à noite enchiam uma “saquinha” de café e iam levar a mochila, chamava a gente a mochila de café, para a Espanha aos espanhóis. Combinavam, tinham já os compradores certos, a minha mãe chegou a ir, o meu pai e o meu irmão.” (Entrevista nº2)

Durante os períodos de inatividade, para além da atividade ilícita do contrabando, as mulheres recorriam à colheita ilegal de bolota. Na suinicultura a bolota era valorizada como alimento para os animais, sendo por isso comprada a um bom preço. Havia ainda quem a vende-se com o intuito de comprar porcos, que mais tarde serviriam para a família como fonte de alimento, após o ritual da matança. Ana Marques da Silva recorda os tempos em que subsistia com a venda de bolota:

“A gente quando era raparigas? Sabe o que a gente fazia? Metia-mos dois ou três trapos num cesto de cana, íamos aí no tempo da boleta, íamos aí para o Ribeiro, fingíamos que “távamos” lavando e íamos a roubar boleta aí na Coitada. Porque “tava” aí a Guarda Republicana, que a Coitada é para os porcos do povo, metíamos numa saca enterrada [...] quando passava a Guarda “távamos” lavando, víamos que a Guarda ia almoçar, toca outra vez a varejar boleta e a encher a saca para vendermos. Depois de casada eu vendi muita boleta, eu desgracei-me vendendo boleta e comprando marrã.” (Entrevista nº2).

Em síntese, o calendário agrícola de Santo Aleixo apresentava três picos de recrutamento referentes à monda do cereal, à ceifa e à colheita da azeitona. Esta última exigia a migração sazonal dos trabalhadores para as herdades limítrofes da cidade concelho. Entre as três campanhas existiam períodos de desemprego sazonal, que eram mais intensos para a mulher, devido ao facto de esta ser afastada dos trabalhos especializados da limpeza de árvores e descortiçamento.

Nos períodos de inatividade, os trabalhadores recorriam a estratégias de subsistência que envolviam o recurso à agricultura familiar e ao desempenho de profissões pouco qualificadas. Em situações extremas, os trabalhadores recorriam à emigração e imigração, ao contrabando e furto de bolota.

Na aldeia, a disponibilização de ofertas de trabalho era da responsabilidade dos proprietários da terra, que recrutavam os trabalhadores diretamente ou através da Casa do Povo. Os trabalhadores viviam em total dependência dos latifundiários e grandes proprietários, pois deles dependiam as ofertas de trabalho e a disponibilização de terra para contratos de arrendamento e parceria.

Como veremos em capítulo seguinte, a ligação do contexto de trabalho à prática do cante alentejano era forte. O cante desempenhava funções motivacionais, permitindo a interação entre trabalhadores e ajudando a amenizar as exigências do trabalho rural.

3. Memória Social da Prática Espontânea do Cante

Santo Aleixo da Restauração assistiu entre a década de 30 e a década de 60 do século XX, a uma expressão fulgurante da prática espontânea do cante alentejano. Esta prática cultural detinha um elevado número de praticantes na aldeia, tornando-se numa manifestação atrativa, pela qual a população expressava o seu gosto. Como nos lembra Bento Figueira, o cante alentejano:

“Era bem aceite mesmo, mais com que é hoje. Porque antigamente toda a gente gostava de ouvir o Cante Alentejano e hoje já ninguém gosta”. (entrevista nº 3)

O volume de praticantes era elevado e na aldeia era fácil encontrar quem o praticasse de forma espontânea, levando mesmo a que se fale numa geração de cantadores, como nos lembra Bento Figueira:

“Veio tudo de uma geração que sabia cantar, esta geração ainda há aí...já há pouca gente, há da família, que qualquer da minha geração toda a gente cantava bem. [...] Mas era cá com uma veia, tão aqui toca a gente cantava bem, se queria ouvir cantar bem era mandar qualquer pessoa a cantar. Era raro haver uma pessoa ou outra que não soubesse cantar, e aqui pronto, era por isso que a gente calhou, encarrilhou com isto do cante, era uma coisa que se cantava muito e bem aqui em Santo Aleixo.” (entrevista nº 3)

A aceitação social da prática espontânea do cante, era reforçada pela escassez de outras manifestações culturais na aldeia, o que contribuiu para a aproximação da população a esta prática cultural. Ana Marques Silva recorda que o cante alentejano:

“Era bem visto, pois era. Todo o mundo gostava de ouvir os homens cantar, todo o mundo gostava. Era a única coisa que a gente tinha, não tínhamos mais nada, o que é que a gente tinha mais? Nada. Vinha uma música (banda filarmónica) a tocar numa festa da Tomina que eram três dias e pronto, vinha no Domingo e Sábado e acabou-se. Não havia mais nada”. (entrevista nº 2)

A resposta para a escassez de alternativas culturais, encontra-se estritamente relacionada com as diferentes posses de capitais dos residentes da aldeia. As alternativas culturais existiam, mas estavam restritas a círculos culturais frequentados pelos detentores de um elevado capital cultural e simbólico. Ana Marques Silva relembra que o cante alentejano era posto em prática maioritariamente pelos trabalhadores rurais:

”Sempre, sempre, sempre, porque juntavam-se a beber um copinho de vinho coitaditos. Os ricos queriam lá saber do cante, queriam lá eles saber do cante, eles tinham outras coisas mais boas para passarem o tempo. E o pobre não tinha, era só cantar e pronto”. (entrevista nº 2)

A cantora Joaquina Neves, reforça que o cante é uma expressão da classe profissional dos trabalhadores rurais:

“Era mais os trabalhadores rurais é que apanharam mais o Cante. Doutores, enfermeiros e companhia dessa, cantavam noutros locais onde tinham mais dinheiro. O trabalhador rural era mais, ajuntavam-se”. (entrevista nº 4)

Deste modo, a prática espontânea do cante surge associada ao trabalho rural e à classe profissional dos trabalhadores rurais, onde reunia a maioria dos seus praticantes. O cante impõe-se enquanto expressão espontânea, representativa de um quotidiano ligado ao trabalho agrícola e à ruralidade.

Bento Figueira, recorda que em Santo Aleixo da Restauração existia uma supremacia do trabalho agrícola face às restantes ocupações profissionais, que tornava a prática do

cante alentejano tendencialmente associada ao trabalhador rural. O cante alentejano era praticado:

"Por toda a gente, aqui normalmente toda a gente cantava, mas que a maior parte do povo era tudo trabalhadores rurais. "Tavam" aqui por exemplo os comerciantes, era o que havia era os comerciantes, além dos comerciantes "tava" um sapateiro, um ferrador, um ferreiro, um albardão e pronto o resto era tudo trabalhadores rurais, tudo agricultura. Era só do que vivia o povo, era só da agricultura e mais nada." (entrevista nº 3)

O Trabalho agrícola tinha na sua génese o recurso a um grande volume de mão-de-obra (fruto da fraca mecanização do sector à data), a partir da qual se formavam grupos de trabalho, onde a interação social possibilitava a prática espontânea do cante alentejano. Como nos lembra Isabel Balancho, o trabalho rural facilitava a interação entre trabalhadores, tornando possível a prática do cante alentejano:

"[...]Eu conheço outras pessoas que cantavam bem e que não eram trabalhadores rurais. Mas era mais o rural, porque era aí que se juntavam um maior número de pessoas, o máximo de pessoas tá a ver? Portanto é o convívio, trás isso tudo." (entrevista nº5)

A manifestação espontânea do cante, assumia no contexto da aldeia uma presença tentacular, alicerçada na multiplicidade de contextos sócio espaciais onde esta prática ocorria. O Cante estava presente no trabalho, nos bailes e festividades, em rituais religiosos e familiares (como o Casamento e os Batizados), nas tabernas, nas ruas e em casa. A sua prática não surgia de forma pontual e isolada em cada um dos espaços mencionados, pois o cante acontecia nos espaços de interação social de forma simultânea e transversal, podendo mesmo dizer-se que era praticado ao sabor dos usos que a população fazia do espaço rural.

No contexto familiar, o cante alentejano desempenhava funções de lazer e de entretenimento, estimulando a interação entre os membros da família, que devido ao isolamento e à escassez de oferta de opções de entretenimento, ocupavam o tempo livre em família com a prática do cante.

É através do cante alentejano em contexto familiar, que se assiste a processos de aprendizagem por identificação e por imitação, constituindo o espaço casa, um espaço

privilegiado de transmissão e aprendizagem desta prática cultural, passando o património imaterial de pais para filhos e de avós para netos, através do processo de socialização primária. Como recorda Bento Figueira, no seu contexto familiar a prática do cante era responsável pela interação entre os membros da família, ocorria quotidianamente e de forma conciliada com os ritmos do trabalho:

”Cantavam, qualquer deles. Nós éramos seis de família e todos cantávamos bem. E cantávamos no monte porque fomos criados no campo, eu e os meus irmãos porque o meu pai foi sempre um homem de campo, andou sempre com gado. E lá os seis fazíamos um coro quase todas as noites, principalmente no inverno quando a gente tinha os montes fechados, as malhadas fechadas por causa do frio. Lá “távamos” à roda do lume, em acabamos de jantar era o que fazíamos. Normalmente a minha mãe mais a minha irmã mais velhinha, punham-se por exemplo a fazer meia ou a fazer renda, um começava a cantar e começávamos todos a cantar, quando dava-mos conta “távamos” cantando todos. Mas isso quase todas as noites, os seis cantávamos no monte lá nas malhadas, sozinhos os seis. Mas isso era uma tradição que nós tínhamos, porque qualquer deles, de nós os seis da família cantava bem. Tanto eu como o meu irmão falecido, mais a minha irmã e a outra mais pequenina (a outra com 18 anos) e o meu pai e a minha mãe cantávamos todos bem, todos cantávamos.” (entrevista nº3)

Deste modo, o cante era praticado de forma espontânea e livre no espaço casa, que por vezes via as suas barreiras físicas serem ultrapassadas pelo poderio vocal dos cantadores, que se faziam ouvir na rua, servindo de entretenimento a quem por elas vagueava. Como refere Ana Maria Chouriço, na sua família:

”Era tudo cantores. Não interessa que não houvesse grupos, mas para cantar punham-se a cantar, parávamos até as pessoas que iam passando na rua, para os ouvirem cantar dentro de casa. E quem sai aos seus não degenera.” (entrevista nº 1)

A prática do cante em contexto familiar, acompanhava os rituais religiosos e familiares dos casamentos e batizados, onde eram criados espaços de sociabilidade que envolviam homens, mulheres e crianças em redor do cante alentejano. O ritual profano do casamento era acompanhado pelas modas “Se tu não fosses Mariana” e “Lindo Ramo

Verde-escuro”, sendo esta última apenas cantada pelos homens presentes no “copo de água”. A moda “Se tu não fosses Mariana” era precedida de uma cantiga, que emoldurava as duas quadras da moda, na temática do casamento:

“Mariana já te casaste
Já o laço te enganou
Deus queira que sempre digas
Se bem estava, melhor estou”

Se tu não fosses Mariana
Não vinhas a braços meus
E assim como és Mariana
Marianita, adeus, adeus

Marianita, adeus, adeus
E adeus p'ra toda a semana
Não vinhas a braços meus
Se tu não fosses Mariana”

(Cantiga e Moda, cedidas por Ana Marques Silva)

Ana Maria Chouriço recorda esta ligação do cante aos rituais profanos, associados aos casamentos e batizados. O cante acompanhava estes rituais e fazia-se ouvir entre familiares e convidados:

“Havia por exemplo um casamento, havia um batizado, umas coisas assim. As pessoas iam, cantávamos.” (Entrevista nº1)

O cante alentejano acompanhava também os trabalhadores rurais nos percursos de casa/trabalho e trabalho/casa, que quotidianamente eram feitos a pé pelos ranchos (grupos) de trabalho. Estes faziam uso desse interregno entre o espaço casa e o contexto de trabalho para socializar e praticar o cante alentejano. Isabel Balancho recorda-se de assistir no monte dos seus avós, às deslocações feitas a pé pelos ranchos de trabalhadores rurais:

“[...]recordo-me perfeitamente que nós por vezes íamos ali ao monte [...], que era o monte dos avós e iam lá pessoas, grupos de mondadeiras e ceifeiros e eu

ouviam-os cantar. O barulho das foices e o cante em si, que por vezes era desabafando mágoas que teriam. Os grupos depois de um dia de trabalho virem cantando por esses caminhos, que antigamente não iam em tratores, as pessoas iam a pé, iam e vinham dos trabalhos a pé, cantavam." (Entrevista nº5)

Mesmo quando as deslocações eram feitas individualmente pelos trabalhadores, o cante alentejano acompanhava os seus percursos, como se de um tónico motivacional se tratasse, ajudando-os na preparação para o quotidiano de trabalho. Como refere Ana Marques Silva:

"Eu andava de motorizada, tinha uma motorizada quando "tava" no campo. Ia na motorizada e ia cantando. Era só por o "cú" em cima da motorizada cantava logo, é aquela coisa, aquele cante." (Entrevista nº 2)

O uso motivacional do cante não se restringia apenas às deslocações, pois era praticado durante a jornada de trabalho por homens e mulheres, sendo este o responsável pelos ritmos aplicados ao trabalho. A prática espontânea do cante, não impedia a execução do trabalho e acompanhava os trabalhadores no seu quotidiano, ajudando-os a amenizar as exigências físicas do trabalho agrícola. Segundo Bento Figueira, o estereótipo do alentejano de movimentos lentos, poderá estar relacionado com esta relação entre o cante e o ritmo do trabalho, pois este era executado:

"Mesmo durante a jornada de trabalho e outras vezes na jornada de descanso. Mas normalmente era no trabalho que cantava-se muito, ia-se trabalhando e cantando. Era aquilo, era o feitio de trabalhar, aquela maneira era a maneira de cantar, é por isso que ficou talvez a fama que o alentejano ser muito vagaroso, por causa das modas alentejanas são vagarosas e cantava-se a trabalhar, por isso talvez fosse daí, digo eu que eu não sei". (Entrevista nº3)

O esforço físico e os procedimentos impostos aos trabalhadores em cada uma das campanhas agrícolas, exigiam sempre a adaptação das modas aos ritmos do trabalho. Ana Maria Chouriço recorda que a permissão do cante no trabalho estava estritamente relacionada com a adaptação rítmica das modas, não devendo estas impedir o bom funcionamento do mesmo:

Sim, sim. Desde que a pessoa...simplesmente tinha que ser uma moda... (representa gestualmente um trabalho desembaraçado). Conforme era a moda, assim era o coiso...por ser uma moda parada, era...parava também o trabalho”. (entrevista nº1)

Portanto, os santoaleixenses reconhecem a importância da presença do cante no cotidiano de trabalho, identificando nesta prática cultural a capacidade de regência dos ritmos de trabalho. Esta ligação cante/ritmo de trabalho é sintetizada por Manuel Carrasco:

“O Cante era como um pacemaker no trabalho, marcava o ritmo” (Manuel Carrasco “Galarinho”, Diário de Campo, 20 de Janeiro 2015).

No contexto de trabalho rural, a prática do cante alentejano não estava confinada apenas ao período que compreendia o horário de trabalho. O cante era praticado também pelos trabalhadores rurais nas pausas de descanso e no período pós-trabalho, onde estes usufruíam de tempo livre, não só para repousar e recarregar energias, como para o convívio em grupo. O tempo de descanso dos trabalhadores dependia do tipo de campanha, pois na apanha da azeitona o tempo de descanso coincidia com o período de almoço, condicionando fortemente a prática do cante. Por sua vez, em campanhas como a monda e a ceifa, era concedido aos trabalhadores uma pausa de descanso a meio do período da manhã, onde surgiam dinâmicas de grupo, envolvendo o cante espontâneo e a formação de bailes de cante. Como refere Ana Marques Silva, o tipo de campanha condicionava as pausas de descanso, referindo-se às diferenças de uso deste tempo nas campanhas da azeitona e da monda:

“Nada, era comermos um bocadinho de pão numa hora e irmos a trabalhar outra vez. Na azeitona era assim, só nas mondas é que a gente...nas mondas era assim, começávamos de manhã, depois tínhamos ali um bocadinho de descanso, um quarto de hora nem tanto, dez minutos, descansávamos. É nessa hora que eu digo que às vezes cantávamos e bailávamos. E na Azeitona era a mesma coisa, lá no almoço não se cantava, à noite chegávamos, você não acredita o que eu vou dizer mas tão aí elas todas, que elas sabem que é verdade. Chegava-mos das mondas, chegámos ao monte, amanhávamos as coisinhas, “tava” lá a mulher do

manajeiro que cozia os jantarinhos, comia-mos o jantarinho, “atão” não é que púnhamos a “bailhar”? Naquele monte! Sabe o que eu fazia? Agarrava o travesseiro e tocava à concertina cantando e elas “bailhavam”, aquilo era tão bonito, tão bonito, mesmo tudo cansadinho, tudo cansadinho." (entrevista nº2)

Nas campanhas que exigiam a deslocação dos trabalhadores por longos períodos de tempo, para as herdades distanciadas de Santo Aleixo da Restauração, o alojamento era feito nos montes anexos, servindo de instalações para a mão-de-obra sazonal. O período de alojamento nos montes coincidia com a duração da campanha, o que implicava que os trabalhadores tivessem que partilhar o mesmo espaço e as mesmas rotinas impostas pelo contexto de trabalho. A partilha destes espaços de pernoita criava um ambiente propício ao convívio entre os trabalhadores, que culminava na formação de bailes, onde o cante servia de base melódica para a dança, através das suas modas de baile. Estes bailes podiam ser animados apenas por cante vocal, ou acompanhados por instrumentos como a concertina, a flauta de tamborileiro ou a harmónica. Como recorda Ana Marques Silva, no quotidiano de trabalho:

"Havia tempo para o Cante Alentejano, sempre cantando, sempre cantando. E chegávamos à noite, mesmo nas azeitonadas, um tocava flauta e os outros bailavam todas, e depois cantávamos aquela moda que era: “Anda aqui uma menina/ela trás uma cegueira/ para dar ao seu amor/ uma rica fuzileira”. Era tudo “balhos” assim de cante, assim de coiso...ora bonitas. E uma moda que era os topes, bailavam os homens e as mulheres, bailávamos ali todos, os topes. Bailava-se aquela que “José Marco levanta a cinta”, logo ficava uma no meio que era o “paspalhão” “paspalhão”, aquilo era bonito pronto. E de manhã cedo de madrugada lá íamos nós para a azeitona, era assim. O meu pai levantava-se, fazia as migas, mamávamos aquelas “miguinhas” até aí uma e meia (13:30) mais ou menos que era o almoço, um bocado de pão com conduto e à noite tínhamos uns feijões, ou uns grãos cozidos cá no monte. Era assim a vida da gente filho." (entrevista nº2)

Os empregadores, guiados pelo conceito utópico de “alegria no trabalho” implementado pela FNAT e cientes das exigências do trabalho e dos benefícios do cante alentejano para o bem-estar emocional e motivação dos trabalhadores, iniciam a organização de

bailes de cante nas pausas de descanso, contratando para esse efeito acordeonistas que garantiam a animação nesses períodos de tempo. Como lembra Ana Marques Silva, o cante era usado como estratégia de motivação para o trabalho, desviando a atenção dos trabalhadores dos principais problemas resultantes das suas precárias condições de vida:

"A gente, eu tenho aí fotografias Daniel, que na hora do descanso, chamava-lhe a gente o "cigarro", andávamos à monda em Vale de Carvão e na hora do descanso o Patrão levou um rapazote que sabia tocar concertina, em vez de estarmos descansando aquele pedacinho, era bailar, venha de bailar, venha de cantar, eh mãe da minh' alma. A fome não nos metia medo, era cantar e pronto, acabou-se." (entrevista nº2)

Quando o trabalho nas campanhas agrícolas não implicava deslocação e pernoita nas herdades distantes de Santo Aleixo da Restauração, ou sempre que se viviam períodos de desemprego sazonal, o cante alentejano ganhava maior presença no espaço público da aldeia. No entanto, a sua prática em espaço público dependia dos diferentes usos do espaço, influenciados pelo género e posicionamento na estrutura de capitais. No decorrer da semana, os homens frequentavam as tabernas, espaço de sociabilidades masculinas por excelência, onde a presença da mulher estava fortemente condicionada por códigos culturais de honra. A taberna detinha um ambiente familiar onde o homem, maioritariamente ao final do dia, procurava o convívio, recorrendo ao copo de vinho e ao petisco como pretexto para as sociabilidades masculinas. O ambiente vivido nas tabernas conjuntamente com o efeito desinibidor do consumo do álcool, tornavam estes espaços propícios à prática espontânea do cante. O homem, maioritariamente trabalhador rural, expressava em grupo as suas vivências quotidianas. Como refere Ana Marques Silva:

"Os Homens juntavam-se pelas festas e sem ser pelas festas às vezes à tarde um bocadinho, quando havia algum dinheiro, que naquele tempo não havia dinheiro. Bebiam um copinho de vinho mas o importante era cantarem, começavam logo a cantar. Dois ou três, ou quatro os que fossem, começavam logo a cantar e a gente foi vivendo aquilo e gostou daquilo". (Entrevista nº2)

Por vezes, o convívio vivido no interior da taberna trespassava para o espaço público, quando os homens saíam em grupo ao cair da noite, organizando arruadas de cante pelas principais ruas da aldeia. Como recorda Bento Figueira:

"Nós às vezes saíamos aqui a cantar de noite, chega perto do serão tínhamos aqueles grupos, "tavamos" aí um grupo de 15 ou 20 homens, que andávamos só cantando, às vezes saíamos e quando deitávamos conta, lá podia haver um ou outro que não gostasse, mas quando deitávamos conta "távam" as pessoas assomando-se ao postigo escutando. Gostavam do cante alentejano, pois a gente cantava bem, pois o caso era esse, eram as duas coisas." (entrevista nº 3)

A mulher, quando não se encontrava no contexto de trabalho rural, permanecia maioritariamente no espaço casa, onde era responsável não só pela gestão e assistência à família, como pela educação e prestação de cuidados a filhos ou irmãos. A permanência da mulher no espaço casa, afastava-a dos espaços de sociabilidades masculinas, impedindo a sua participação no cante espontâneo das arruadas e tabernas. Embora a mulher continuasse a praticar o cante, esta executava-o maioritariamente sozinha, ou excepcionalmente em festas familiares (casamentos e batizados) onde acompanhava a família e os vizinhos próximos. Como recorda Ana Maria Chouriço, a prática feminina do cante ocorria maioritariamente de forma isolada:

"Em casa cantávamos nós sozinhas. Onde cantavam todas juntas, antes de fazermos os grupos, era nos trabalhos, por as festas, por um batizado, por um casamento, uma coisa assim...fazia-se isso tudo. " (Entrevista nº1)

Portanto a divisão sócio espacial segundo o género, era suavizada nos contextos de trabalho, e em contextos festivos locais (Festa da Tomina, Festa de Sto. António) e familiares (casamento e batizado), onde a prática do cante ocorria de forma conjunta. Segundo Bento Figueira, as mulheres:

"Cantavam juntas com os homens, tanto nos trabalhos como numa festa, essas coisas assim cantavam. E até se cantava bem, os homens com as mulheres. Às vezes naquela festa de St. António, quando se fazia lá aquela romaria, às vezes quando acabava lá a romaria que se vinha tudo para baixo embora, vinha tudo cantando o povo todo pelo caminho, era homens e mulheres, isso era uma coisa

linda. Cem, duzentas e trezentas pessoas tudo cantando, aquilo era uma coisa bonita, “tava” tudo junto" (Entrevista nº3)

Os bailes eram realizados em Santo Aleixo da Restauração aos fins de semana, feriados e nos dias das festividades locais⁴⁶. Nos dias de baile, as sociedades recreativas, esquinas e largos da aldeia eram os espaços escolhidos para acolher estas atividades, alterando-se assim os significados atribuídos nos seus usos quotidianos.

Os bailes eram de iniciativa exclusiva da população, quando realizados de forma espontânea nos largos e esquinas da aldeia, recorrendo apenas ao cante como única animação musical. Conforme refere Bento Figueira, quando não havia instrumentistas os bailes eram de cante e ocorriam:

"Os sábados e domingos, aos domingos, fins de semana, dias feriados, festas e coisas dessas, faziam-se bailes aí nas ruas, nessas esquinas e a maior parte dos bailes em não havendo toque eram de cante. Bailava-se e cantava-se. E cantavam, a música do baile era o cante, era o cante." (Entrevista nº3)

A organização espontânea de bailes, partia maioritariamente da iniciativa dos habitantes da Coitada⁴⁷, umas das zonas mais pobres da aldeia, onde habitavam maioritariamente trabalhadores rurais com grande ligação ao cante alentejano. Como refere Bento Figueira, os bailes organizados espontaneamente, eram iniciados na Coitada e decorriam num formato de arruada (para angariar participantes pela aldeia), com paragens específicas no espaço público da aldeia, onde decorria os bailes:

“Aqui era, por exemplo, bailes nessas esquinas, tínhamos aí, era aqui era lá em cima no chão grande, onde chamavam o chão grande. Era nos campos, era lá onde é hoje o jardim público, era aqui em baixo, aqui na ponte do ribeirinho, eram os sítios onde mais ou menos se cantava, faziam os “balhos”.Porque a maior parte da malta que iniciava os “balhos” era sempre aquela parte da Coitada, que a gente lhe chama a Coitada. O povo tá dividido por um ribeiro e aquela parte tá, era onde a malta mais tinha influência com o cante, ainda mais que nem esta parte aqui da aldeia. E havia uma grande mocidade ali naquele lado

⁴⁶ A festa de Sto. António é realizada no primeiro fim de semana de Maio; A Festa da Tomina inicia no último fim-de-semana de Agosto e tem a duração de 5 dias.

⁴⁷ Bairro construído na proximidade da Herdade do Baldio da Coitada, propriedade da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração.

da Coitada, não sei porquê pronto, havia muita gente e o pessoal ali é que se iniciava quase sempre os “balhos”. Começava-se aqui na ponte ribeirinha e ia-se para cima até ao chão grande e logo voltava-se pelos cantos, por aqui assim. À praça era raro fazer-se lá um baile na praça, aí era raro e era por aí assim que se ia cantando." (Entrevista nº3).

Os bailes de cante ganhavam também contornos de despique⁴⁸, onde os intervenientes interagiam através de quadras, lançadas de improviso e sempre em resposta à quadra precedente. O baile de despique envolvia um confronto pacífico, onde as quadras eram adaptadas à temática iniciada pelo primeiro lançador, cabendo aos próximos lançadores uma resposta rápida, improvisada e que se superiorizasse à quadra do participante anterior. Enquanto o despique decorria entre dois ou mais participantes, os restantes elementos do baile dançavam ao som do despique. As temáticas das cantigas de despique tinham por base a crítica social sustentada na vida alheia, os pedidos de namoro e os amores e desamores sucedidos na aldeia.

O espaço social dos bailes também se afirmava como um espaço de socialização por excelência para homens e mulheres. Embora as mulheres solteiras apenas marcassem presença nos bailes acompanhadas pelas mães, por familiares ou vizinhas de confiança, era neste contexto e sob o propósito do pedido de dança, que homens e mulheres socializavam e por vezes iniciavam relacionamentos amorosos, sob a vigília e controlo das mulheres presentes no baile. Isabel Balancho ilustra estes momentos de convívio, através dos testemunhos da sua mãe:

“Mas recordo-me que a minha mãe dizia que antigamente os bailes eram com flauta e os pares dançavam aquilo que eles cantavam e dançavam. E aí se arranjavam namoros e aí por vezes se deixavam. Um dos senhores que lá andava no monte, que era o Zé Santinho, arranjou-se com a mulher, a prima Mariana, num baile. Ele depois cantou-lhe: “Debaixo da laranjeira não se chove, não cai orvalho/ És a moça mais bonita que aqui anda neste balho”. Depois as coisas rimavam, antigamente era “balho” não era baile. E depois ela respondia e aí se arranjavam os namorados.” (entrevista nº5)

⁴⁸ São exemplos o baile dos topes e o baile de roda, onde a presença do cante alentejano e do despique animava as danças.

Com o aparecimento dos instrumentistas o cante alentejano começou a perder protagonismo nos bailes. A sua presença começou a ser afectada nos bailes organizados pelas direcções das sociedades recreativas, que começaram por contratar concertinistas e flautistas, e mais tarde conjuntos de baile (grupos de músicos que tocavam e cantavam arranjos musicais). Esses grupos garantiam a animação com música popular portuguesa ou espanhola, dependendo sempre do contexto de proveniência do conjunto.

Ana Marques da Silva recorda a mudança vivida nos bailes de Santo Aleixou da Restauração afirmando que:

“Homens e Mulheres bailavam, e cantavam homens e cantavam mulheres, aquelas modas que se bailam antes de haver coiso...Outras vezes começaram já a aparecer as concertinas, já era as concertinas, já ninguém cantava no baile. Já ninguém cantava. Só nos trabalhos.” (entrevista nº2)

Apesar das alterações na configuração dos bailes, os instrumentistas e conjuntos de baile coexistiam com o cante espontâneo, pois os participantes no baile recorriam à prática do cante para animação do recinto, até à chegada dos instrumentistas. Estas dinâmicas de resistência e resiliência à mudança são referidas por Ana Marques da Silva:

“Era assim nos bailes, aqui nos Terreiros, aí em baixo “opé” (perto) da ponte. Vinha um homem com uma concertina, as mulheres juntavam-se ali, as raparigas novas! e os rapazes, e o homem tocava e a gente coiso. E outras vezes era de cante, íamos pelos bailes, mesmo na sociedade, até que viesse o acordeonista a gente bailava e cantávamos, aquelas modas que se cantava e que se bailavam. (entrevista nº2)

No decorrer das festividades locais, o programa religioso convivía paralelamente com a festa profana. Tal como refere Ana Maria Chouriço, o cante acompanhava as festividades locais:

“Por exemplo fazia-se a festa de Santo António, cantava-se lá em cima em Santo António. Fazia-se a festa da Tomina cantava-se lá no adro.” (Entrevista nº1)

Portanto, na festa da Tomina grupos de cantadores e cantadeiras reunia-se junto ao adro da igreja, onde entoavam modas em honra de N^a Sr.^a das Necessidades. As modas cantadas por estes, expressavam a devoção da população à padroeira e ilustravam a sua transição histórica do Convento da Tomina para a igreja paroquial de Santo Aleixo da Restauração. A moda “Sr.^a das Necessidades, és nossa padroeira”, da autoria de Bento Figueira, é um dos exemplos das modas cantadas pela população na festa da Tomina:

“Sr.^a das Necessidades

És a nossa padroeira

De um convento da Tomina tu vieste

Serás nossa a vida inteira

Serás nossa a vida inteira

Em tempos eras dos Frades

És a nossa padroeira

Sr.^a das Necessidades”

(moda cedida por Ana Marques Silva)

Ao longo das festas da Tomina eram realizados bailes para a população, que inicialmente tinham lugar nas sociedades recreativas, passando mais tarde a ser realizados na Praça da Restauração, devido à grande afluência de pessoas. Nestes bailes, o cante espontâneo coexistia simultaneamente com os conjuntos de baile, animando e despoletando o convívio entre os participantes, até ao início das atuações dos músicos de baile.

Na festa de Sto. António a população reunia-se na romaria, realizada no campo junto à Ermida de Sto. António. Esta festividade exigia a deslocação da população até à Ermida de Sto. António (dista entre 700 a 800 metros da Praça da Restauração), o que desencadeava arruadas de cante, com homens, mulheres e crianças a cantar em unísono.

Quando as famílias chegavam ao recinto da romaria, acomodavam-se à sombra de uma azinheira, para passarem o dia conjuntamente com a restante população num género de acampamento, onde não faltava a alimentação e a prática do cante alentejano. Nesta

romaria o cante era praticado conjuntamente por homens, mulheres e crianças, estando a temática das modas ligada à época primaveril e à religião. Uma das modas cantadas na festa de Sto. António era a "Quinta feira da Ascensão"⁴⁹, devido ao facto desta festividade decorrer no campo e em época primaveril:

“Quinta-feira de Ascensão,
Saem as moças pró campo,
De vestido cor-de-rosa,
No cabelo um laço branco.

No cabelo um laço branco,
Com um raminho na mão.
Vêm as moças do campo,
Quinta-feira da Ascensão.”

Em Santo Aleixo da Restauração, a prática espontânea do cante não vivia apenas de facilitismos, sendo esta alvo de alguns condicionalismos impostos por códigos culturais, pelos ritmos quotidianos e morfologia do trabalho, e pela repressão política vivida em Portugal (Ditadura Salazarista entre 1932-1974). A morfologia do trabalho e a variável género condicionavam fortemente a mulher quer no acesso ao trabalho, como no próprio acesso ao espaço público da aldeia, limitando as suas ações quotidianas. A pratica espontânea do cante era condicionada pelos ritmos do contexto de trabalho, uma vez que os trabalhadores eram recrutados de acordo com o tipo de campanha, podendo a composição dos ranchos ser mista, masculina ou feminina.

Desta forma, os tipos de campanha condicionavam o acesso da mulher à prática do cante alentejano, pois esta apenas era recrutada para a ceifa, azeitona e monda. Na campanha da ceifa e na azeitona, os ranchos de trabalhadores eram mistos, contando o cante alentejano com a participação conjunta de homens e mulheres. Para a monda, eram recrutados apenas ranchos de mondadeiras, o que dava origem apenas a uma prática feminina e espontânea do cante. Tal como refere Ana Marques da Silva, as mulheres mondavam sozinhas:

⁴⁹ (Moda escrita em Vale de Vargo (Serpa). Não existem certezas sobre a sua autoria, embora se considere ser do Mestre António Ascensão ou do Sr. Narciso, ambos naturais de Vale de Vargo.

" A gente mondava sozinhas, só havia o “manageiro” e o “manageiro” não cantava com a gente. Nunca! Comigo nunca aconteceu, nunca, nunca! (entrevista nº2).

Na campanha da azeitona, devido ao esforço associado ao trabalho e aos sistemas de motivação usados pelos empregadores (com o intuito de aumentar a competitividade entre trabalhadores), o cante alentejano era condicionado, sendo apenas praticado no período pós-trabalho, quando os trabalhadores regressavam ao monte. Ana Marques da Silva relata as estratégias de motivação usadas pelos empregadores para melhorar a produtividade dos trabalhadores. Ao final do dia os empregadores apregoavam na presença de todos a produção individual de cada trabalhador, estabelecendo assim a competição e conseguindo a produção máxima de todos. Entre o grupo de trabalho, ninguém queria sentir-se inferiorizado por ter trabalhado menos que o colega do lado:

“Na azeitona não se cantava, porque era a ver o que se fazia mais, o que se fazia mais. Porque a gente não era de empreitada, era à jorna, mas cada ”fanguê” que se despejava, que era um cesto grandalhão, era na Herdade Santos Jorge que é nos Machados, davam uma “chapazinha”, com um buraquito ao fundo, à pessoa. Pendurávamos, era um alfinete de dama, a gente era uma charrua, naquele tempo era uma charrua. Pendurávamos, vínhamos todos contentes. Quantos mais cestos despejávamos, à noite o manajeiro apregoava, fulano tal, tantas chapas, beltrano tal, tantas chapas. Ora era à jorna, mas como ninguém queria ficar para trás à noite quando fossem apregoar as chapas, matava-se tudo trabalhando. Era assim, antigamente era” (Entrevista nº2).

Como a empregabilidade da mulher estava limitada a três campanhas, estas viviam maiores períodos de desemprego sazonal, que preenchiam maioritariamente com funções no espaço casa, distanciando-se da prática do cante em contexto de trabalho e de taberna. Conforme refere Joaquina Neves:

“[...] a mulher não ia para a taberna. A mulher hoje vai para a taberna mas antes não ia. Antes não...a mulher era reservada em casa, agora é que há mais esse hábito. A liberdade agora é melhor não é? Antes a gente não tinha essas liberdades. Nem eu, nem as mais velhas do que eu, ainda muito menos.” (entrevista nº4)

Durante os períodos de inatividade, a mulher vivia o espaço público da aldeia de forma diferenciada, saindo à rua apenas por curtos períodos de tempo, preenchidos pelas carências da gestão quotidiana do espaço casa. Sem acesso a espaços de sociabilização como a taberna, a mulher vê reduzida a prática do cante ao espaço casa (onde cantava sozinha ou acompanhada por familiares, e vizinhos de confiança), aos bailes e festividades locais (onde gozava de alguma interação social, cantando em grupo mas sob a vigilância de familiares ou vizinhos) e ao trabalho agrícola (Onde cantava em ranchos femininos ou mistos, dependendo do tipo de campanha). Joaquina Neves ilustra a relação existente entre os usos do espaço e a prática feminina do cante:

“No trabalho cantava-se juntos, tão quando “tava” tudo junto, o trabalho era assim. Cantava-se junto, as mulheres juntamente com os homens. Se havia um casamento que os homens cantassem, as mulheres cantavam juntamente com os homens também. E nos bailes a mesma coisa.[...].” (entrevista nº4)

Os rituais da morte levados a cabo pelos familiares dos falecidos, deixavam também os cantadores afastados da prática do cante espontâneo. Na aldeia, o ritual do luto era cumprido pela população e implicava o uso de “luto” (traje negro) e o isolamento dos enlutados dos espaços de lazer da aldeia. A duração do luto dependia do grau de parentesco do enlutado com a pessoa falecida, podendo este durar entre uma semana (se for um amigo), ou entre um ou mais anos, se for por familiares diretos (como um filho, ou um cônjuge). Durante o período de luto, as pessoas não frequentavam nenhum espaço de lazer nem participavam nas práticas culturais, ficando o cante alentejano condicionado durante o período de duração do luto, que podia ser para sempre.

Ana Marques da Silva ilustra como ultrapassava este condicionalismo, recorrendo a estratégias de reprodução do cante com recurso à memória e ao pensamento, sem que para isso precisasse de emitir qualquer som:

"Eu já lhe digo, eu tive de luto da minha mãe, a coisa que eu mais queria na minha vida, mas eu não passava um dia que mesmo com o sentido não tivesse que cantar uma cantiga." (Entrevista nº2)

Durante a ditadura salazarista o cante espontâneo chega a ser associado a uma cultura boémia de taberna, incompatível aos olhos do regime, com os ritmos de trabalho e o conceito de família instituído. Este estilo de vida boémio chega a ser fortemente

criticado pelo regime, sendo alvo de uma ação de manipulação da opinião pública, divulgada através da publicação de textos ideológicos na imprensa local, de que é exemplo o artigo intitulado “Problemas Sociais: A Taberna”, publicado no Jornal de Moura de 16/09/1939, por Augusto C. Costa, natural de Santo Aleixo da Restauração. Neste artigo a taberna é apelidada de “cancro terrível” e de “antro imundo onde se geram os piores crimes[...]”, acabando o autor por deixar uma sugestão de base ideológica a todos os frequentadores: “Aconselho todos aqueles a que o copo e a borracha seduziram, que se esforcem por abandoná-los, dedicando toda a sua atividade à educação e manutenção da família, célula fundamental dum povo civilizado”. Esta ação acabou por ganhar repercussões mais sérias, o Estado Novo identificava o espaço taberna e a prática do cante alentejano como sendo uma potencial fonte de contestação, levando a que a GNR atuasse no controlo e restrição desta prática nas tabernas. De acordo com Ana Marques da Silva, havia indicações para que não se cantasse nas tabernas, mas os cantadores arranjavam sempre forma de contornar a repressão:

“Para que não se cantasse, havia sim senhor, havia. Mas eles coitados era o divertimento que tinham. A GNR às vezes davam volta: “ai vêm”. Às vezes chegavam “tavam” cantando: “Oh rapazes, olhem!”. Abalavam, começavam a cantar outra vez. Depois já tinham um copinho, quem é que se calava. Aí eles não os podiam levar todos presos, possas tão o cantar também tem que ser livre.” (Entrevista nº2)

Os cantadores enfrentavam estas restrições, evitando o cante de modas de temática política, como refere Bento Figueira:

"Cantava-se, desde que não fossem, desde que não existisse aquelas modas políticas e isso, cantava-se até a uma certa hora". (Entrevista nº3)

Com a instalação das Casas do Povo, a ofensiva à atividade das tabernas continua ilustrada no decreto-lei nº 30.710 de 29 de Agosto de 1940, onde o Estado Novo prevê a proibição e limitação da atividade das tabernas localizadas na proximidade das Casas do Povo:

“Pode igualmente ser proibida a instalação de estabelecimentos de venda de vinho a copo num raio de 100 metros em torno dos edifícios das Casas do Povo,

sempre que a vizinhança de tais estabelecimentos seja nociva à vida social daquelas instituições.” (art. 26.º)

O quotidiano de Santo Aleixo da Restauração era fortemente marcado pelos ritmos do trabalho rural, resultando desta dinâmica o condicionalismo imposto pelo cumprimento do horário de ruído. Nas tabernas e ruas da aldeia começou a ser proibido o cante no horário noturno, pois este interferia com o período de descanso dos trabalhadores rurais. Segundo Joaquina Neves, as restrições horárias eram impostas e cumpridas:

“Pois a partir de uma certa hora, nem nas ruas, nem nas tabernas os homens podiam cantar. Havia mais respeito por essas coisas. Penso que ele agora também, também há.” (Entrevista nº 4)

O cumprimento do horário de ruído era levado em consideração e os taberneiros estavam incumbidos de o fazer cumprir, sob a ameaça permanente da ação repressiva da GNR. Tal como lembra Bento Figueira:

"A seguir aquela certa hora pronto, acabava o cante, mesmo o taberneiro dizia logo, em passando as horas acabou-se, já não se podia cantar." (entrevista nº 3)

Em conclusão, o cante espontâneo era praticado em Santo Aleixo da Restauração de uma forma intensa e recebia aceitação social por parte da população, que perante a escassez de outras manifestações, foi reforçando a sua ligação com esta prática cultural. O desequilíbrio presente nas relações de poder do sector agrícola, serviu de base para a prática efusiva do cante por parte dos trabalhadores, que o usavam para exteriorizar as dificuldades quotidianas vividas no contexto de trabalho.

O número de praticantes de cante alentejano em Santo Aleixo da Restauração entre as décadas de 30 e 70 do século XX, leva a que se fale numa geração de cantadores representantes da classe profissional dos trabalhadores rurais. No entanto, esta prática não se restringia apenas ao contexto do trabalho rural, ela acompanha os cantadores fora da realidade de trabalho, deambulando com estes por múltiplos contextos sócio espaciais (tabernas, sociedades recreativas, ruas, festividades locais e espaço casa), o que lhe garante um estatuto omnipresente.

A mulher, de acordo com os códigos de honra vigentes na aldeia, via a prática do cante condicionada, na medida em que o seu acesso a espaços de sociabilidades masculinas,

como a taberna e as sociedades recreativas, estava restrito (excepto nos dias de baile), com base numa ameaça permanente de discriminação social. Neste sentido, a mulher apenas praticava o cante em casa (sozinha ou na companhia de familiares ou vizinhos de confiança), no trabalho (em campanhas agrícolas como a ceifa, monda e azeitona) e nos bailes e festividades (onde acompanhada por familiares ou vizinhos, participava sob vigilância e controlo das restantes mulheres presentes).

Outro dos condicionalismos culturais enfrentado pelos praticantes do cante alentejano, prendia-se com as questões do luto, que condicionavam os praticantes afastando-os dos espaços de lazer, por períodos que podiam durar uma semana, um ano ou até uma vida. Tudo dependia do grau de parentesco com o falecido e do sentimento associado à sua perda.

Durante a ditadura do Estado Novo, os homens assistiram à ação repressiva do Estado sobre as tabernas. Estes espaços de sociabilidades masculinas eram identificados como uma ameaça à ordem pública, pois a liberdade de agrupamento, conjuntamente com a expressão a partir do cante e a desinibição do álcool, constituíam potenciais factores de manifestação e de oposição ao regime.

Na procura por controlar estes espaços, o Estado Novo promoveu uma campanha de manipulação da opinião pública que tinha como objectivo denegrir a imagem das tabernas, associando-as ao crime e ao vício do álcool. Esta ação não teve o efeito desejado, pois os cantadores continuaram a cantar em grupo nas tabernas, adaptando os reportórios perante as sucessivas ameaças da GNR.

A prática espontânea do cante alentejano resistiu de forma camaleónica: à instrumentalização, censura e repressão da ditadura salazarista; aos condicionalismos de género; ao aparecimento da prática formal do cante; e à propagação de outras práticas culturais (bandas filarmónicas, instrumentistas e conjuntos de baile), que lhe retiraram espaços de atuação. Esta capacidade de resiliência perante a mudança, contribuiu preponderantemente para a salvaguarda do cante espontâneo até ao 25 de Abril de 1974. Com a democracia chega um novo impulso, que recorre à liberdade de expressão para dinamizar a prática espontânea e o processo criativo e expressivo do cante alentejano.

4. Reforma Agrária e os usos contemporâneos do Espaço Rural

A 25 de Abril de 1974, um golpe militar levado a cabo pelo MFA (Movimento das Forças Armadas) derruba o regime do Estado Novo, dando início ao processo de democratização do país. O período que se seguiu, designado de Processo Revolucionário em Curso (PREC), representa para o país uma fase de grande instabilidade, preenchida por lutas e alianças entre forças políticas, sindicatos, militares e movimentos populares, numa procura por um socialismo democrático.

Entre 25 de Abril de 1974 e 23 de Julho de 1976 (data de início de funções do I Governo Constitucional), a III República Portuguesa testemunha os sucessivos avanços e recuos dos seis governos provisórios. A função do Estado estava cada vez mais fragilizada entre quedas e novas tomadas de posse, numa altura em que o movimento revolucionário era forte e sustentado nas recém-organizadas forças partidárias e nos sindicatos de trabalhadores.

Os sindicatos reivindicavam reformas nos sectores, e exigiam garantias de liberdade de associação, manifestação, emprego estável e salário mínimo para os trabalhadores. Como refere Fernando Oliveira Baptista, “em Portugal no período 1974-76 viveu-se uma situação em que as relações de força que se estabeleceram sectorial e regionalmente se sobrepuseram ao poder de Estado cuja capacidade de intervenção era muito débil” (1986, p. 413).

É com base nestas relações de poder entre forças políticas, militares e os movimentos populares que se questiona o contributo da agricultura para o desenvolvimento do país, trazendo à tona a posse da terra, numa procura pela intervenção do Estado no regime fundiário dominante.

O clima é revolucionário, os comícios e manifestações multiplicam-se, sendo os trabalhadores acompanhados e apoiados por membros do sindicato, do governo e do MFA, numa clara posição que procura incendiar os oprimidos, criando neles uma consciência de classe e levando-os a atuar através da sua mobilização social colectiva. É neste sentido que a Reforma Agrária ganha lugar nos discursos dominantes, assumindo centralidade nas mais importantes mobilizações e manifestações, lideradas por trabalhadores rurais e apoiadas pelas forças partidárias, militares e sindicais (Almeida e Melo, 2007; Barreto, 1983).

Partindo do clima de instabilidade afecto ao sistema político nacional, os trabalhadores rurais pressionados pela modernização da agricultura e pela ameaça permanente de inatividade, organizam-se na procura de uma garantia de emprego e de salário permanente. Neste sentido, entre Fevereiro de 1975 e Fevereiro/Março de 1976 realizam a ocupação de 1 130 000 ha (a maioria realizada até Agosto/Setembro de 1975) nos quais fundaram cerca de 500 unidades colectivas de produção (UCPs)/cooperativas de produção agrícola(CPAs), dirigidas por colectivos de trabalhadores em sistema de autogestão (Baum, 1998; Baptista, 1994; Estrela, 1978).

As UCPs eram dirigidas de acordo com a maximização do emprego e o princípio do igualitarismo (Baptista, 1986). As terras eram geridas na sua totalidade pela UCP, não existindo uma divisão e distribuição parcelar da terra por trabalhador. As UCPs eram compostas por colectivos de trabalhadores, a quem lhes era garantido emprego e salário pré-definido, de acordo com os princípios do igualitarismo salarial. Assim sendo, independentemente da sua especialização, todos os trabalhadores receberiam salários idênticos, embora existissem distinções de género, pois todas as mulheres recebiam salários iguais mas inferiores aos masculinos. Deste modo, as garantias de emprego masculino com salários elevados eram alimentadas por uma lógica de exploração de mão-de-obra feminina, a quem era oferecido trabalho incerto e salários mais baixos (Estrela, 1978).

Através das ocupações e constituição das UCPs, os trabalhadores rurais ganham o acesso à terra e ao emprego, passando estes a ser alvo de uma mobilidade social ascendente e repentina na estrutura da sociedade rural. Os papéis inverteram-se com as ocupações, ficando os latifundiários e grandes proprietários privados do acesso aos seus bens e meios de subsistência, enquanto os trabalhadores rurais ascenderam a cargos políticos nos movimentos sindicais e passaram a integrar as UCPs/CPAs constituídas a partir das nacionalizações e expropriações (Estrela, 1978). De acordo com António Barreto (1983), nas CPAs e UCPs foram integrados cerca de 50 000 trabalhadores rurais que passaram a explorar as terras ocupadas e expropriadas, ficando responsáveis quer pela gestão e organização do processo produtivo agrícola e pecuário, quer pelo uso da maquinaria e das instalações.

Durante este período de transição e mudança da propriedade da terra, são ainda ocupados cerca de 200ha de terras irrigadas, que são alvo de nacionalizações. Estas

terras foram ocupadas ou entregues a trabalhadores, administradas diretamente pelo Estado, ou geridas pelos seus proprietários ou rendeiros (Barreto, 1983).

O período de ocupações foi encabeçado pelos trabalhadores rurais que atuaram sob o suporte dos sindicatos e com o controlo e intimidação realizado essencialmente por funcionários do MAP (Ministério da Agricultura e Pescas) e militares do MFA, que atribuíam legitimidade às ações dos trabalhadores, mesmo quando grande parte das ocupações decorreu sem cobertura legal até Agosto de 1975 (mês de publicação das leis de nacionalização e expropriação) (Barreto, 1983).

Os avanços legislativos da Reforma Agrária foram sendo realizados aos solavancos e com o intuito de descriminalizar as ocupações realizadas sem cobertura legal. Como afirma António Barreto “a lei, não só veio legalizar o que estava ilegalmente ocupado, como também veio permitir e incentivar as ocupações futuras” (Barreto, 1983, p.524).

A lei chega tarde e os C.R.R.A⁵⁰ (Conselhos Regionais de Reforma Agrária) são instituídos apenas a 5 de Julho de 1975 e antes da publicação das leis de nacionalização e expropriação. Tinham âmbito distrital e foram instalados nos concelhos que viriam a formar a ZIRA (Zona de Intervenção da Reforma Agrária)⁵¹. A sua composição englobava delegados e representantes: do MFA; dos Ministérios da agricultura e da Administração Interna; dos sindicatos dos trabalhadores agrícolas; e das ligas de pequenos e médios agricultores (Almeida e Melo, 2007; Barreto, 1983). As suas funções envolviam o controlo e vigilância e detinham poder deliberativo para indicar ao MAP as explorações e propriedades que se encontravam em condições de ser abrangidas pelas medidas da Reforma Agrária (Almeida e Melo, 2007).

O calendário das publicações legislativas prossegue e a 29 de Julho de 1975 as UCPs são reconhecidas por lei⁵², com o intuito de serem abrangidas pelas medidas do crédito agrícola de emergência (CAE). Apenas entre o dia 29 e 30 de Julho são publicados os

⁵⁰ Decreto-Lei n.º 351/75 de 5 de Julho de 1975

⁵¹ A ZIRA engloba o Distrito de Beja, Portalegre e Setúbal. Os Concelhos de Castelo Branco; Idanha-a-Nova; Vila Velha de Ródão; Vila Franca de Xira; Azambuja; Abrantes; Almeirim; Alpiarça; Benavente; Chamusca; Constância; Coruche; Entroncamento; Golegã; Salvaterra de Magos; Vila Nova da Barquinha. E as Freguesias de Alcoutim; Pereiro; Giões; Martim Longo; Alte; Ameixial; Salir; S. Bartolomeu de Messines e S. Marcos da Serra; Alferce; Monchique; Marmeleite e Odeceixe.

⁵² Decreto-Lei n.º 406-B/75 de 29 de Julho de 1975

decretos de expropriação e nacionalização⁵³, que atribuem proteção legal às ocupações e entregam aos C.R.R.A os mecanismos legais para a implementação e legalização dos processos de Reforma Agrária, que à data da publicação já tinham sido iniciados há cinco meses (Estrela, 1978).

A 27 de Setembro de 1975 é definido o alargamento do Crédito Agrícola de Emergência (CAE) às UCPs, permitindo a sua utilização para pagamentos de salários⁵⁴. O CAE chega às UCPs numa altura de grande carência, pois estas encontravam-se sobcarregadas de trabalhadores. Esta medida garante a sobrevivência das UCPs e assume uma vertente de apoio social, através da garantia de emprego e o pagamento de anual de salários aos trabalhadores (Barreto, 1983).

Toda esta legislação da Reforma Agrária é integrada na Constituição da República Portuguesa aprovada no dia 2 de Abril de 1976, entre os artigos 96º e 104º. No entanto, só três dias depois é definida a Zona de Intervenção da Reforma Agrária (ZIRA) através da publicação dos decretos 236-A/76 e 236-B.

Todas as mudanças alcançadas com este processo de Reforma Agrária permitiram alterações ao nível da gestão e posse da terra, tendo sido assumido pelos trabalhadores (integrados em UCPs/CAPs) a responsabilidade pela exploração das superfícies agrícolas ocupadas e expropriadas. Estas mudanças garantiram ainda aos trabalhadores processos de mobilidade na estratificação social, passando estes a ocupar o lugar e o prestígio associado anteriormente aos proprietários da terra. Durante os dois primeiros anos a Reforma Agrária (período até 1977) permitiu aos trabalhadores uma proteção de emprego e possibilitou-lhes a obtenção de ganhos ao nível das suas condições de vida (Baptista, 1986). No entanto, como conclui Maria José Nogueira Pinto, durante este processo de mudança “não havia fome da terra, havia fome de emprego estável. Uma vez ocupadas, ninguém soube o que fazer com elas” (cit. por Ribeiro, 2011).

É com base neste princípio, que se inicia a construção de uma contrarreforma agrária, que acabaria reforçada pela necessidade de adaptação do sector ao pedido de adesão de Portugal à CEE (Comunidade Económica Europeia). É no seguimento deste pedido que o primeiro governo constitucional publica a 29 de Setembro de 1977 a Lei n.º 77/77, que limita o modelo precedente de distribuição da terra, centrado apenas na gestão entregue aos colectivos de trabalhadores. Esta lei procurava garantir uma maior

⁵³ Decretos-Lei n.ºs 406-A e 407-A de 29 e 30 de Julho de 1975

⁵⁴ Decreto-Lei nº 541-B/75 de 27 de Setembro de 1975

diversificação dos destinatários da terra, sendo esta entregue a pequenos e médios agricultores, a cooperativas de agricultores e trabalhadores e às unidades colectivas de produção (Almeida e Melo, 2007; Baptista, 1986).

Com a adesão de Portugal à CEE em 1986, o país transita para um paradigma europeu de competitividade agrícola, guiado por políticas focadas no autoabastecimento e competitividade agrícola da comunidade. Para dar enquadramento à política agrícola da comunidade, o governo da AD (Aliança Democrática) publica a 26 de Setembro de 1988 a Lei n.º 109/88, que pretendia equilibrar os excessos do período revolucionário. Para tal, a lei apostava numa distribuição da terra por parcelas, que partiria da recuperação das terras das UCPs e CPAs, dividindo-as posteriormente em lotes que eram entregues a trabalhadores e pequenos agricultores (Almeida e Melo, 2007; Baptista, 1986). Os efeitos desta política fizeram-se sentir na reconstituição do latifúndio e das explorações capitalistas, assim como no desmantelamento progressivo das UCPs e no consequente desemprego e despovoamento dos meios rurais. Entre 1977 e 1984 já tinham sido destruídas 220 UCPs, tendo sido as restantes recuperadas maioritariamente pelos proprietários até ao final dos anos 80 (Baptista 1986; 1994).⁵⁵

Com a PAC (Política Agrícola Comum), Portugal transforma-se gradualmente num espaço não produtivo e subsidiado pela comunidade. Os proprietários da terra entram numa nova era do descultivo onde o set-aside é uma realidade e “os grupos sociais ligados à posse da terra recebam rendas, pagas pelos cofres públicos, sem produzir. Ou seja, é a propriedade privada da terra a surgir, despida de qualquer álibi produtivo, como recebedora de rendas” (Baptista, 1994, p.920).

Na contemporaneidade a União Europeia tem reforçado a aposta numa agricultura sustentável e equitativa, que reflete o crescente reforço das preocupações ambientais e a adaptação da agricultura aos novos consumos e usos do espaço rural. Neste sentido o enfoque tem sido dirigido para estratégias de desenvolvimento local de tipo bottom-up, ajustadas às especificidades locais, e que usam os recursos endógenos como factores de desenvolvimento.

O espaço rural sofre hoje uma reconversão com base na sua adaptação às novas dinâmicas que surgiram com o abandono e mudança de uma agricultura extensiva para uma agricultura de base empresarial e pouco absorvente de mão-de-obra. Os antigos

⁵⁵ Existem casos excepcionais em que são mantidos os contratos de arrendamento de lotes como o Estado.

espaços de trabalho dão hoje lugar a novas estratégias de desenvolvimento ligadas ao turismo e à valorização dos patrimónios paisagísticos ambientais, culturais, históricos e arquitectónicos. Os Espaços rurais enfrentam hoje graves problemas de duplo envelhecimento, reflexo de décadas de mudança na sua organização societária, que os transforma em espaços mais destinados a receber do que a viver.

O acompanhamento da metamorfose do sector agrícola revela-se pertinente, na medida em que nos ajudará a compreender como foram vividas essas mudanças num contexto específico que é Santo Aleixo da Restauração, e como elas influenciaram e deram origem a novas dinâmicas e usos do espaço rural. O enfoque desta análise cairá na relação dos novos usos do espaço com a prática cultural do Cante Alentejano, procurando encontrar ligações entre as alterações na organização social da aldeia e os condicionalismos, reconversões e alterações vividos pelo cante alentejano e os seus praticantes.

4.1. Reforma Agrária em Santo Aleixo da Restauração

Em Santo Aleixo da Restauração o 25 de Abril de 1974 foi recebido com receio. As notícias chegavam à aldeia pela rádio mas o isolamento rural não lhes permitia compreender a dimensão do golpe militar responsável pela queda do regime salazarista. No decorrer do período revolucionário, a presença constante dos militares do MFA nas ações de dinamização cultural era vista pela população com desconfiança e medo. Como recorda Joaquina Neves, na aldeia:

"Reagia tudo com medo, porque quando ouviram as primeiras notícias, não havia isto, televisões era só por rádio. Quando se ouviu a primeira notícia, aquilo foi uma coisa má, pronto. A gente não sabe explicar, eu já tinha a idade avançada mas é o mesmo. Já tinha 23 anos mas era a mesma coisa, nem a gente se lembra sequer de certas coisas. Lembra-se que foi mau, que a gente já andava tudo com medo. Adaptou-se bem por um fim só, porque começaram logo a dizer que acabava a guerra colonial. E nessa altura as pessoas, a gente mesmo umas com as outras, umas tínhamos lá irmãos, outras tinham os namorados...tudo adaptou bem. Tudo com medo, andava tudo com medo e havia aqui medo. Apareciam aqui os soldados a toda a hora. Aqui apareceram muitos." (entrevista nº 4)

O processo de democratização do país foi responsável pelo impulso democrático do cante. A temática de Abril chega aos cantadores e letristas, que a representam através da escrita de modas. Bento Figueira, encontrava-se emigrado em França quando as notícias do 25 de Abril chegaram, tendo representado esse momento através da escrita da moda da Salvação:

Viva a salvação
Queremos igualdade
Tá o povo em festa
Nossa pátria é esta
Viva à liberdade

Viva à liberdade
Com direito ao voto
Queremos paz na terra
E acabar com a guerra
Portugal é nosso!

Durante o período revolucionário os cantadores acompanham os sindicatos e o partido comunista nas suas lutas sociais e políticas, em comícios e manifestações, onde o cante alentejano é usado como voz de uma classe oprimida. Desta forma, homens e mulheres seguiam para os comícios com transporte e jorna paga maioritariamente pelo sindicato, manifestando-se e cantando juntos espontaneamente em espaço público. Como lembra Bento Figueira, a prática do cante alentejano ocorria lado a lado com as ações reivindicativas em comícios e manifestações políticas:

“Isso até sobreviveu com essas coisas desses comícios, dessas coisas, cantava-se aí por todo o lado, pareciam uns rouxinóis.” (Entrevista nº3)

É desta forma que a democracia chega ao cante, com a garantia de liberdade de expressão e através da procura dos trabalhadores rurais por melhores condições de vida. Como lembra Ana Marques da Silva, havia liberdade para cantar e o cante alentejano afirmou-se como música de intervenção durante o processo reivindicativo dos trabalhadores rurais:

“Foi, foi! Porque a gente pode cantar aquilo que a gente queira, que já não temos medo deles.” (Entrevista nº 2)

No início dos anos 70 do Séc. XX assistiu-se em Santo Aleixo da Restauração, a uma transição do sector agrícola para um regime capitalista de exploração, com recurso à mecanização e conseqüente diminuição da dependência da mão-de-obra assalariada. Esta transição foi a base das contestações que levaram os trabalhadores rurais de Santo Aleixo da Restauração a entrar em confronto com o grupo dos latifundiários e grandes proprietários da terra.

A primeira ocupação ocorreu na freguesia a 3 de Março de 1975 nas Herdades Donas Marias e Cevacedo⁵⁶, por uma resolução do conselho de ministros ainda ao abrigo do decreto-lei 660/74 de Novembro de 1974.

Depois desta primeira ocupação, os trabalhadores foram expropriando e ocupando outras explorações agrícolas, instalando nestas, unidades colectivas de produção. A 22 de Julho de 1976 são ocupadas sob a ação do Conselho de Reforma Agrária de Beja, as seguintes propriedades de Francisco de Barros⁵⁷, um dos mais influentes latifundiários do concelho de Moura: Pimentas; Courela da Fonte Azul; Aguasil; Cabeça Gorda; e Nora⁵⁸.

As ocupações eram realizadas por grupos de trabalhadores rurais, que desprovidos de qualquer experiência de gestão e organização da atividade pecuária e agrícola, privavam os latifundiários e os seus subalternos, dos seus meios de subsistência. Os trabalhadores rurais assumiam através de unidades colectivas de produção, a gestão da lavoura e abarcavam as instalações, maquinaria e efetivo animal pertencente aos proprietários.

Ana Marques da Silva era trabalhadora assalariada permanente na herdade das Medinas e usufruía de regalias de criação de porcos conjuntamente com a vara do patrão. Quando a herdade foi ocupada, recorda que faltava conhecimento e capacidade de organização aos trabalhadores, que eram guiados apenas pela vontade de um usufruto imediato dos proveitos dos latifundiários:

“Tivemos nas Medinas, com o nosso tal dito patrão velho, de antigamente, da Negrita. Tivemos ali e tínhamos os porcos, o meu marido andava com os porcos,

⁵⁶ Resolução DD1609, de 3 de Março de 1975

⁵⁷ Presidente do Grémio da Lavoura de Moura e Barrancos e integrou a câmara corporativa em representação da produção pecuária na VI legislatura (entre 1953-1957).

⁵⁸ Portaria nº 442/76 de 22 de Julho de 1976

tínhamos a nossa “matancinha”, que o patrão dava a nossa “matancinha”. Tudo! E “Atão” chegaram aqueles homens à porta, truz! truz! Às tantas da madrugada. Tão o que é? Tão o que é? Digo: “Tão mas quem é?”. Samos fulanos, beltranos. Já abrimos a porta. Logo: “vimos a apanhar isto para a agrária”. Homens que não sabiam nada, não sabiam nada, que a gente sabe que não sabiam nada.”

Com as ocupações, os trabalhadores lutavam essencialmente por um emprego certo e um salário justo, agrupando-se em unidades colectivas de produção, onde procuravam suprimir em conjunto as dificuldades de gestão dos processos produtivos. Como recorda Bento Figueira, nos primeiros tempos as UCPs garantiam emprego à totalidade dos trabalhadores, mas à medida que foram ficando sobrecarregadas de pessoal e desprovidas de uma capacidade de organização produtiva, foram excluindo os trabalhadores para garantir a sua sustentabilidade:

“Nos primeiros dois meses trabalhava toda a gente, trabalhava toda a gente. Mas isso foi só aí um par de tempo, daí para diante depois começaram a ficar em casa, começou tudo na mesma outra vez. Houve lá uma ou outra, por exemplo aí em Pias, não sei “adonde” (onde) foi outra que tiveram...delegaram muito tempo, mas aqui assim ao fim de dois anos ou três anos não havia aí nada.”
(Entrevista nº 3)

A impotência dos trabalhadores, proveniente das suas baixas habilitações e inexperiência gestonária, foi dando indicadores de mau aproveitamento que minaram progressivamente a subsistência das UCPs. Como recorda Bento Figueira, a má gestão levou ao descultivo das terras e à morte do efetivo animal, o que ditou a entrega das explorações aos seus proprietários:

“E logo “atão” quando veio o 25 de Abril foram apanhadas as propriedades pela reforma agrária, para aí formaram isso, pra quê? Depois tiveram que entregar tudo porque deixaram abandonar tudo a reforma agrária. Pois porque “tava” tudo abandonado quando foi já da reforma agrária, já as propriedades só o que se via era já propriedades sem nada. Gado mal tratado, era tudo, tudo a morrer pois.”
(Entrevista nº 3).

Os trabalhadores das UCPs procuravam um emprego certo e à medida que os meios de subsistência deixados pelos proprietários da terra iam escasseando, verificava-se que todos os trabalhadores queriam delegar funções mas ninguém se dispunha a executá-las. Assim sendo, a falta de capacidade de liderança ia negligenciando a gestão e organização das propriedades. Como recorda Bento Figueira:

"Começou a faltar o trabalho e começaram a faltar as condições, toda a gente queria mandar ninguém queria trabalhar, pois aí é que é." (Entrevista nº3)

Com a contrarreforma agrária e o progressivo desmantelamento das UCPs e CPAs, os proprietários foram recuperando as suas explorações e fazendo uso dos apoios da PAC e do FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) para modernizar e adaptar as produções às exigências definidas para a agricultura e pecuária europeias. São tempos de transição e que demarcam os novos usos do espaço rural. A agricultura moderniza-se, adaptando-se às exigências da indústria e de um mercado de consumo europeu, liberto de taxas alfandegárias mas altamente competitivo e controlado por quotas de produção. Como lembra Ana Marques da Silva, nos primeiros tempos da transição para a uma mecanização da agricultura, ainda surgiam algumas ofertas de trabalho, mas estas foram sendo progressivamente sugadas pelo progresso e pelos novos trabalhadores especializados:

"Ainda houve um "tempozinho" de muito trabalho, mas depois aquilo começou a diminuir. Começaram já...também era já outra qualidade de coisas, muitas alfaias, muitos tratoristas, começaram a vedar as terras. Começaram com o tratorista, guardava o gado, lavrava as terras, fazia tudo. E aquilo começou a faltar muito, muito, muito trabalho, muito trabalho. " (Entrevista nº2)

Muitas explorações passam por períodos de reconversão florestal, adaptação a novas culturas ou simplesmente ao descultivo e direcionamento para a atividade cinegética turística. Em 1989 é formado o Clube Desportivo de Caça e Pesca de Santo Aleixo da Restauração, que dava início à atividade de caça associativa nas herdades dos baldios de Rabo Coelho e Coitada, que constituem propriedade da Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração. No dia 26 de Outubro desse mesmo ano, é criada a Zona de

Caça Nacional do Perímetro Florestal da Contenda⁵⁹, gerida pela Câmara Municipal de Moura e vocacionada para o turismo de caça maior.

Nos últimos anos, muitas outras herdades têm sido convertidas em zonas de caça turística e associativa, predominando esta forma de exploração indireta nas superfícies agrícolas de Santo Aleixo da Restauração (Tabela n.º3).

Tabela nº3 - Herdades Agropecuárias convertidas em Zonas de Caça Turística e Associativa		
Zonas de Caça	Concessão de Propriedade	Enquadramento legal da Zona de Caça Associativa/ Turística
Herdade do Baldio da “Coitada”	Clube Desportivo de Caça e Pesca de Santo Aleixo da Restauração	Portaria 587/2002 de 6 de Junho de 2002
Baldio dos Marvões	Sociedade de Marvões – Agropecuária e Florestal da Herdade dos Marvões, S. A	Portaria 739/2002 de 28 de Junho de 2002
Herdade do Baldio do Rabo de Coelho	Clube Desportivo de Caça e Pesca de Santo Aleixo da Restauração	Portaria 1004/2002 de 29 de Outubro de 2002
Herdade das Tesas	Têxtil Manuel Gonçalves, S.A	Portaria 831/2005 de 16 de Setembro de 2005
Herdade de Donas Marias	Sociedade Agropecuária do Marim, Lda.	Portaria 1128/2006 de 25 de Outubro de 2006
Herdade da Negrita	Nuno Alexandre Graça Eugénio de Almeida	Portaria 1024/2006 de 20 de Setembro de 2006
Zona de Caça Associativa do Castanheiro	Associação de Caçadores e Pescadores do Castanheiro	Portaria 478/2007 de 19 de Abril 2007

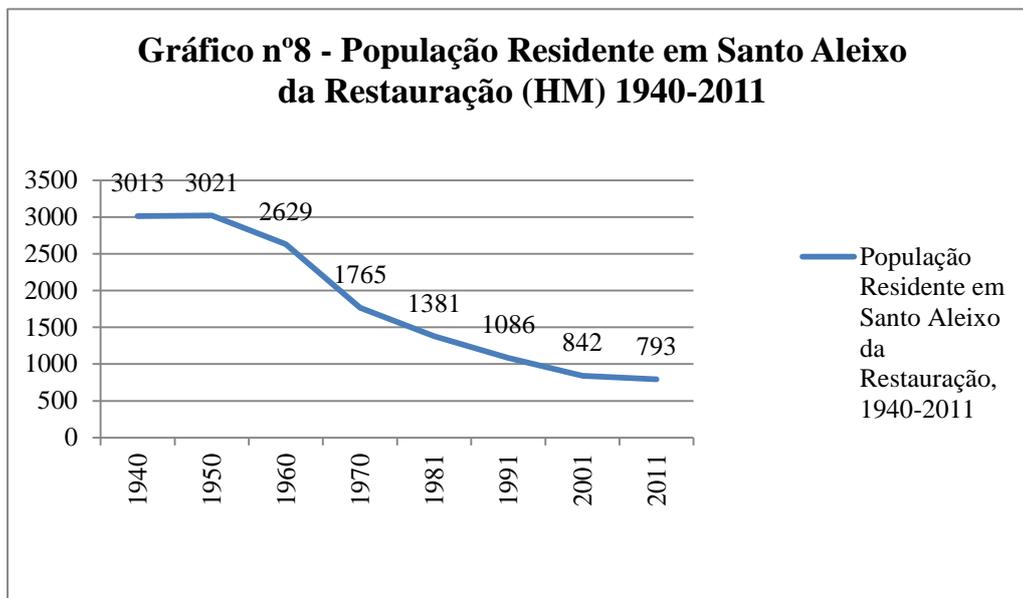
Fonte: Portarias indicadas em tabela.

Estes novos usos do espaço rural implicavam uma progressiva delimitação do espaço, passando este a estar demarcado fisicamente, numa clara separação entre a propriedade privada e o espaço público de acesso a toda a população.

Com o abandono do modelo de agricultura extensiva, os trabalhadores rurais vivem momentos de grande inatividade, sendo estes afastados progressivamente de um contexto de trabalho com o qual conviviam quotidianamente.

⁵⁹ Decreto-Lei 377/89 de 25 de Outubro de 1989

O maior reflexo das mudanças na estrutura de organização social da aldeia, encontra-se representado nos dados referentes à sua população residente para o hiato temporal 1940-2011 (Gráfico nº8). O despovoamento progressivo é visível a partir de 1950, registando-se em 1981 menos de metade da população residente em 1940.



Fonte: INE (1943-2011)

Entre 1970 e 2011, Santo Aleixo perde cerca de 972 pessoas, o que corresponde a uma taxa de variação negativa, que apresenta um decréscimo populacional de cerca de -55%. Este despovoamento está relacionado com o insucesso do modelo de reforma agrária e com as mudanças no sector agropecuário, que condicionaram o acesso ao emprego e empurraram a população para o êxodo rural e emigração. Como refere Ana Maria Chouriço, o despovoamento é um reflexo das escassas ofertas de emprego a nível local:

“Porque também não havia. Que lá fora havia mais emigração, havia mais dinheiro. Pagavam, havia mais trabalho o ano inteiro e emigraram. Como em todos os povos, também emigraram mais, mas aqui em Santo Aleixo houve muito quem emigrasse. Muito, muito, muito! Aqui também a vida... Que vida há agora aqui? Olhe, eu tenho uma filha, tem dois filhinhos e tá sozinha criando-os. Como é que ela vem para aqui, se aqui não há trabalho? Não há emprego. E depois? No dia que os pais fechem os olhos, de onde é que ela come? Aqui só o

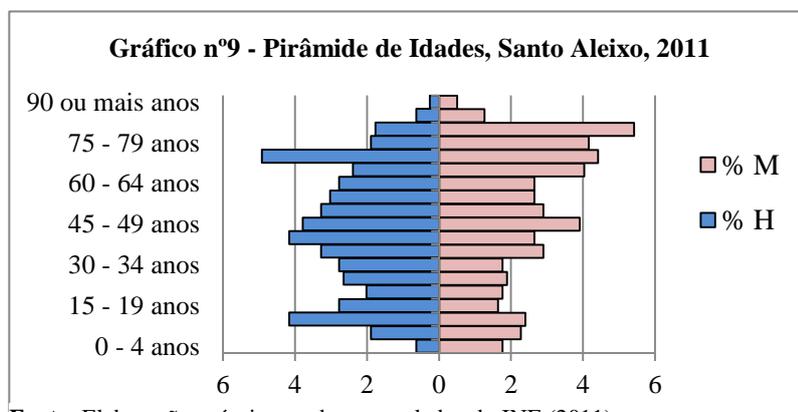
emprego que há, é ali o lar lá em baixo, meia dúzia delas, pronto mais nada.”
(Entrevista nº 1).

Na contemporaneidade o sector primário continua a ser o que mais emprega, embora já não se destaque exponencialmente dos restantes sectores. Em 2011 o sector primário empregava 67 pessoas, das 207 (tabela nº4) que correspondem à população empregada, residente em Santo Aleixo da Restauração.

Tabela nº4 População empregada residente em Santo Aleixo da Restauração, por Sector de atividade económica e Situação na profissão (à data dos censos 2011)		
Sector de atividade económica	Situação na profissão	
Sector primário	Empregador	4
	Trabalhador por conta própria	4
	Trabalhador familiar não remunerado	0
	Trabalhador por conta de outrem	58
	Membro de uma cooperativa de produção	0
	Outra situação	1
	Total	67
Sector secundário	Total	36
Sector terciário (social)	Total	55
Total		207

Fonte: Adaptação de INE (2011)

Na aldeia, o terceiro sector encontra-se em ascensão quer pela aposta e conversão das superfícies agrícolas em atividades ligadas ao turismo rural e cinegético, quer pelo duplo envelhecimento da população (gráfico nº9) que atrai instituições com funções assistencialistas e de solidariedade social⁶⁰. Esta pirâmide de idades apresenta um duplo envelhecimento na base e no topo da pirâmide, assumindo um formato de “urna” representativo de baixos níveis de mortalidade e natalidade (Gráfico nº9 e tabela nº5).



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (2011)

⁶⁰ De que é exemplo o recém-fundado Lar de Nossa Senhora das Necessidades inaugurado a dia 10 de Maio de 2014.

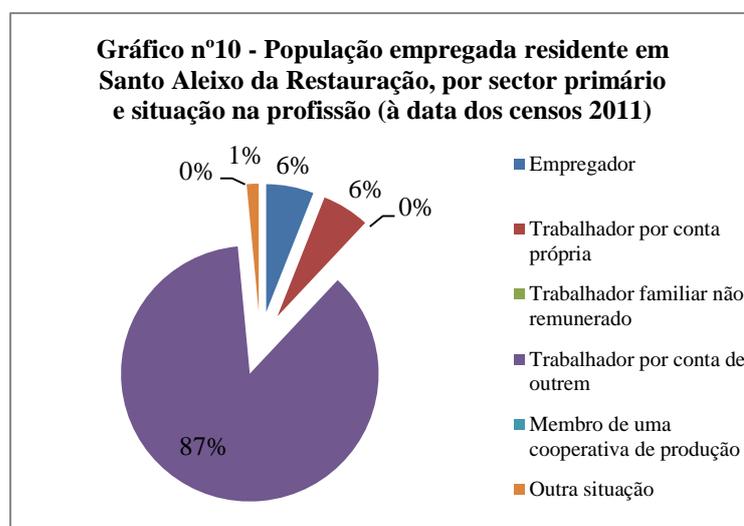
Através do cálculo do índice de envelhecimento⁶¹ de 2011, verificamos que por cada 100 jovens existem 241 idosos em Santo Aleixo da Restauração, o que ilustra o referido duplo envelhecimento da pirâmide de idades.

Grupos Funcionais	HM	H	M
Jovens (0-14)	104	53	51
Activos (15-64)	438	242	196
Idosos (65 e + anos)	251	94	157
Total	793	389	404

% Jovens	13,11	13,62	12,62
% Activos	55,23	62,21	48,51
% Idosos	31,65	24,16	38,86
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados INE (2011)

Contudo, continua a haver ao nível do sector primário uma dependência dos proprietários da terra, pois em 2011 existem 4 empregadores e 58 trabalhadores por conta de outrem em Santo Aleixo (gráfico nº10 e tabela nº4), numa clara relação de dependência face aos proprietários da terra.

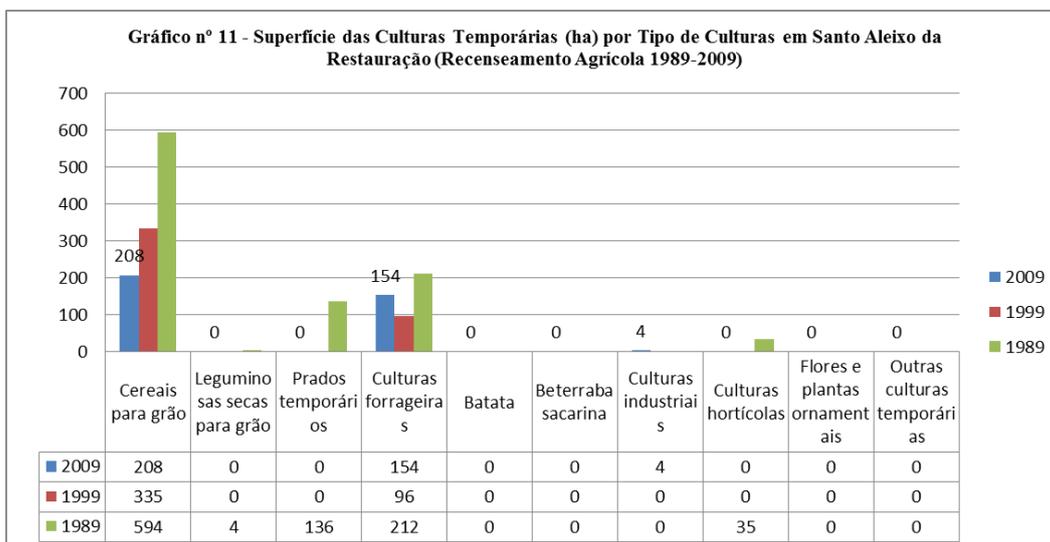


Fonte: Adaptação de INE (2011)

A atividade agropecuária foi adaptada ao longo das últimas décadas às exigências produtivas da União Europeia, verificando-se que as explorações apostam nas culturas temporárias forrageiras⁶² e nas culturas permanentes de olival (Gráfico nº11).

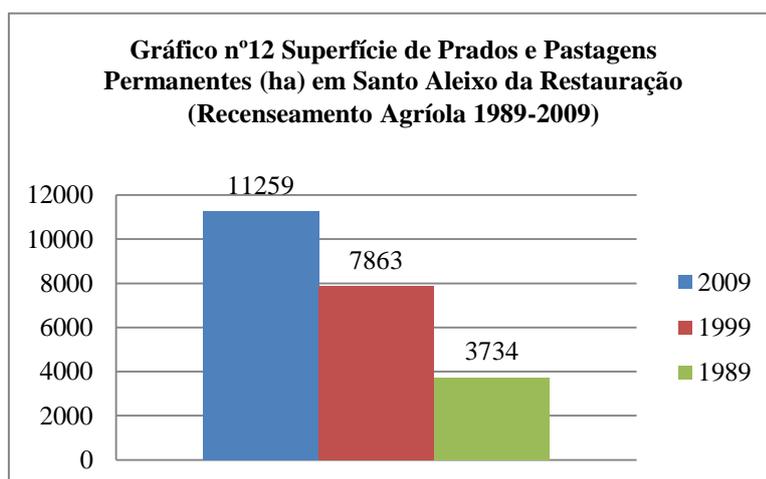
⁶¹ Cálculo do IE= [(P(65, +)/ P(0, 14)] x 100

⁶² Embora ainda se verifique a utilização predominante de 208ha na produção de cereais para grão.

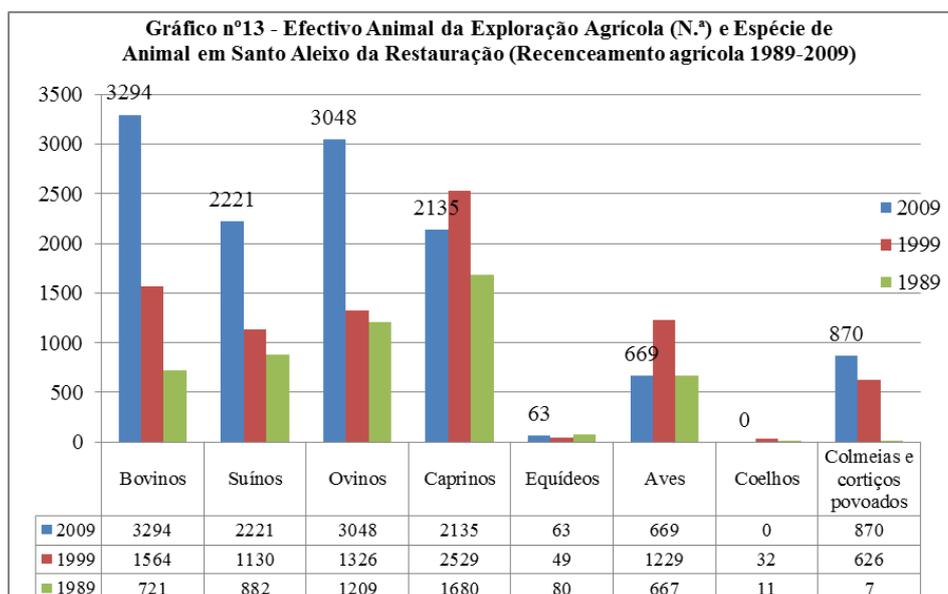


Fonte: INE (2011) Recenseamento Agrícola.

O reforço das culturas forrageiras e dos prados e pastagens permanentes (Gráfico nº12) está diretamente relacionado com a atividade pecuária em Santo Aleixo, que tem vindo a crescer com a produção de bovinos, suínos, ovinos e caprinos (Gráfico nº13).

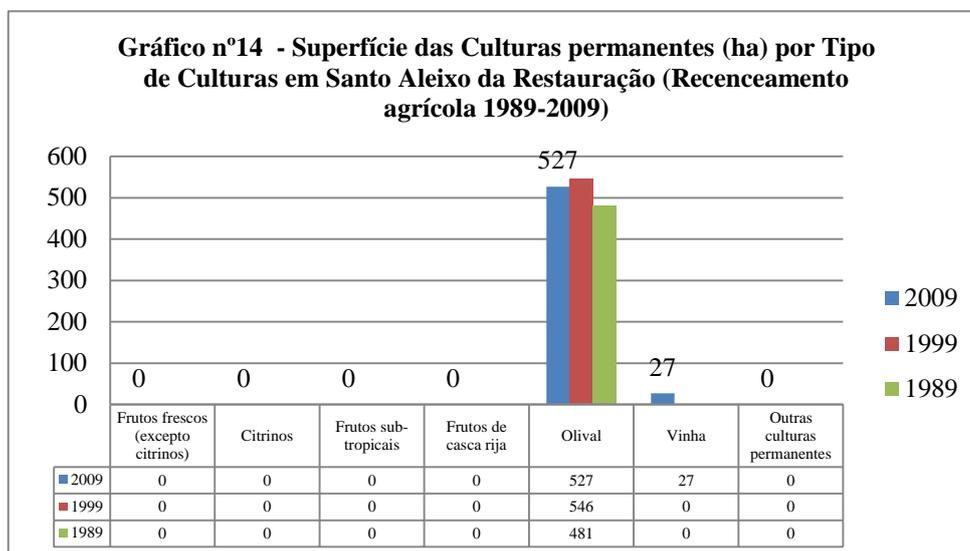


Fonte: INE (2011). Recenseamento Agrícola.



Fonte: INE (2011). Recenseamento Agrícola

Por fim, a aposta na olivicultura (Gráfico nº 14) é justificada pela produção de azeite, da qual o concelho de Moura é um dos maiores produtores nacionais, muito devido à atividade da Cooperativa Agrícola de Moura e Barrancos (CAMB).



Fonte: INE (2011). Recenseamento Agrícola.

A análise das presentes formas de exploração da terra, muito centradas na produção de gado e na olivicultura industrial, permite-nos concluir que estas alterações tiveram implicações na transição dos trabalhadores, de um modelo que subsistia da empregabilidade de grandes volumes de mão-de-obra assalariada, para um regime de recrutamento assente na contratação de um menor número de trabalhadores especializados. Esta transição retira ao contexto de trabalho os espaços de sociabilidades em grupo onde os trabalhadores conviviam e punham em prática o cante alentejano, substituindo-os pelo isolamento e ligação do trabalhador especializado à máquina. Como afirma Ana Maria Chouriço, hoje o cante alentejano já não acompanha o ritmo do trabalho, tendo sido substituído quotidianamente pelo som dos motores da máquina:

“Ah! Hoje já não sabem, já o cantar do trabalho já é diferente. Já... Alguma vez? É o tick, tick, tick, tick já e pronto, mais nada. Já não é o cante alentejano como era dantes.” (Entrevista nº1)

A prática do cante alentejano passa de uma completa simbiose entre o ato de cantar e o quotidiano de trabalho, para a realidade das novas formas de exploração da terra, onde os grupos de trabalhadores são afastados dos processos produtivos. Estas mudanças nas formas de exploração do trabalho e da terra, impulsionam os cantadores para a

representação social do passado através da escrita de modas. Para tal, estes procedem há fabricação social de um quotidiano passado, no qual vivem nostalgicamente através de processos de ativação da memória social.

As modas “Lindo Alentejo Dourado” e “Nos Campos do Alentejo”, são exemplo de como o cante alentejano constrói montras panorâmicas de um passado reconvertido em presente, por processos de reminiscência e identificação colectiva com o vivido. A moda “Lindo Alentejo Dourado⁶³” da autoria de Bento Figueira, ilustra a importância que teve a produção cerealífera na organização social da aldeia:

Lindo Alentejo dourado
Teu passado teve história
Rico em trigo, azeite e gado
Boas vinhas e montado
Tudo isto eu tenho em memória

Em tempos que já lá vão,
Que o boi puxava o arado
Qualquer terra dava pão
Era esta a solução
No Alentejo dourado

A moda “Nos Campos do Alentejo⁶⁴” da autoria de Manuel Gaspar (Carola) é ilustrativa do período pós reforma agrária, que ficou marcado pela delimitação da propriedade privada e pelo descultivo e aposta no turismo cinegético:

Nos campos do Alentejo
Entre olivais e montado
Fico triste quando vejo
O terreno abandonado
Não tem seara nem gado
Já não há agricultores
Só há terreno vedado
Esperando os caçadores

63 Registada a 21 de Janeiro de 2015.

64 Registada no dia 24 de Janeiro de 2015

A prática espontânea do cante deixa de ser executada em grupo no contexto de trabalho agrícola, mas transporta nas suas modas toda a memória social de um quotidiano que pertence ao passado.

O cante transita conjuntamente com os trabalhadores rurais para novos espaços e com eles viaja o património imaterial de Santo Aleixo. Nos casos de êxodo rural e emigração, o espírito de pertença identitária foi reforçado através da fundação de grupos corais.

Como veremos de seguida, o cante alentejano foi resiliente a estas mudanças, adaptando-se e habitando o espaço social da aldeia conjuntamente com os seus representantes, cujo dinamismo determina a variação entre a prática espontânea e a prática formal.

5. Prática do Cante na Contemporaneidade

Neste capítulo faremos uma análise da prática formal do cante até à contemporaneidade em Santo Aleixo da Restauração, dando destaque aos grupos, aos seus protagonistas e à sua relação com o conceito de espetáculo. Procuraremos também compreender como a prática espontânea do cante evoluiu, quem são os seus praticantes e quais são os espaços que habita no contexto da aldeia. Por fim, apresentaremos ainda os principais condicionalismos que afectam os grupos e a prática do cante na contemporaneidade, procurando compreender as suas ligações à evolução da organização social da aldeia.

5.1. Prática Formal e os Seus Atores

No concelho de Moura a prática formal do cante tem origem em 1934 na freguesia rural de Santo Aleixo da Restauração. Na cidade concelho apenas em 1940 há registo da presença de dois Grupos Corais: O “Grupo Regional Arucitana” do mestre Francisco Caracol; E o “Grupo Coral Os Amarelos” do mestre António D’Oliveira Gusmão⁶⁵.”

⁶⁵ Verbana da Caridade: Canções Alentejanas. (13 de Julho de 1940). *Jornal de Moura*, 1 e 4.

Verbana da Caridade: As Canções Alentejanas. (20 de Julho de 1940). *Jornal de Moura*, 4.

Verbana da Caridade. (27 de Julho de 1940). *Jornal de Moura*, 1.

Em Santo Aleixo da Restauração a prática formal do Cante foi iniciada a 19 de Março de 1934, por iniciativa de um grupo de cerca de 30 trabalhadores rurais que frequentava a Sociedade Recreativa o Pé-Descalço (estava situada na Rua Nova). A sua primeira atuação foi em 1942 em Vila Verde de Ficalho a convite do Grupo Coral os Arraianos. Como recorda Bento Figueira:

“[...]a primeira atuação do grupo foi em Ficalho, em 42 mas esse não “tava” eu ainda no grupo.” (Diário de Campo, dia 21 de Janeiro de 2015)

Inicialmente o Grupo intitulava-se Grupo Coral de Santo Aleixo e teve como seu primeiro ensaiador o mestre Joaquim Vilão. Segundo Bento Figueira:

“Era a sociedade do Pé Descalço, lá no pé descalço, era o Grupo Coral de Santo Aleixo.” (Entrevista nº3).

Ao mestre do grupo cabia a responsabilidade do recrutamento de cantadores, que embora pudessem ser sugeridos por outros elementos do grupo, apenas integravam o colectivo quando aprovados por ele. Como afirma Bento Figueira:

“Quem é que os chamava? Éramos nós aí, a gente dizíamos uns aos outros. Digo: “Olha que tá aí fulano, fulano é bom pode vir?”. Tão digam lá que venha, dizia o chefe. Digo-lhe eu, senão diz-lhe tu, era uma coisa assim.” (Entrevista nº 3)

Os candidatos a cantadores do grupo eram posteriormente submetidos a uma audição, estando o seu ingresso dependente da avaliação do mestre. De acordo com Bento Figueira, a seleção dos candidatos era feita da seguinte forma:

“Pois, chegava lá o homem era prometido a uns testes não? Cantavam uma moda, começavam uma cantiga ou duas e via, se a pessoa dava ou não dava” (Entrevista nº3).

É ainda durante a ditadura do Estado Novo e por decisão do mestre Francisco de Almeida Candeias, conhecido na aldeia por “Chico Parra”, que as primeiras mulheres são integradas no grupo. Estes elementos eram jovens adolescentes trajadas de ceifeiras (fotografia nº1), que foram integradas para acompanhar o grupo a 17 de Março de 1952 ao concurso de cantares alentejanos, no pavilhão dos desportos (atual Pavilhão Carlos

Lopes), que contou com a apresentação do radialista Artur Agostinho. Como recorda Joaquina Neves:

"Primeiramente o Chico Parra levou essas raparigas. Rapariguitas que desconfio que até eram mais novas do que eu, as raparigas que foram. Nós éramos quatro ou cinco que íamos, que o homem queria levar. Até foram vestidas em ar de ceifeira nessa altura. Até sei quem são as raparigas e tudo. Olhe, até a gente tinha fotografias delas." (Entrevista nº4)

Os ensaios do grupo tinham lugar na Sociedade Recreativa o Pé-Descalço e posteriormente os cantadores passaram a reunir-se no casão de Bento Ramos (atual taberna do Barnabé na Rua de Moura). Como recorda Bento Figueira, este novo espaço foi cedido ao grupo para que nele ensaiassem aos serões:

“Era uma taberna, era um casão. Não era, era um casão, era um casão de Bento Ramos, que lhe chamava a gente. Era a casa conforme tá ali, só que não existia lá nada dentro, não existia taberna ainda. Logo é que montaram lá aquela taberna, ao fim de um tempo. Mas era um casão e deram, como aquilo é aquele espaço largo e cederam aquilo ao grupo para se irem ensaiar lá" (Entrevista nº 3)

Foto nº1 - Primeira integração de mulheres no Grupo Coral da Casa do Povo.



Fonte: Arquivo pessoal da família Candeias.

O espaço de ensaio estava aberto à assistência da população, sendo-lhes imposto apenas a regra de não perturbação da ordem do ensaio. Como afirma Bento Figueira, o ensaio era um espaço aberto, mas a população não correspondia com a sua presença:

"Podiam, toda a gente podia assistir. Desde que quisessem podia ver, podia assistir. Foi uma coisa que nunca se proibiu assim foi de alguém lá coiso, que as

peessoas recusavam-se a lá ir. Lá ia um ou outro coiso, normalmente foi pouca gente, mesmo ainda hoje pouca gente lá vai ver os ensaios." (Entrevista nº3)

É com base nas ações previstas nos regulamentos da FNAT que o Grupo Coral de Santo Aleixo é agregado à Casa do Povo, numa procura do Estado Novo por controlar a ação de cerca de 30 trabalhadores rurais, que se reuniam num casão privado para conviver e cantar livremente. Desta ação da FNAT nasce o Grupo Coral da Casa do Povo de Santo Aleixo, que apenas passa a chamar-se Grupo Coral da Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração a partir do dia 3 de Maio de 1957, com a aprovação pelo Governo do pedido de alteração de nome da aldeia, proferido pela Junta de Freguesia. Como refere Bento Figueira, o Grupo já existia quando posteriormente foi agregado à Casa do Povo:

“Foi o grupo que se associou lá à casa do povo, que é a única coisa que depende da Casa do Povo é o grupo coral, o grupo dos homens nem sequer é o das mulheres. As mulheres tão lá também metidas mas este é que fui fundado lá pela casa do povo. Foi fundado? Foi agregado à Casa do Povo, fundado já ele “tava”. E o espaço que tem é esse " (Entrevista nº3)

Ainda sob a orientação da FNAT, o Grupo Coral da Casa do Povo fez gravações (Fotografia nº2) para a emissora nacional, sendo transmitido no programa “Serão para Trabalhadores”, realizado em colaboração com a FNAT. Como recorda Joaquina Neves, a transmissão do grupo na Emissora Nacional, mobilizava e reunia os santoaleixenses em torno da rádio:

“Por acaso gostei, uma recordação que não havia televisões, não havia nada, só se ouvia na rádio e a gente quando o grupo atuou íamos. A que não tinha rádio ia ouvir à da outra que tinha rádio. Por acaso foi bonito. Os nomes já cá não estão coitados, infelizmente já cá não estão, mas gostava de os ouvir. E eram esses mesmos, desde a idade de sempre que a gente é nova e recorda-se do grupo de cantar aqui dos restauradores, que era o nosso grupo que aqui tínhamos e só um." (Entrevista nº 4).

O compositor e etnomusicólogo Armando Leça realizou entre 1939-1940 a pedido da comissão executiva dos centenários, a primeira recolha dos cantares e danças populares feita em Portugal (Sardinha, 1992). Os registos foram efectuados em conjunto com a Emissora Nacional, tendo Armando Leça registado em 1940 o Grupo Coral de Santo Aleixo⁶⁶.

Fotografia nº2 - Gravações da Emissora Nacional.



Fonte: Arquivo pessoal da família Candeias.

A 29 de Agosto de 1967, João Ranita da Nazaré reconhecendo a importância do cante alentejano de Santo Aleixo da Restauração, desloca-se à aldeia para registar no espaço da escola primária o Grupo Coral da Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração⁶⁷. Estes registos viriam a integrar o seu livro “Música Tradicional Portuguesa – Cantares do Baixo Alentejo” (1979).

O grupo coral seria ainda etnografado em 1970 por Michel Giacometti e Fernando Lopes Graça para o programa o “Povo que Canta”⁶⁸. Os cantadores surgem a interpretar

⁶⁶ Caldeira, A. (8 de Junho de 1940). Cantos Regionais. *Jornal de Moura*, 2.

⁶⁷ Foram registadas as modas: “Santo Aleixo Povo Herói”; “Já lá Vem Rompendo a Aurora”; “Lindo Ramo Verde Escuro”; E “Janeiras: À Porta d’Uma Alma Santa”.

⁶⁸ Trata-se do episódio nº 12, da série “o povo que canta” exibida pela RTP, da autoria do etnomusicólogo Michel Giacometti. Este episódio data de 1970 e intitula-se “Ciclo dos Doze Dias II: Natal e Janeiras”. No episódio os cantadores Francisco de Almeida Candeias “Parra”, António Lino, António Fialho Guerra, António “Fustiga” e Toi Évora, interpretam o cantar das Janeiras “À porta d’uma Alma Santa”. As Janeiras eram cantadas em época natalícia de porta à porta, num peditório feito pelos mais carenciados às

a moda das Janeiras “À porta d’uma Alma Santa”, original de Santo Aleixo da Restauração.

Todos estes registos etnográficos de inventariação ilustram a folclorização nacionalista, levada a cabo pelos organismos do Estado Novo e pelo trabalho de prestigiados académicos.

A atividade do grupo era suportada financeiramente pelos cantadores, que garantiam da sua jorna a alimentação e compra do traje. Como afirma Bento Figueira, o grupo não dependia financeiramente de nenhuma instituição:

“O grupo não tinha haveres de lado nenhum, porque quem sustentava o grupo eram os homens, eram os próprios cantadores. Ele também a despesa que tinha não era nenhuma. Queriam beber, faziam um petisco qualquer e punham 5 ou 10 tostões cada um naquela altura, ou 25 tostões, e fazia-se um petisco, ou coisa assim. Agora é que quando começaram a comprar a roupa para irem coiso, cada um comprava a sua. Era uma jaqueta, um colete e um chapéu, calças pretas e uma cinta. Naquele tempo era jaqueta, calças preta e camisa branca, mas cada um comprava a sua roupa.” (Entrevista nº 3).

As condições oferecidas ao grupo para atuação apenas cobriam a alimentação dos elementos. O grupo não recebia qualquer pagamento e partia mesmo dos próprios elementos a recusa de fins lucrativos. Como afirma Bento Figueira:

“São as mesmas de hoje. O almocinho lá depois de cantarem, qualquer coisa que é o mesmo que nos fazem hoje aí. Ninguém dá nada a ninguém, o grupo atua sem meios lucrativos. Nada. Isso é uma tradição que ficou no grupo desde que o grupo foi inaugurado. E nos grupos, todos os grupos alentejanos só cantam por isso.” (Entrevista nº 3).

Nas atuações o traje era de uso obrigatório e só sofreu atualização quando o grupo integrou a Casa do Povo, sendo-lhe acrescentado um lenço garrido ao pescoço, e retirado a cinta preta e a jaqueta (fotografia nº3). Como recorda Bento Figueira, o mestre impunha o uso obrigatório do traje:

famílias mais abastadas. Era realizado à noite para que a pouca luminosidade lhes camuflasse a vergonha de pedir alimentação ou dinheiro, aqueles que na maior parte das vezes eram seus empregadores.

"Não, porque mesmo lá o diretor do grupo, o chefe do grupo dizia logo: "têm que vir devidamente fardados". Ainda é como é hoje não? Hoje já não, hoje é só o colete e a camisa branca e um lenço garrido ao pescoço e o chapéu."
(Entrevista nº 3)

Fotografia nº3 - O traje antes e depois da folclorização do Estado Novo.



Fonte: Arquivo pessoal da família Candeias.

O 25 de Abril de 1974 não trouxe alterações imediatas ao grupo durante o período de construção da democracia portuguesa. Embora tenham sido suprimidos os organismos do corporativismo, o grupo continuou associado à Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração. A liberdade de expressão não direcionou a escrita e composição de modas para a crítica e intervenção política, pois o letrista Bento Figueira opõe-se à introdução de política no cante, o que pode ser interpretado como um reflexo das longas décadas de censura de que o grupo foi alvo:

“A liberdade de expressão não, foi uma liberdade de expressão é que começaram a haver as modas políticas. Só que aqui em Santo Aleixo, quando eu tomei conta do grupo, acabou-se a política no cante, no grupo. Tenho 90% das modas que se cantam aí fora, foram quase todas feitas por mim, mas não há modas políticas. Eu acabei com a política nas modas, que eu não gosto de política no cante. Não canto modas nenhuma, não fiz moda nenhuma que disse-se política.”
(Entrevista nº3)

Apenas na década de 90 do século XX o mestre Francisco Candeias decide alterar a tipologia do grupo, introduzindo duas mulheres na sua formação. Com esta medida, o grupo passa a uma tipologia mista e as mulheres acabam por ser impulsionadoras do movimento de emancipação feminina na aldeia.

O mestre Francisco Candeias introduziu as mulheres no grupo por decisão autocrática, não pedindo opinião aos restantes cantadores. Bento Figueira recorda que a inserção das mulheres foi aceite pela maioria dos elementos do grupo:

“Poxorte” (com certeza) tão não fazem lá mal nenhum. Há quem não as queira, mas como a maior parte não disse nada... Aquilo foram aprovadas por lá as mulheres, mas foi só da autoria dele, ele nunca pediu conselho a ninguém. Pronto, levo-as para lá e olha, vamos agora “tar” discutindo para quê? Eu até não “tava” aí, por acaso eu “tava” na França. E quando vim, quando fomos lá ensaiar, cheguei, a gente ouvia lá. Pois houve um dia a ensaiar, já lá “tavam”: “boa noite, boa noite”. Pronto. Nunca tive cá perguntando quem é que as trouxe para aqui, pronto. Também aquilo a mim não me dizia respeito nenhum, elas não me tiravam o meu ser lá no grupo.” (Entrevista nº3)

As primeiras mulheres a serem introduzidas no grupo foi a Sr.^a dona Mariana Candeias, cônjuge do mestre Francisco Candeias, e a jovem Ivone. Atualmente o grupo apenas tem a cantora Ana Maria Chouriço, que considera ser bem aceite por todos os elementos:

“Eu quando entrei para o grupo dos homens a cantar, “tava” aqui esta minha vizinha (que ficou a minha vizinha a cantar). A outra saiu e para não “tar” ela sozinha convidaram-me a mim, e eu fui. Eu fui agora, quando a mulher morreu-lhe o filhinho (pois já não vai, pois com certeza) e “atão” eu pedi ao mestre, se eu coiso...eu saia do grupo, entregava a farda. “Não senhor, quando poderes vens, quando não poderes não vens, que é assim que fazemos todos, tu aqui não fazes mal a ninguém e és estimada”. Graças a deus sou estimada sim senhor, e respeitada, até hoje, amanhã não sei.” (Entrevista nº1)

Na aldeia as opiniões sobre a alteração da estrutura do grupo dividem-se, há quem não se oponha à união dos dois géneros no cante, e há quem considere que auditivamente a voz mezzosoprano da mulher não beneficia o grupo, provocando desequilíbrios e perdas de consciência tonal:

Eles acho que não gostam muito, eu tenho a sensação que não. Eu para dizer a verdade, eu sinceramente, eu “tou” a falar por mim, não gosto. Ou mulheres, ou homens depois a voz da mulher é sempre mais, o homem tem a voz mais alta e a

mulher depois para chegar aquele patamar tem que se esforçar muito que é o caso, depois aquilo é “ganidos”, vamos lá, entre aspas. Gosto de ouvir um grupo de bons cantadores”. (Entrevista nº 5)

Atualmente o grupo é dirigido pelo mestre Bento Figueira, conhecido na aldeia por Bento “Torra”. Entrou para o grupo em 1950-51, sendo um dos elementos históricos do grupo e autor da quase totalidade das modas cantadas pelo grupo. O mestre Bento Figueira representa o grupo desde 2003 e é cantador há 64 anos:

“Eu já lhe digo, eu faço 64 anos de cante. Talvez no Alentejo não haja um homem com tanto tempo, com tanta idade, cantando num grupo sempre efetivo como eu”. (Diário de Campo de 19 de Janeiro de 2015)

O grupo conta hoje com cerca de 17 elementos, mas sete deles encontram-se a residir fora da aldeia, uns emigraram e outros saíram com o êxodo rural para a zona da Grande Lisboa. Estes elementos agrupam-se quando regressam à aldeia no período de férias e nas festividades, ficando o grupo apenas com cerca de 11 elementos nos restantes meses do ano. Como refere Bento Figueira:

“O grupo hoje, ”tando” aí todos, são uns 16 ou 17 todos. Mas é preciso tarem aí todos e queiram ir a cantar, porque a maior parte das vezes tão aí todos e metade ficam em casa.” (Entrevista nº3)

Os elementos são na sua grande maioria trabalhadores rurais aposentados, com exceção de um dirigente associativo da Casa do Povo e dos restantes trabalhadores rurais ainda em atividade:

“Tudo agricultores. O António está ali na casa do povo, mas esse tá já reformado. E a maior parte “tamos” já reformados. Há aí quatro ou cinco rapazes que ainda não tão reformados, que andam a trabalhar. Mas o resto está tudo reformado” (Entrevista nº 3)

O Grupo Coral da Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração, conta hoje com 81 anos de atividade. Nasce enquanto produto expressivo do grupo dos trabalhadores rurais, que espontaneamente cantavam em contexto de trabalho e nos espaços de sociabilidades masculinas. A ligação à terra e ao trabalho árduo transita com os cantadores para espaços de lazer, onde em grupo expressam a sua identidade através de uma representação simbólica do quotidiano de trabalho. É num destes momentos, que

os cantadores criam na Sociedade Recreativa o Pé-Descalço o Grupo Coral de Santo Aleixo. A sua fundação nasce da livre vontade de associação dos trabalhadores rurais, mas rapidamente é regulado e controlado pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, passando este a estar agregado à Casa do Povo de Santo Aleixo.

Durante a instrumentalização do Estado Novo, o grupo sofre algumas adaptações de imagem institucional, sofrendo mudanças a nível do traje e atuando sempre em representação do estandarte da Casa do Povo.

Ao longo das décadas do regime, o grupo teve uma atividade intensa, atuando por todo o país e participando, quer em programas da Emissora Nacional, quer em registos de natureza fonética e académica. Embora atuasse com regularidade, o suporte financeiro era garantido apenas pelos trabalhadores rurais, não recebendo o grupo qualquer apoio institucional.

Após a transição de Portugal para uma democracia constitucional, o grupo continua associado à Casa do Povo mas é alvo de uma reformulação na década de 90 do séc. XX, passando a integrar elementos femininos.

Na contemporaneidade o grupo apresenta-se com poucos elementos, não atua com muita regularidade e é suportado pelos apoios logísticos e financeiros acordados no protocolo de apoio e cooperação ao associativismo da Câmara Municipal de Moura. Nas atuações o grupo socorre-se do seu cancionero, composto quase na totalidade pelo seu atual mestre Bento Figueira “Torra”.

5.2. Prática Formal Feminina do Cante

Os grupos corais femininos iniciaram a sua atividade tardiamente, muito por causa da imagem criada da mulher pelo Estado Novo, que a conecta a um quotidiano ligado ao espaço doméstico, altamente limitador e controlador da sua liberdade de acesso ao espaço público, e de interação com o homem. As funções desenvolvidas pela mulher em espaço doméstico, eram valorizadas socialmente e reconhecidas pela própria constituição de 1933, que admite que a igualdade da mulher perante a lei pode ser condicionada pelas “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (artigo 5.º). Neste sentido, a mulher é arredada dos espaços de sociabilidades e é alvo de um grande controlo social por parte da população da aldeia, o que a desencoraja de tomar a

iniciativa de criação de grupos corais. Como lembra Ana Marques da Silva, o isolamento da mulher limitava-lhe a ação:

"Eu acho que é porque ninguém teve iniciativa para isso, não é porque ninguém proibisse. Ninguém tomou iniciativas e não formaram grupos corais. Deve ter sido isso. E as mulheres eram muito recatadas, só em casa, só em casa, só em casa e pronto." (Entrevista nº 2).

Em Santo Aleixo da Restauração o homem exercia um controlo masculino sobre a prática do cante. As restrições de acesso impostas à mulher pelos espaços de sociabilidades masculinas e de organização corporativa, garantiam o seu afastamento da prática formal do cante alentejano. Como refere Ana Maria Chouriço, o homem era quem detinha o controlo sobre a prática:

"Com o tempo é que já foram indo, pronto. Porque era tudo os homens é que mandavam, pronto, é tudo os homens. E hoje já..." (Entrevista nº1)

O primeiro grupo coral feminino foi fundado na aldeia a 10 de Junho de 2002, garantindo assim a distinção de segundo grupo coral feminino do concelho de Moura⁶⁹. A iniciativa de criação do grupo partiu da cantora Célia Borges, acabando por ser concretizada por Isabel Balancho, antiga mestra e cantora do grupo:

"A gente quando fizemos o grupo, foi a Isabel que foi para a frente do grupo, mas a ideia não foi dela. A ideia foi da mãe do Domingos Barnabé, da Célia.

"Ana vamos fazer um Grupo Coral, vamos, vamos" (Entrevista nº5)

O grupo intitulava-se inicialmente Grupo Coral Feminino Papoilas, tendo sido posteriormente adjetivado de "em Flor" pelo Dr. José Maria Pós-de-Mina, anterior presidente da Câmara de Moura. A intervenção do anterior presidente, demonstra que a Câmara Municipal desempenha um papel na regulação e gestão das práticas culturais do concelho. Como recorda Ana Marque da Silva:

"E até quem batizou o nosso grupo coral foi o Dr. José Maria Pós-de-Mina, nós dissemos Papoilas. Papoilas e ele disse: "Não, vocês vão ser Grupo Coral Feminino Papoilas em Flor". Pós "em flor" e acho que foi o segundo grupo que apareceu de mulheres." (Entrevista nº2)

⁶⁹ Localizado em Santo Amador, o Grupo Coral Feminino da ADASA foi fundado em 1997, sendo o primeiro grupo coral feminino do concelho de Moura.

Esta função de gestão pública das práticas culturais e do património, é ainda mais visível quando partem da autarquia propostas de fusão ou agregação dos grupos. Essas propostas são assentes numa procura pela continuidade da prática através da junção dos grupos, e pela redução dos apoios protocolares com o associativismo. Ana Marques Silva recorda a reunião em que essa proposta foi sugerida:

“Fizemos aqui uma vez uma reunião com o Rui Pinto: “Ora então vocês são poucas, vocês são poucas, a Dona Isabel também são poucas, vão se juntar”. E eu disse, eu não junto o meu grupo com o da dona Isabel” (Diário de Campo de 20 de Janeiro de 2015).

O Grupo Coral Feminino Papoilas em Flor realizou a sua primeira atuação no dia 1 de Outubro de 2002 nas comemorações do Dia Mundial do Idoso, realizadas na Herdade da Contenda. Nesta primeira atuação cantaram descaracterizadas, apenas usando uma t-shirt branca, com o patrocínio do BPI conseguido pela mestra Isabel Balancho. Como lembra Ana Marques da Silva:

"Foi na contenda, no dia da mulher. Não...foi na contenda, mas foi no dia do idoso, não foi no dia da mulher. No dia do idoso fomos à Contenda, ainda tenho o livrinho guardado, não sei “adonde” (onde). Fomos a cantar à Contenda, e fomos com umas camisolas brancas com o reclame do BPI. Foi a Isabel que nos arranjou o reclame do BPI. Aí mãe da “minh’alma”, cada vez que eu vejo aquela camisa, meu deus do céu." (Entrevista nº 2)

Os ensaios do grupo eram realizados nas instalações da Junta, enquanto a mestra Isabel Balancho foi a presidente. Como recorda Isabel Balancho:

“Cria-mos um grupo coral e foi na altura, os ensaios eram na junta e foi daí que começou. Depois entretanto eu adoeci e foi a Ana que o apanhou o grupo." (Entrevista nº5)

Quando Isabel Balancho abandona o grupo por motivos de saúde, este passa a ser dirigido por Ana Marques da Silva, que o integra na Casa do Povo, garantindo assim o espaço de ensaio e os apoios financeiros da Câmara Municipal de Moura.

“Nós quando fizemos o nosso, quando tivemos o mando daquela mulher dois anos, não fomos para a casa do povo. Mas assim que ela saiu, eu fui para o

presidente da casa do povo e disse. Para mesmo...para o NIB para a gente, se a Câmara dava algum dinheiro é para ali que vem o dinheiro, a gente não se podia “tar” colectando. E “atão” ficámos também na casa do povo à mesma, o nosso grupo também é da casa do povo, o mesmo que o do Sr. Bento. É assim, tanto que o dinheiro, às vezes com o “poucaxinho” que vem da Câmara dos cantes, vem junto. Vem tanto para um, tanto para outro. Vem para os dois grupos, depois eles passam “antão” os cheques à gente." (Entrevista nº 2)

O grupo feminino recebeu grande aceitação por parte dos cantadores do Grupo Coral da Casa do Povo, que incentivaram as mulheres a dar continuidade ao grupo. Como refere Ana Marques da Silva, o mestre Bento Figueira incentivou muito a criação do grupo feminino:

“Do cante? Eles gostam mesmo, o Bento deu sempre força à gente, o António coiso. E “vaíam” (vão) e continuem, não deixem acabar o grupo, não deixem acabar o grupo. Sempre, sempre, sempre! Deram sempre muita força à gente, nunca tivemos problemas com eles." (Entrevista nº2)

Fotografia nº 4- Evento de Homenagem a Francisco Candeias, realizado no âmbito do projeto.



Fonte: Autoria de Valter Rocha

Da parte da população a aceitação social do grupo feminino é quase total, sendo as mulheres alvo de algumas críticas durante as atuações do grupo na aldeia:

"Do que pudesse, pois isso...ainda hoje, “tou-lhe” a dizer que a gente passa muita vezes, ficam criticando a gente e outras vezes, outras pessoas gostam. Isso é como em tudo, o que é que vamos a fazer?" (Entrevista nº1)

O espaço de atuação revela-se para a mulher como um espaço de liberdade conquistada, onde se encontra livre da redoma da aldeia. O autocarro é símbolo de liberdade, permitindo à mulher sair do contexto, longe da vigilância dos maridos e do controlo social da aldeia. Durante as viagens e no decorrer dos encontros, as mulheres socializam de forma livre entre cantadoras e cantadores. Ana Maria Chouriço reforça esta análise:

“Pode. Nós cantamos quem quer cantar, que não quer cantar não canta. Aí vamos nós numa excursão e a gente vai cantando na camioneta. E vamos nós na excursão e a gente vai cantando nas camionetes, até o condutor vai cantando com a gente.” (Entrevista nº1).

Presentemente o grupo atua caracterizado, com um traje que inclui uma camisa vermelha, uma saia/calça preta e um lenço branco ao pescoço, em representação da flor papoila, que dá nome ao grupo (fotografia nº4):

“Papoilas em flor, escolhemos a blusa encarnada e saia preta, ou calça preta quando é de inverno. Uma fitinha, ou um lencinho e a gente pegou logo o lencinho, aqui pendurado do coiso, o lencinho. E agora temos, temos também o que mandamos fazer, o emblemazinho com a dedicatória “grupo coral família Papoilas em flor Santo Aleixo da Restauração” e o ano que foi feito.” (Diário de Campo, dia 20 de Janeiro de 2015)

O grupo apresenta-se atualmente com poucos elementos, conseguindo reunir ao todo apenas 13 cantadoras para as atuações:

“Doze, agora “tamos” só doze. Doze, éramos treze não sei se a Ana Maria vai se não vai.”

Quando a mestra Ana Marques da Silva ausculta o interesse de possíveis cantadoras, estas costumam ter reações de receio e vergonha da exposição pública:

"Algumas diziam assim: “Aí não vou, que tenho vergonha! Ainda hoje.” (Entrevista nº2)

Em Santo Aleixo, a prática formal feminina do cante passou a contar com um segundo grupo em 2010. Este novo grupo intitula-se Grupo Coral Feminino “Sol da Vida” e é produto da atividade da Associação Recreativa e Cultural “Sol da Vida” (situada na Travessa da Manuela), fundada por Isabel Balancho. Esta associação atua no contexto

de Santo Aleixo da Restauração, onde desenvolve atividades de apoio social, formativo e cultural.

É da vertente formativa da Associação que o Grupo Coral Sol da Vida nasce, através de um grupo de formandas do curso de artesanato. Este grupo preparou ao longo do ano uma apresentação final de curso, que envolvia uma atuação de cante alentejano. Como lembra Joaquina Neves:

"Olhe, a gente até por acaso começou este grupo assim, num autocarro. Fomos a dar um passeio de curso e começamos todas a cantar. E fizemos um final de curso aqui em Santo Aleixo, e nesse final de curso é que a gente fez este grupo. Fizemos aquele grupo, para irmos apresentar o final do curso. Fizemos umas peças de teatro, fizemos essas coisas e dali continuámos com esta brincadeira. E assim ainda andamos. Umhas vezes mais, outras vezes menos, mas pronto." (Entrevista nº4)

O grupo é orientado desde a fundação por Isabel Balancho e os ensaios costumam ocorrer na Associação Sol da Vida. Na totalidade, o grupo conta com 16 elementos e atua caracterizado, sendo o seu traje composto por camisa axadrezada, lenço vermelho ao pescoço e calça preta.

Fotografia nº5 - Evento de Homenagem a Francisco Candeias, realizado no âmbito do projeto.



Fonte: Autoria de Valter Rocha.

Atualmente o grupo encontra-se numa fase em que o número de atuações tem diminuído e os constrangimentos de disponibilidade têm sido o impeditivo para uma atividade mais assídua. Segundo Joaquina Neves, os constrangimentos de ordem pessoal têm limitado a atuação do grupo:

“Já temos saído mais. Agora vamos faltando, umas porque não podem, outras porque estão de luto, outras porque isto e porque o outro. E é assim.” (Entrevista nº4).

A relação entre os dois grupos corais femininos é de rivalidade. Os elementos que compõem o Grupo Coral Feminino Sol da Vida são mulheres retornadas da emigração, a quem lhes foi reconhecido um status mais elevado na aldeia, em resultado da construção de habitações ostentatórias de riqueza, e pelo facto de não necessitarem de trabalhar após a reforma.

Por outro lado, as mulheres que compõem o Grupo Coral Feminino Papoilas em Flor são maioritariamente aposentadas do trabalho rural. As que ainda exercem atividade fazem-no em profissões pouco qualificadas, de que são exemplo as empregadas domésticas. Neste grupo, a maioria das mulheres mantém atividade paralela na agropecuária familiar, para garantir a sua subsistência pós-reforma. Estas posições antagónicas na estrutura social da aldeia, geram situações conflituosas entre os elementos dos dois grupos. Como refere Ana Marques da Silva, algumas mulheres têm rejeitado integrar o grupo Papoilas em Flor e reagido de forma discriminatória aos seus convites:

“[...] outras não iam porque agora formaram um grupo das mais ricas. “Atão” a gente convidámos uma mulher que veio da Suíça. Não fui eu, foi outra do meu grupo. “Vê lá Zéfa se queres vir para o nosso grupo”. “Ora achas? Achas que eu vou para o grupo?”. Tinham desprezo, tinham desprezo, pensam que tinham mais vergonha na cara que as que “távam” cantando no grupo. [...] E ela “antão” “táva-se” pondo lá, mas como é o grupo de ricas que vêm da Suíça, com boas reformas, pensam que são mais que a gente, nem nas solas nos ganham.”

Em Santo Aleixo da Restauração a prática formal feminina do cante iniciou apenas há 13 anos. Este começo tardio é revelador das dificuldades de emancipação da mulher, que mesmo após a queda do regime salazarista continua a ser alvo de um forte controlo social na aldeia.

Estes primeiros grupos surgiram no seguimento da medida impulsionadora do mestre Francisco de Almeida Candeias, quando integrou na década de 90 a título definitivo, duas mulheres no grupo masculino. A atividade dessas duas mulheres serviu para

quebrar dogmas do passado e comprovar quotidianamente às mulheres, que eram legítimas herdeiras e portadoras de um património imaterial, que durante décadas ajudaram a construir ao lado do homem nos árduos trabalhos rurais.

Os dois grupos femininos têm origem no contexto da aldeia, não sendo fruto da expressão reflexiva de um quotidiano de trabalho, mas de uma reconstrução ancorada na memória social de um quotidiano vivido colectivamente.

Atualmente os três grupos vivem de uma ligação nostálgica ao passado e da sua transfiguração e adaptação para a prática do cante. Como veremos no próximo subcapítulo, as modas assentam num contexto de espetáculo, onde está presente o esforço dos grupos na reconstrução do passado. Este é oferecido ao público através de um formato de montra panorâmica, para a qual são convidados a olhar e descobrir as representações de um quotidiano que faz parte do passado.

5.3. Conceito de Espetáculo na prática formal do Cante

O conceito de espetáculo é desenvolvido com a passagem da prática espontânea do cante para uma prática formalizada e padronizada do Cante. Nesta reconfiguração, o cante é reconhecido enquanto prática de grupo, definida pela presença de uma polifonia vocal e pela ausência de acompanhamento instrumental. A tipologia dos grupos pode ser mista, masculina ou feminina e a polifonia vocal está assente na execução da moda (segunda e quarta estrofe) precedida de cantiga (primeira e terceira estrofe). A voz do ponto inicia a primeira estrofe (cantiga), pondo em evidência o seu poderio vocal e recorrendo ao uso de ornamentos melódicos, executados dentro da estrutura melódica pré-concebida. O alto é a voz que se segue, partindo do primeiro verso da segunda estrofe e aplicando sobre a estrutura melódica pré-definida pelo ponto, uma terceira superior, com utilização de ornamentos melismáticos. Por fim, juntam-se os baixos ou segundas, que retomam conjuntamente com o ponto a estrutura melódica iniciada por este, enquanto o alto se mantém à terceira superior.

A moda assume neste modelo o papel de mensagem emitida para o receptor (público), alimentada por um simbolismo imbuído na representação da vida quotidiana. Como afirma Bento Figueira, é através da escrita de modas que o letrista exprime a ligação entre um passado distante e a sua recriação:

“Porque normalmente as modas que eu faço, que são aquelas modas que nós cantamos, são tudo modas que têm um fundamento. E “atão” tem sido sempre. Porque agora cantar modas, dizer “dé” para rimar com “ré”, ou coisa assim só por isso. Eu não faço modas desse jeito, têm que ter um fundamento, pronto.” (Entrevista nº3)

Através do processo criativo, o letrista inclui representações de um Alentejo distante, que posteriormente são interpretadas pelo grupo, provocando reações no público de identificação e/ou de encantamento. Como refere Ana Marques da Silva, as modas escritas por ela representam sempre o quotidiano vivido:

"Pois, então a gente canta aquela coisa com muita...sei lá. Gosta a gente, faz mesmo modas à nossa terra e faz modas ao nosso tempo “ceifeira alentejana”. A gente gosta." (Entrevista nº 2)

Nesta representação cénica, as modas apresentam-se enquanto montras panorâmicas, a partir das quais o público pode contemplar um conjunto de temas, onde figuram representações do trabalho, da religião, da identidade local, das condições de vida, do bucolismo, da mágoa e do sentimento de saudade. A moda “Santo Aleixo Já não tem⁷⁰”, transporta-nos para a realidade do despovoamento e do duplo envelhecimento que tem atingido a população da aldeia, face à queda do antigo modelo de organização social dependente do mercado de trabalho da agricultura extensiva:

Santo Aleixo já não tem
Os homens de antigamente
Foi o tempo que os levou
E levou-os para sempre

Hoje temos saudades
Do tempo que já não vem
Da antiga mocidade
Que o nosso povo não tem

O momento de atuação constitui uma montra panorâmica do Alentejo, onde são expostas e oferecidas as memórias sociais de uma ruralidade encenada e fabricada

⁷⁰ Moda cedida pelo autor Bento Figueira, no dia 21 de Janeiro de 2015

socialmente, em representação do quotidiano dos seus contextos. Como refere Bento Figueira, durante as atuações os cantadores sentem-se representantes de Santo Aleixo da Restauração, não só pelas suas particularidades técnicas, que os distinguem no ato de cantar dos restantes grupos, mas também pelo sentimento de pertença identitária que os leva a executar modas representativas da sua aldeia:

"Sempre, cantamos sempre onde vamos, sentimos sempre santo aleixenses mesmo a fundo. Nós temos uma maneira de cantar diferente de qualquer povo, grupo aqui do concelho. A nossa maneira de cantar é diferente, não há grupo aqui no concelho que cante com a nossa maneira de cantar. Não sei porquê. Será do povo "tar" aqui neste sítio, ou maneira da nossa fala, do nosso estilo, dessa coisa, será isso. Qualquer coisa será. Deve ter influência a maneira de falar da gente." (Entrevista nº3)

A moda "A Minha Terra é Tão Linda"⁷¹, é uma das modas representativas da aldeia, sendo executada pelo Grupo Coral Papoilas em Flor como símbolo de identidade cultural:

A minha terra é tão linda
Está no fim do Alentejo
Sua beleza não finda
E Dá-te mais valor ainda
É coisa que eu mais invejo

Seu encanto não tem fim
Como ela não há igual
Princesa do Alentejo
É coisa que eu mais desejo
Rainha de Portugal

Tens uma história tão linda
Dos nossos antepassados
Tens uma estátua na praça
Por isso te dá mais graça
Com os seus nomes gravados

⁷¹ Moda da autoria de Ana Marques da Silva, recolhida no dia 20 de Janeiro de 2015

Durante as atuações os grupos mantêm uma identidade grupal e não procuram destacar-se individualmente, resguardando por isso a sua própria identidade. Segundo Bento Figueira, durante as atuações evitam apresentar os cantadores individualmente por nome, pois preferem que as pessoas apenas os identifiquem pela voz:

“Há alguns que têm a mania até de grupos, cada pessoa tem lá a sua maneira de ser. Agora vamos a cantar a moda tal, faz o ponto é fulano tal e o outro faz fulano tal. Eu não, eu nunca digo cá quem é o ponto, nem quem é o outro. Em os ouvindo sabem quem é, se quiserem. Se não souberem, também não têm precisão de saber, fica cá para a gente.” (entrevista nº3)

Em palco, cantadores e cantadeiras adoptam uma postura corporal firme e próxima, para que a polifonia se ouça em uníssono, evitando que a voz de cada cantador saía dispersa e multidireccionada. De acordo com Bento Figueira a proximidade corporal facilita a execução vocal do grupo:

“Por isso, porque normalmente terá que ser assim não? Nós depois para fazermos um desfile teremos que ir assim, quanto mais unidos formos mais junta fica a voz, mais bonito fica o som. O som vem mais acompanhado, porque se tiver um só, lá além, outro lá além, outro lá além, aquilo é uma coisa espalhada. E assim não, assim é junto.” (Entrevista nº3)

Na contemporaneidade os espaços performativos do cante formal estão reduzidos aos encontros de cante, às festividades locais e às iniciativas da autarquia e junta de freguesia. Como refere Bento Figueira, os grupos são convidados maioritariamente para encontros e desfiles organizados por outros grupos corais. Estes encontros de cante coincidem com as datas de formação dos grupos organizadores:

"Sempre às festas, normalmente era nas festas, nos desfiles dos grupos. No máximo que se saia era nos desfiles dos grupos, qualquer dia de semana que fazia ali um desfile de grupos, eram quando nós éramos convidados.” (Entrevista nº3)

Confrontados com o conceito de espetáculo, os cantadores desenvolvem preferência pela atuação em palco, embora reconheçam que o cante executado em círculo traz maiores benefícios e facilita a sua realização em grupo. Como alude Bento Figueira, nos

ensaios quando existe dificuldades na execução das modas, os cantadores recorrem à disposição em círculo para as solucionar:

Olhe, para lhe dizer a verdade canta-se melhor à roda de uma mesa que nem em cima do palco. Sabe porquê? Eu já lhe vou explicar porquê. Porque a gente se cantar aqui à roda desta mesa, “tamos” olhando todos uns para os outros e vimos a figura uns dos outros e com os próprios olhos corrigem os outros. E se formos assim a cantar em cima do palco, ninguém vê ninguém, estamos com as costas voltas uns para os outros e pronto, e já cada um se expressa à sua maneira e à sua vontade. [...] Nos ensaios já temos experimentado isto. Quando nós não queremos digo: “vamos lá cantar assim em volta, virá como se acabaram os enganos”. A mesma moda: “entramos, fazemos assim, cantamos em volta acabaram-se os enganos”. Mais fácil cantar assim em coro, assim em grupo e em redondo, que nem quando é em fila." (Entrevista nº3)

Da relação com o público os cantadores apenas exigem silêncio durante a execução das modas, e a sua gratificação final com aplausos. A relação que mantém com o público é muito impessoal, pois estes não esperam grandes manifestações de apreço, porque a sua receptividade nem sempre é a melhor:

“A gente desde que as pessoas se “ajuntem” lá, que sejam da onde forem, e quando a gente acaba de cantar sejamos aplaudidos, a gente gostamos...” (Entrevista nº1).

Na contemporaneidade, a prática formal do cante de Santo Aleixo da Restauração está dependente de uma gestão pública, levada a cabo pela Câmara Municipal de Moura e União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. São estas organizações que sedem os apoios logísticos e financeiros que permitem aos grupos subsistir e efetuar as deslocações para as atuações. É por estas organizações que passa também a decisão de integração dos grupos nas atividades e iniciativas a nível local, tendo este poder a capacidade de incentivar a prática ou de isolá-la.

Os grupos de Santo Aleixo continuam a atuar gratuitamente, não havendo qualquer propensão da parte dos cantadores para a profissionalização da prática. Estes praticam o cante por gosto e mantém uma tradição de inexistência de honorários:

"Não, não, nunca. Já nos têm dado dinheiro, fomos a uns casamentos, até mesmo lá a Moura, têm-nos dado mas nunca nos disseram. Logo quando acabávamos de cantar dão-nos dinheiro, têm-nos dado dinheiro. Mas nunca nos disseram que nos davam." (Entrevista nº 3)

Para a manutenção do conceito de espetáculo, é necessário garantir para além do suporte financeiro e logístico do grupo, as orientações técnicas de um mestre de cante. Como veremos no próximo subcapítulo, ao mestre são destinadas funções artísticas e de gestão de recursos humanos, imprescindíveis à manutenção da prática formal do cante.

5.4.Liderança e Funções do Mestre de Cante

No conceito de espetáculo associado ao cante alentejano, os cantadores devem obedecer a um conjunto de técnicas de posicionamento vocal adequadas a cada um dos papéis desempenhados pelos cantadores na polifonia vocal. É neste sentido que a orientação do mestre se torna imprescindível para a coordenação dos cantadores quer em palco, quer em ensaio.

Os mestres de cante são eleitos pelos cantadores entre os elementos do grupo. Este processo está de acordo com o estilo de liderança carismática definido por Max Weber (1971). O autor considera que o “líder carismático ganha e mantém a autoridade exclusivamente provando a sua força na vida” (Weber, 1971, p.287). Neste sentido, o processo de escolha dos mestres de cante é feito com base no carisma do cantador, levando a que posteriormente este desenvolva um estilo de liderança carismática, com traços de uma ação autocrática.

A mestra Ana Marques da Silva é exemplo de um estilo de liderança autocrática, não facilitando nas indicações e exigindo às suas mulheres trabalho e concentração durante os ensaios e atuações. Como é detentora de um poder que lhe foi reconhecido, esta tem legitimidade para não permitir que interfiram nas suas opções de orientação. Por vezes recorre a medidas mais drásticas, como a expulsão de elementos do ensaio, para garantir a ordem e o seu funcionamento correto. Segundo Ana Marques da Silva, ao mestre estão-lhe destinadas todas as responsabilidades:

"Muitas dores de cabeça, essas são as principais. E ninguém respeita ninguém! Vem um senhor aqui, que a gente convidamos, que diz: "Ó senhora Ana como é que você dá conta destas mulheres? Então eu sou um homem e não dou conta das minhas". Digo: "Dou! Ou vão ou racham!". Uma vez, uma que não gostou assim muito, mandei-a embora, desceu as escadas e foi-se embora. É aquela moça que lá tá, que começa às vezes as modas, a Anica Candeias. Elas têm que ser como eu lhes digo a elas, tá bem que às vezes buscamos dizer todas, mas quando querem mandar naquilo que não sabem, digo: "olha ou cantas ou tão aí as escadas, desci-as e vai-te embora". E assim foi o que ela fez, mas logo voltou. Isso é assim, a gente gosta de fazer bem feito como é lá fora. Às vezes anda aqueles sarrabulhos no ensaio, daqui, dali, mas quando sai: "raparigas! raparigas!". Vai tudo com aquele coiso, lá se temos portado bem."

Contudo, os cantadores exigem ao mestre justificações quando as suas opções técnicas culminam em más atuações. Como afirma Bento Figueira, o mestre é responsável pela totalidade das decisões:

"São as responsabilidades todas, são as responsabilidades todas. Se há um erro: "tu não devias ter mandado a começar esta moda". Se a moda é feia: "tu tinhas-me dito para cantarmos a outra". Se andam mal: "tu devias ter mandado a fazer assim". As funções são essas, a função da responsabilidade. A responsabilidade é toda de quem tá de posse das coisas. Toda!" (Entrevista nº 3)

Em suma, podemos definir que as responsabilidades de um mestre de cante englobam: a) o recrutamento de novos cantadores; b) a coordenação e orientação dos ensaios; c) a escolha do repertório para atuação; d) a escolha de solistas (alto e ponto); e) a definição do posicionamento corporal e postura de palco; f) a gestão das atuações; g) a organização de eventos; h) e a gestão dos apoios logísticos e financeiros.

O mestre é o responsável pela gestão dos cantadores, sendo o seu papel de extrema importância para a manutenção do grupo e para a garantia da sua atuação em espaço performativo.

A prática formal do cante é atípica em Santo Aleixo da Restauração, na medida em que a aldeia possui dois grupos corais femininos e um misto. A presença feminina no cante formal é mais forte, revelando que apesar da emancipação da mulher ter sido tardia, esta

veio revitalizar e salvaguardar a prática do cante em Santo Aleixo. Com a entrada das mulheres na prática formal do cante, surgiram novas letristas e foram recuperadas modas que apenas eram entoadas pelas mulheres durante os trabalhos da monda do cereal.

Em capítulo seguinte, abordaremos a prática espontânea na contemporaneidade, procurando identificar a sua localização sócio espacial, os seus protagonistas e os condicionalismos impostos pelo contexto. Por fim, apresentaremos as soluções propostas pelos informantes chave para fazer face aos condicionalismos, e assim garantir a continuidade da prática do cante alentejano.

6. Prática Espontânea do Cante na Contemporaneidade

Após as alterações impostas ao anterior modelo de organização societária, onde predominava o sector primário e as relações de trabalho estruturadas pela posse da terra, os trabalhadores passam a permanecer largos períodos em inatividade, devido à escassez de ofertas de trabalho.

Com a reforma agrária ainda houve por um curto espaço de tempo, entre o final de 1974 e o início de 1977 algum trabalho, mas este revelou-se insuficiente para enfrentar o início do processo de contrarreforma agrária.

Com a transição para um novo modelo agrícola baseado essencialmente na exploração agropecuária industrial e no turismo cinegético, somos levados a questionar o posicionamento sócio espacial da prática espontânea do cante na contemporaneidade. Da mesma forma que se revela importante compreendermos quem são os seus protagonistas, numa aldeia onde o despovoamento tem sido contínuo desde a década de 40 do séc. XX.

Nas primeiras décadas do séc. XX a prática espontânea do cante era caracterizada pela sua transversalidade sócio espacial, sendo possível encontrar quem o executasse em contexto de trabalho, nas festividades locais e familiares, no espaço casa, na taberna, nos bailes de rua, e sociedades recreativas. Hoje esta transversalidade e diversidade encontra-se diluída no quotidiano, tendo a sua prática sido trespassada maioritariamente para a formalização do cante:

" Naquele tempo cantava-se para aí em qualquer sítio, agora é que já cantam na casa do povo." (Entrevista nº1)

Embora a população idosa de Santo Aleixo da Restauração represente cerca de 32% (grupo etário dos 65 e mais anos) da população residente na aldeia em 2011 (Tabela nº5), estes números não se revelam num acréscimo de cantadores. Os que se dedicam à prática, preferem ocupar os seus tempos de lazer na sua vertente formal, recorrendo com menor frequência à sua prática espontânea. Como afirma Ana Marques da Silva, o cante espontâneo em contexto de trabalho, transitou para as práticas formais:

"Há mais vagar. No trabalho...agora há mais vagar para a gente cantar ali nos ensaios. Já ninguém canta no trabalho. porque já não há muito trabalho. Nada, nada, nada!" (Entrevista nº2)

Quando não é executado formalmente este surge associado a uma cultura boémia, ligada a espaços de sociabilidades, como os cafés e a Sociedade o Pimpim. Com o despovoamento a maioria das antigas sociedades recreativas foram encerradas⁷², tendo resistido apenas a Sociedade "Os Restauradores, conhecida na aldeia por o Pimpim. Nos cafés a prática espontânea surge maioritariamente nos dias das festividades locais, ou quando são organizados jantares de convívio no Pimpim. Como declara Ana Marques da Silva o cante espontâneo:

"Ainda existe! Eu não lhe digo, qualquer copo de vinho nem menos, põem-se logo a cantar nessas explanadas, nessas coisas todas." (Entrevista nº2)

Atualmente as mulheres já frequentam os cafés e a Sociedade o Pimpim, embora apareçam maioritariamente após a hora de almoço, em curtos espaços de tempo para beber café. Com este acesso aos espaços que maioritariamente eram usados por homens, a mulher conquista gradualmente o espaço público da aldeia e concomitantemente o acesso à prática espontânea do cante. Como confirma Ana Marques da Silva:

"A gente vai beber a bica, se eles lá tiverem cantando, a gente canta com eles. Agora já é diferente." (Entrevista nº2)

⁷² Foram encerradas a Sociedade da Rosinha (Rua do Meio); Sociedade dos Marmelos (Rua Eira Tavares); Sociedade de Cima (Rua da Igreja); Sociedade Pé-Descalço (Rua Nova); Sociedade dos Morais (Rua dos Carrascos).

Nas festividades locais é quando ocorre a sua manifestação espontânea mais efusiva. Joaquina Neves refere que as festividades são motivo de união e de socialização entre os santoaleixenses, sendo por isso frequente a presença do cante alentejano:

“Em alturas de festas. Em alturas de festas, tanto em romaria...Agora por exemplo, para a festa de St. António, fazem aquela romaria, cada um temos os nossos ranchos, naqueles piqueniques. E a gente tem aquele rancho, além canta. Cantamos os homens, cantamos as mulheres, que a gente “tamos” todos. “Tamos” nós, tão os nossos maridos, tá as colegas, tão os maridos das colegas. “Tamos” tudo. Aquela ranchada junta, naquele piquenique e ali canta tudo.”
(Entrevista nº 4)

Na romaria da Festa de St. António, reúnem-se em acampamento improvisado junto à ermida, sendo o cante praticado e potenciado por essa interação. Na festa da Tomina, os cantadores reúnem-se nos cafés e aproveitam a presença dos migrantes de Santo Aleixo para praticarem o cante. No 1 de Dezembro, a população comemora a restauração da independência, reunindo-se na praça da Restauração e no Pimpim, onde grupos de cantadores executam modas temáticas da comemoração. A moda “Santo Aleixo Povo Herói” é cantada sempre durante as cerimónias protocolares do dia 1 de Dezembro, na praça da restauração, pelo Grupo Coral da Casa do Povo. Esta moda é considerada por muitos santoaleixenses o hino da aldeia, pelo facto de representar a construção social dos feitos históricos dos heróis de Santo Aleixo, na guerra da restauração:

Santo Aleixo povo herói
Que na história estás gravado
Tens uma estátua na praça
Recorda os tempos passados.

Recorda os tempos passados
Desses tempos de valor
Santo Aleixo abençoado
És povo restaurador.

Na contemporaneidade a manifestação da prática espontânea do cante foi escasseando à medida que os seus protagonistas foram deixando Santo Aleixo, na procura por melhores condições de vida.

No espaço público da aldeia, a prática espontânea do cante encontra-se nos cafés e na Sociedade Pimpim, onde os homens procuram uma fuga e alienação do quotidiano, através de sociabilidades que envolvem o consumo de bebidas alcoólicas.

Para a mulher, a conquista do espaço público permitiu-lhe partilhar os espaços de sociabilidade com os homens, mas apenas o procuram fazer para a toma do café, não permanecendo nesses espaços por longos períodos de tempo.

Atualmente os bailes são acompanhados por grupos de instrumentos amplificadas, não havendo espaço para os tradicionais bailes de cante. No salão da Casa do Povo continua a notar-se a divisão sócio espacial segundo o género, pois a mulher permanece maioritariamente na sala de baile, enquanto o homem se encontra mais próximo ao bar. A interação entre os géneros para a dança, acontece com maior frequência entre os jovens adolescentes e entre os casais.

Na rua, as arruadas de cante que culminavam em bailes já fazem parte do passado. No espaço casa, o cante em homofonia ocorre pontualmente e associado às tarefas domésticas, sendo executado maioritariamente pela mulher.

A análise deste capítulo permitiu-nos compreender que houve uma transição da prática espontânea do cante para a prática formal, que acompanhou a transição do trabalho rural de uma fase de abundância para uma fase onde reina a escassez. Essa transição levou o cante espontâneo para espaços onde é permitida a interação grupal, como os cafés e a Sociedade o Pimpim. No restante contexto da aldeia, a prática do cante é residual, ganhando apenas dinamismo durante as festividades locais, com o retorno da população migrante.

No seguinte subcapítulo, procuraremos entender os condicionalismos que a alteração na organização social da aldeia trouxe a prática do cante alentejano.

7. Condicionalismos à prática do cante na contemporaneidade

Olhando para os condicionalismos da prática do cante, conseguimos estabelecer ligações entre os praticantes e uma regulamentação pública do cante. Os grupos de Santo Aleixo da Restauração são apoiados pela Câmara Municipal de Moura (CMM), através de apoios logísticos e financeiros acordados pelo regulamento de apoio ao movimento associativo. Estes apoios constituem os únicos recebidos pelos grupos ao

longo de todo o ano, o que causa uma grande dependência destes face à autarquia. Esta situação pode trazer problemas aos grupos se a CMM reduzir drasticamente os seus apoios, pois estes foram educados para viver na dependência, não lhes tendo sido inculcado um verdadeiro espírito de associativismo. A CMM acordou com a Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração os seguintes valores para os anos 2013 e 2014: Se os grupos atuassem em mais de 10 atuações, a CMM atribuía em 2013 um apoio financeiro de 1.250€; No ano de 2014 a CMM protocolizou pelo mesmo número de atuações 659€ de apoio financeiro para cada um dos grupos. Estes valores representam já uma redução nos apoios financeiros, o que vem reforçar o alerta para uma situação de dependência condicionada. Como afirma Bento Figueira, os grupos dependem exclusivamente dos apoios financeiros da CMM:

“Da câmara, mais nada, nem mais um avo. Não recebemos mais apoios nenhuns, nenhum, nenhum, nenhum. Ninguém nos dá mais nada.” (Entrevista nº3)

Esta situação gera uma relação de poder desigual entre a autarquia e os grupos corais, que pode dar origem a situações de barramento de atuação aos grupos, ficando os mesmos sem acesso aos valores protocolados. Como afirma Bento Figueira, a CMM não tem integrado o Grupo Coral da Casa do Povo nas suas iniciativas, limitando-lhe a ação e contribuindo indiretamente para a sua inatividade (os grupos apenas ensaiam quando têm atuações agendadas):

"Agora já há muito tempo, não sei porquê. Mas costumávamos, até aí ao ano passado, ou há dois anos, convidavam-nos sempre, sempre, sempre. A Câmara de Moura “tava-nos” sempre convidando para qualquer coisa que houvesse, convidava-nos logo a Câmara de Moura à gente. À gente, só o nosso grupo que íamos a cantar.” (Entrevista nº3)

Outro dos problemas resultantes desta gestão pública do cante, são as cedências de autocarro nas épocas de grande atividade para bandas filarmónicas e grupos corais do concelho, o que leva a que por vezes a cedência de transporte seja negada aos grupos corais pela grande afluência de pedidos associativos. De acordo com Isabel Balancho:

“Até porque depois temos o problema dos transportes sabe que inviabiliza muito e nós não podemos também ir, por vezes pedem-nos. Agora a RTP nós tínhamos lá um, no preço certo também fomos convidados para irmos lá mas depois tá o

transporte e não há rendas e é sempre um problema. Maneira que “tamos” muito condicionados aqui...” (entrevista nº5)

O envelhecimento dos elementos dos grupos corais, é outro dos condicionalismos à prática. Segundo os mestres, os grupos são constituídos maioritariamente por elementos com idades intervaladas entre os 60-70 anos, o que deixa a prática do cante condicionada. Ana Maria Chouriço ilustra as dificuldades que os cantadores idosos passam durante as atuações:

"É isso que eu lhe digo, os novos não querem e os velhos coitados, pois tem que ir deixando, porque uns vão morrendo e outros não conseguem já. Porque ali vão eles muitos a cantar, e muitas das vezes têm que se ir “assentar”, não se é capaz de “tar” muito tempo de pé." (Entrevista nº1)

Os jovens de Santo Aleixo nascem hoje numa nova era. Estes já não necessitam de ingressar no trabalho com apenas 10 anos, para garantir a subsistência familiar, como ocorria com a maioria dos cantadores dos grupos. Os jovens gozam de mais tempo para se construírem e desvendarem as suas potencialidades, aproveitando estes o acesso facilitado à cultura global. Como refere Ana Marques da Silva, os jovens:

"Têm outras maneiras de ser, com estes computadores, com estas coisas, os rapazes não vão agora pôr-se a cantar à alentejana e deixam aqueles jogos, aquelas coisas. Mas era mais bonito fazerem isso, tudo tem a sua hora. Podiam jogar, podiam brincar mas podiam-se dedicar também ao cante. Cá na minha terra não, não aprendem um acordeão, não aprendem nada, não fazem nada, nada." (Entrevista nº2)

Na contemporaneidade o local e o global confundem-se, levando a situações em que os jovens vivem no local mas projetam as suas ações para o global, sob a influência de múltiplos contextos mundiais. Segundo Bento Figueira, quando lhes faz os convites para ingressarem no grupo, os jovens recusam e chegam mesmo a troçar dos elementos do grupo:

“Porque eu custa-me dos convidar. Não cantam, passa a gente com o grupo, é só passar o grupo começam a cantar para trás, até fazem calar a gente. Parece que

até fazem assim aquilo numa espécie de brincadeira, ou fazendo pouco, ou qualquer coisa assim." (Entrevista nº3)

Neste sentido, o conhecimento das tradições da sua aldeia não lhes desperta interesse perante as solicitações a que têm acesso. Tornam-se indiferentes à reconstrução de um passado, com o qual não se identificam e quando aderem aos grupos de cante representam apenas de forma teatral, sendo a sua expressão uma ação reflexo e não uma ação resultante de um processo de reminiscência identitária com o passado.

Os grupos veem os convites para atuação serem reduzidos, constituindo este outro condicionalismo à prática, na medida em que os grupos apenas ensaiam com maior frequência quando há convites para atuação. Os mestres afirmam não conseguir manter uma rotina de ensaios, pois os elementos reagem com um comportamento de abstenção à responsabilidade:

“Às vezes há uma: “aí tenho que ir aqui, tenho que ir ali” - e nem sempre comparecem todas. Aquela da primeira que “tava” ontem “emburrinchada” (de birra), aquela é que às vezes menos comparece, depois logo não vê que no fim vai-se de tom.” (Entrevistas nº1)

Mesmo na própria aldeia, as comissões organizadoras das festividades locais têm restringido as atuações dos grupos nas festividades. Há três anos que os grupos corais não atuam na romaria da festa de St. António. Estas ações condicionam a prática e criam nos elementos do grupo sentimentos de exclusão. Como refere Bento Figueira:

“Tá a festa da Tomina, tá o 1 de Dezembro, tá a festa de Santo António. A festa de St. António é que já há três anos que não nos convidam. Dois ou três anos que não nos convidam, trazem outros de fora, não nos convidam à gente.” (Entrevista nº 3)

A redução das atuações contribui para o descrédito da continuidade da prática e para o afastamento do cante do quotidiano dos seus praticantes. Este fator, agregado ao desinteresse dos jovens e ao envelhecimento dos praticantes, pode levar os grupos a terminar a médio prazo. De acordo com Joaquina Neves:

"Os que tão interessados vão sendo velhos, os jovens não se interessam. O grupo chega a pontos que não tem os elementos que é devido, terá que acabar.

Conforme é os homens, é o nosso e samos todos. Em não havendo interesse pelas coisas, era digno de não se acabar. Era para não deixarem acabar. Eu já não digo os nossos, mas o grupo coral dos homens era para não acabar. Tem sido uma coisa que no tempo da pobreza havia muita gente, agora que há mais farturas não há ninguém porquê? No tempo que não havia nada, tudo cantava."

O último factor condicionante depreende-se com os rituais da morte. Em Santo Aleixo as questões do luto têm sido transversais ao longo de séculos e continuam a ser seguidas à risca pelos seus habitantes. O luto condiciona o cante alentejano, pois no caso de falecimento de familiares diretos, os cantadores costumam deixar de cantar por longos períodos de tempo, ou mesmo para sempre:

"Já têm enviuvado, outras morre-se-lhe famílias ou...tá aí uma senhora morreu-lhe o filhinho. É assim pronto, só por mortes de familiares, abandonar, abandonar ninguém tem abandonado, só por mortes mais nada." (Entrevista nº2)

Todos estes factores têm levado à diminuição do número de cantadores nos grupos corais de Santo Aleixo da Restauração, que se apresentam atualmente em número variável entre 10 e 17 elementos:

"Tivemos aí um convite, tivemos que desistir dele, aí pra Associação dos Reformados de Moura, porque foi quando eu adoeci e logo faltaram-me os altos também e tive que desistir dele. E "atão" nunca mais coiso, nunca mais ninguém nos convidou." (Entrevista nº3)

A falta de elementos tem levado à recusa de convites para atuação, obrigando a que os grupos parem de atuar por longos períodos, pondo em risco, a salvaguarda da prática do cante no contexto de Santo Aleixo da Restauração. De acordo com Santos (2008, p.2) "[...] praticar uma determinada forma de expressão cultural é a melhor maneira de preservá-la [...], devendo estes primeiros indicadores ser interpretados como reflexos da incapacidade dos grupos para garantir, de forma isolada a salvaguarda do cante alentejano.

Atores como a Câmara Municipal de Moura, a União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração, e as Comissões organizadoras das festividades locais, não devem demitir-se das suas responsabilidades, pois ao optarem pelo não envolvimento

dos cantadores nas suas atividades culturais, estão a contribuir para o afastamento da prática do cante dos seus contextos de produção. Por isso, não basta apenas que se eleve a prática do cante a Património de Interesse Municipal⁷³, ou a Património Cultural Imaterial da Humanidade, se esse reconhecimento não se reverter na prática, em políticas de apoio, envolvimento e salvaguarda do cante.

Conclusões

Quando parti para o primeiro registo etnográfico das comemorações da restauração da independência (dia 1 de Dezembro de 2014) em Santo Aleixo da Restauração, estava ainda longe de perceber por que malhas se teciam os significados culturais atribuídos ao cante alentejano naquele contexto.

Durante as minhas presenças na aldeia, deambulei entre o espaço privado e o espaço público, fazendo destes o meu espaço empírico, onde questioneei, através de uma sociologia do quotidiano (Pais, 2007), as memórias sociais e representações quotidianas da prática do cante.

Parti para esta investigação com o objetivo de compreender os significados culturais atribuídos ao cante alentejano no contexto de Santo Aleixo da Restauração, de forma a perceber se esta prática mantinha um carácter duplo, entre o que é a prática quotidiana e o que é a sua patrimonialização.

Como refere Paulo Peixoto (2002), a emergência de um património num determinado contexto, segue geralmente três etapas. A primeira fase ocorre quando um grupo ou sociedade, produz de forma espontânea o que necessita para garantir a sua sobrevivência quotidiana. A segunda fase corresponde à tomada de consciência, que ocorre quando o objeto produzido é colocado fora do campo utilitário inicial, devido a uma qualquer transformação no contexto. E por fim, a terceira fase coincide com a elevação do objeto simbólico que adquire identidade patrimonial, passando a justificar e a reclamar um *status* de gestão coletiva.

⁷³ O Cante Alentejano foi elevado a Património de Interesse Municipal no ano de 2005. No seguimento desta classificação, a autarquia desenvolve a 1ª e única edição do Festival do Cante, que decorreu no dia 25 de Agosto de 2007, e para o qual os grupos de Santo Aleixo da Restauração não foram convidados.

Se aplicarmos estas três etapas à análise da emergência do cante alentejano, conseguimos compreender, sendo o contexto de Santo Aleixo da Restauração um espaço de relações de força e de sentido, que a emergência do cante ocorre numa resposta às lutas posicionais na organização societária da aldeia.

Em Santo Aleixo da Restauração imperava uma organização societária fundada na posse da terra. A terra enquanto fator primordial no processo produtivo torna-se um elemento distintivo para os grupos que a detém, influenciando o posicionamento dos diferentes grupos sociais na organização societária de Santo Aleixo. Assim sendo, a terra produzia relações de poder desequilibrantes, que deixavam os trabalhadores em situações de dependência e submissão face aos proprietários da terra.

Ao longo das quatro primeiras décadas do século XX a produção cerealífera foi responsável pelo grande dinamismo agrícola da aldeia, sustentado no forte apoio estatal à produção trigueira. Durante este período, encontravam-se numa posição de poder os latifundiários e grandes proprietários das herdades envolventes, que geriam a terra maioritariamente de forma indireta, através do estabelecimento de contratos de arrendamento e parceria. E em posição de submissão e dependência, encontravam-se os trabalhadores rurais e seareiros.

Viviam-se tempos em que a população estava quotidianamente ligada ao trabalho rural, cujo dinamismo estruturava o funcionamento de toda a aldeia. É desta relação estabelecida entre o trabalho rural e o grupo social dos trabalhadores assalariados, que a manifestação espontânea do cante se fortalece. O grupo dos trabalhadores rurais, submetidos a longos períodos de trabalho árduo, recorriam à prática espontânea do cante como forma de evasão ao contexto de trabalho, criando assim uma identidade coletiva, que resulta das homogeneidades de condições e disposições de classe (Silva, 1994).

O facto de o trabalho ser realizado por ranchos de trabalhadores, que podiam ser mistos, masculinos ou femininos (dependendo da colheita) facilitava a interação entre eles e tornava a polifonia possível. No quotidiano o cante desempenhava uma função de motivação para o trabalho, estando presente transversalmente em todos os períodos que compreendiam a sua atividade diária. Ele acompanhava os trabalhadores nas suas deslocações, na jornada de trabalho, nas pausas e nas pernoitas quando a colheita assim o exigia. Era responsável pelos momentos de interação entre trabalhadores e servia de

base melódica para os bailes de cante e despique realizados por estes nos montes das herdades.

O cante não vivia apenas no contexto de trabalho, transitando com os trabalhadores para o contexto da aldeia, onde era executado de forma diferenciada segundo o género, uma vez que o espaço público era de acesso livre ao homem e de acesso condicionado à mulher.

A variável género associada aos códigos de honra feminina, condicionava o acesso da mulher aos espaços de interação social, deixando-a afastada da prática do cante. Esta apenas cantava no espaço público em situações específicas, como as festividades locais, os bailes de cante e rituais religiosos e familiares. Excetuando estas situações, a mulher apenas cantava em homofonia no espaço casa, durante a realização de tarefas domésticas que garantiam o seu reconhecimento social.

O homem era quem praticava, com maior regularidade, o cante alentejano no espaço público da aldeia. Este frequentava as tabernas, espaço de sociabilidades masculinas, onde a prática do cante convivia com a vida boémia dos cantadores. O cante executado nas tabernas era espontâneo e podia ganhar contornos de despique. Por vezes, a realidade vivenciada nas tabernas era transposta para o espaço público da aldeia, através das arruadas de cante.

Com a ditadura do Estado Novo, os cantadores são alvo de uma tomada de consciência, resultante do movimento de instrumentalização e regulamentação nacionalista da prática.

Com a repressão do Estado Novo, o cante espontâneo foi alvo de várias ações de intimidação nas tabernas. A ligação das palavras à cultura boémia era vista com desconfiança pelos poderes regulatórios do regime. Esta vigilância sobre a taberna, obrigou os cantadores a moldar as temáticas das modas, deixando de lado tudo o que envolvesse a crítica política.

Através da implementação dos organismos primários do corporativismo, os trabalhadores são obrigados a associar-se à Casa do Povo a partir de 1943, ficando estes sob o controlo do Estado e vigilância do patronato. As Casas do Povo eram os representantes a nível local da “política do espírito” do SPN, que por intermédio da FNAT, promoveu uma campanha de identificação da cultura nacional, onde procurava filtrar a autenticidade no ruralismo e regular os movimentos espontâneos, convertendo-

os em grupos especializados. A prática do cante é colocada pela primeira vez fora do seu campo utilitário inicial, através da visão folclorista do património levada a cabo pelo Estado Novo, com o intuito de cristalizar, limitar e controlar a evolução das práticas.

O Grupo Coral de Santo Aleixo, iniciado em 1934 por livre associação de trabalhadores rurais, vê-se obrigado a transitar para a Casa do Povo, onde foi alvo da instrumentalização nacionalista do Estado Novo. Durante este período o grupo sofre alterações no traje e na identidade, passando a denominar-se Grupo Coral da Casa do Povo de Santo Aleixo da Restauração, e a atuar em representação da bandeira da Casa do Povo.

Quando os organismos corporativos chegam a Santo Aleixo, o modelo de organização social já começava a dar sinais de desgaste. A partir de 1934, com as superproduções de trigo, os seareiros da aldeia tiveram graves problemas com os excedentes de produção. Estes não detinham condições de armazenagem e como não conseguiam escoar a sua produção total, comprometiam a sementeira do ano seguinte. O acesso ao crédito estava limitado à boa vontade dos proprietários da terra, o que levou a que os seareiros recorressem à adulteração dos períodos de pousio das terras para fazer face às rendas e aos custos de cultura.

Os anos de exploração intensiva dos solos foram desnitrindo e desertificando as superfícies, o que levou a Junta de Freguesia a tomar a decisão de abandonar o arrendamento do lote 13 da Herdade da Contenda. Esta decisão teve impactos negativos para os seareiros, que passaram a ter que arrendar as terras diretamente à Câmara Municipal de Moura. Muitos ficaram sem terra e na aldeia começaram graves problemas de desemprego, uma vez que a quebra de produção no trigo era sinónimo da diminuição das ofertas de trabalho.

As crises do trabalho tiveram o seu pico com a entrega da Herdade da Contenda aos Serviços Florestais, devido aos graves problemas de desertificação dos solos, que resultaram de décadas de exploração intensiva de culturas arvenses. Os hectares perdidos deixaram muitos seareiros sem terra e muitos trabalhadores sem trabalho, iniciando-se na aldeia o processo de despovoamento. Entre 1950 e 1970 Santo Aleixo da Restauração perdeu 1256 pessoas das 3021 pessoas que constituíam a sua população residente em 1950. Esta quebra populacional ilustra também a quebra do modelo agrícola assente na explosão extensiva. Esta alteração trouxe consequências ao nível do

recrutamento de trabalhadores, pois deixam de ser necessários grandes ranchos de trabalhadores, sendo o trabalho direcionado progressivamente para um processo de industrialização, que deixa no desemprego os trabalhadores assalariados.

Com a queda deste modelo agrícola caiu também a prática do cante alentejano em contexto de trabalho. Aquilo que era o trabalho ao ritmo do cante, passa a ser o trabalho ao ritmo da máquina. Os braços são substituídos pelas máquinas e as vozes abafadas pelos motores ruidosos, tendo estas alterações provocado nova tomada de consciência na prática do cante. Com o abandono progressivo do contexto de trabalho, a prática do cante transitou e ficou reduzida aos espaços de sociabilidades e às festividades locais.

Durante o período de mudança para a democracia constitucional Portuguesa, o cante é alvo de uma impulsão democrática, passando este a acompanhar os comícios e as manifestações dos trabalhadores, onde assume novamente uma forma espontânea impulsionada pelas lutas sobre a posse da terra. A Reforma Agrária ainda trouxe a esperança do retorno aos tempos áureos da produção agrícola (onde a prática do cante ditava os ritmos do trabalho), mas a conjugação entre as dificuldades de um país à procura de estabilidade e a inexperiência gestonária dos ocupantes da terra, fizeram o sonho terminar e agravar ainda mais os problemas de emprego na aldeia.

Hoje o espaço rural tem sido reconvertido e ajustado aos novos consumos. A produção agrícola deu lugar a uma aposta no turismo cinegético, que torna o espaço rural num espaço mais para receber do que para viver. Face a esta nova conjuntura, a prática do cante perde por completo o seu contexto de emergência primária, obrigando os cantadores a uma reinvenção do passado em meio rural, utilizando para isso a prática formal do cante.

O cante encontra-se hoje entregue à prática de três grupos corais, sendo um deles misto e os restantes femininos. A prática espontânea encontra-se reduzida aos cafés e às festividades da aldeia, e não encontra nos jovens os futuros catalisadores da sua salvaguarda. Atualmente os três grupos são compostos maioritariamente por idosos, sendo o envelhecimento um dos condicionalismos à prática do cante. Os cantadores idosos vivem de uma ligação nostálgica ao passado, a que recorrem através da memória social para a escrita de modas. É desta forma que o passado passa a ser consumido no presente, como resposta nostálgica e de resistência à mudança.

Na contemporaneidade, a prática é alvo de processos de patrimonialização, de nível local e global. Segundo Paulo Peixoto (2006, p.66) o “momento de atribuição de um estatuto patrimonial corresponde ao reconhecimento da morte de uma identidade”, no sentido em que há uma desadequação entre o seu campo utilitário inicial e a sua prática quotidiana no presente. Como verificamos em parágrafo anterior, o cante surge de forma espontânea, dando voz aos trabalhadores ruais que compartilhavam uma identidade colectiva fundada na partilha das mesmas condições e disposições de classe. Com o fim deste modelo agrícola, a prática do cante alentejano deixa de estar fundada numa identidade de classe para ser reconvertida num signo dessa identidade vivida e partilhada.

Após a instrumentalização da prática do cante por parte do Estado Novo, os contextos de prática espontânea vão dando cada vez mais lugar a uma prática formal, resultante de uma cristalização patrimonial que tinha em vista a representação cultural dos modos de vida tradicionais.

Em 2005 o concelho de Moura reconhece o cante alentejano como Património de Interesse Municipal. O cante é elevado novamente a estatuto de património, num movimento local de salvaguarda, ancorado numa visão produtivista do património. Desta forma, o cante alentejano passa a funcionar enquanto objeto de produção cultural para os outros, onde as modas são usadas como montra panorâmica do passado, que se dá a conhecer ao público através de um conceito de espetáculo. Enquanto Património de Interesse Municipal, os grupos vivem na dependência gestonária da autarquia, que através da atribuição de apoios logísticos e financeiros, garante a subsistência e as deslocações dos grupos para as atuações. É pela autarquia que passam as decisões de integração dos grupos de cante do concelho nas atividades e iniciativas a nível local, possuindo esta o poder de incentivar ou de isolar a prática.

Neste contexto de patrimonialização o cante é exercido em representação do passado e a sua capacidade de resiliência justifica-se na persistência dos cantadores, que vivem nostalgicamente estes fragmentos do passado.

Em consideração à problemática que guiou esta investigação, parece-nos oportuno fazer referência a algumas limitações que condicionaram este trabalho, assim como proceder a recomendações para futuras investigações.

Refiro-me em primeiro lugar, à inscrição recente do cante alentejano como Património Cultural da Humanidade, que devido aos timings desta dissertação, não nos permitiu uma recolha de dados que possibilitasse interpretar e compreender os impactos desta patrimonialização na prática do cante em Santo Aleixo da Restauração. Como proposta futura, seria pertinente um regresso a Santo Aleixo da Restauração no ano de 2025, de forma a analisarmos os efeitos das estratégias de salvaguarda neste contexto.

Em segundo lugar, as limitações temporais impediram uma etnografia multi-situada da prática do cante alentejano. Torna-se portanto pertinente para trabalhos futuros, que se proceda à comparação entre dois, ou mais contextos empíricos.

Bibliografia

Almeida, M., & Melo, M. (2007). As Novas Ruralidades: do Lavrador ao Empresário Agrícola, do Espaço Agrário ao Espaço Lazer. In M. Motta (Ed.), *Terras Lusas: A questão Agrária em Portugal* (pp. 102–142). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

Amaral, L. (1994). Portugal e o passado : política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo. *Análise Social*, XXIX(128), 889–906.

Amaral, L. (1996). Política e economia: O Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC. *Análise Social*, 31(136-137), 465–486.

Andresen-Leitão, N. (2004). O convidado inesperado: Portugal e a fundação da EFTA, 1956-1960. *Análise Social*, 39(171), 285–312.

Autoridade Florestal Nacional. (2010). Plano de Gestão Florestal - Perímetro Florestal da Contenda. Lisboa: Autoridade Florestal Nacional.

Balancho, I. (23 de Abril de 2015). Cante Alentejano: Entre o quotidiano e a patrimonialização de uma prática cultural. (D. Rodrigues, Entrevistador)

Baptista, F. O. (1986). Trabalhadores Agrícolas e Trabalhadores Familiares: Dez anos de Factos, Debates e Projectos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, 411-450.

Baptista, F. O. (1994). A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo a Comunidade Europeia. *Análise Social*, XXIX(128), 907–921.

Bardin, L. (2015). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barreto, A. (1983). O Estado e a Reforma Agrária: 1974-1976. *Análise Social*, vol. XIX(77-78-79), 513-575.

Baum, M. (1998). Autogestão e cultura política: o impacto da reforma agrária no Alentejo vinte anos depois. *Análise Social*, 33(148), 709–740.

- Bondaz, J., Bideau, F., Isnart, C., & Leblon, A. (Eds.). (2014). *Les vocabulaires locaux du "patrimoine". Traductions, négociations et transformations*. Zürich: Lit Verlag.
- Cabeça, S. (2016). *Estrutura e processo de formação das formas culturais: o caso do Cante Alentejano*. Universidade de Évora.
- Cabeça, S., & Santos, J. (2010). As Mulheres no Cante Alentejano. In *International Conference on Oral Tradition* (pp. 31–38). Ourense: Concello de Ourense.
- Cabeça, S., & Santos, J. (2013). Cante Alentejano: “formas culturais”, um objecto transdisciplinar. In *II Congresso Anual de História Contemporânea. Universidade de Évora* (pp.1-17). Évora: Universidade de Evora.
- Caldeira, A. (8 de Junho de 1940). Cantos Regionais. *Jornal de Moura*, 2.
- Caldeira, B. (1997). *Aldeia Heróica: Santo Aleixo da Restauração*. Lisboa: Edições Colibri Sociedade & Quotidiano.
- Câmara Municipal de Moura. (2013). *Memórias de Santo Aleixo da Restauração (1º ed.)*. Moura: Câmara Municipal de Moura.
- Caria, T. (2002). Da estrutura prática à conjuntura interactiva – relendo o Esboço de uma teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 64, 135–143.
- Castelo Branco, S., & Branco, J. F. (2003). *Vozes do povo - A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Castelo-Branco, S. (1992). Some Aspects of the “Cante” Tradition of the town of Cuba: Portugal. In M. Rodrigues, M. Morais, & R. Nery (Eds.), *Livro de Homenagem a Macario Santiago Kastner*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castelo-Branco, S. (2010). *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX (volume 1 – A a C)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Castelo-Branco, S. (2010). *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX (volume 2 – C a L)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Castelo-Branco, S. (2010). *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX (volume 3 – L a P)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Castelo-Branco, S. (2010). *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX (volume 4 – P a Z)*. Lisboa: Temas e Debates.
- Castelo-Branco, S., & Branco, J. F. (2003) Folclorização em Portugal. In *Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal*. Lisboa: Celta.
- Chouriço, A. M. (21 de Abril de 2015). Cante Alentejano: Entre o quotidiano e a patrimonialização de uma prática cultural. (D. Rodrigues, Entrevistador)
- Correia, A. J. (1997). *Moura Culturas e Mentalidades*. Moura: Câmara Municipal de Moura.

- Costa, A. C. (1939). Problemas Sociais: A Taberna. *Jornal de Moura*, 2.
- Cutileiro, J. (2004). *Ricos e Pobres no Alentejo (2º ed.)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- De Certeau, M. (1984). *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press.
- De Certeau, M. (1990). A Beleza do Morto: o conceito de cultura “popular.” In *A invenção da Sociedade*. Lisboa: Tifel.
- Direcção Geral de Estatística. (1934). VII Recenseamento Geral da População de Portugal (1930). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Do Carmo, R. M. (2007). As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX. *Análise Social*, 42(184), 811–835.
- Esperança, E. (1999). *Património - Políticas e Práticas Culturais*. Universidade de Évora.
- Estrela, A. (1978). A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses. Uma revisão crítica. *Análise Social*, XIV(54), 219–263.
- Faria, M., & Almeida, R. (2006). A problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita. *Comunicação & Cultura*, (1), 117–133.
- Figueira, B. (22 de Abril de 2015). Cante Alentejano: Entre o quotidiano e a patrimonialização de uma prática cultural. (D. Rodrigues, Entrevistador).
- Freire, D., Ferreira, N., & Rodrigues, A. (2014). *Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro de arquivos das instituições corporativas (1933-1974)* (ICS Estudos e Relatórios No. 1). Lisboa.
- Graça, L. (1999). *Propriedade E Agricultura : Evolução Do Modelo Do Sindicalismo Agrário*. Lisboa: Conselho Económico e Social.
- Harrison, R. (2013). *Heritage. Critical Approaches*. London: Routledge.
- Harvey, D. (2001). Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies*, 7(4), 319–338.
- Instituto Nacional de Estatística . (1972). Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente 1968. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (1943). VIII Recenseamento Geral da População (1940). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Instituto Nacional de Estatística. (1952). IX Recenseamento Geral da População (1950). Lisboa: Tipografia Portuguesa.
- Instituto Nacional de Estatística. (1963). X Recenseamento Geral da População (1960). Lisboa: Tipografia Portuguesa.

- Instituto Nacional de Estatística. (1970). 11º Recenseamento da População. 1º Recenseamento da Habitação (1970). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (1983). XII Recenseamento Geral da População. II Recenseamento Geral da habitação (1981). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Instituto Nacional de Estatística. (1996). XIII Recenseamento Geral da População. III Recenseamento Geral da Habitação (Censos-91). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2002). XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação (2001). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação (Censos 2011). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). Recenseamento agrícola - séries históricas (1981-2011). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jornal de Moura. (13 de 7 de 1940). Verbana da Caridade: Canções Alentejanas. Jornal de Moura, 1 e 4.
- Jornal de Moura. (20 de Julho de 1940). Verbana da Caridade: As Canções Alentejanas. Jornal de Moura, 4.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2004). Intangible Heritage as Metacultural Production. *Museum International*, 56(1-2), 52–65.
- Kirshenblatt-Gimblett, B. (2006). World Heritage and Cultural Economics. In I. Karp, C. A. Kratz, L. Szwaja, & T. Ybarra-Frausto (Eds.), *Museum Frictions: Public Cultures/Global Transformations* (pp. 161–202). Durham: Duke University Press.
- Lahire, B. (2004). *Retratos Sociológicos: Disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Lains, P. (1994). O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. *Análise Social*, XXIX(128), 923–958.
- Lecoq, N. J. (2014). *A Herdade da Contenda. Uma Paisagem Única como Paisagem*. Universidade de Évora.
- Leite, P. P. (2009). *Memórias da Herdade Rio Frio* (Vol. 1). Coimbra: Centro de Estudos Sociais (CES).
- Lowenthal, D. (1998). *El Pasado es un País Estaño*. Madrid: Akal.
- Lucena, M. De. (1979). Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (III), XV(58), 287–355.
- Mansinho, M. I. (1979). Algumas reflexões sobre a liquidação dos grémios da lavoura do Alentejo e Algarve e respectivas federações. *Análise Social*, XV(59), 525–609.

- Marcus, G. E. (1995). Ethnography in/of the world system: The emergence of Multi-Sited Ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95–117.
- Mareco, S. (2014). *Pôr o Alentejo no Mundo: Expectativas de uma candidatura do cante alentejano a Património Imaterial da Humanidade*. ISCTE - IUL.
- Marshall, C., & Rossman, G. (1999). *Designing Qualitative Research*. London: Sage Publications.
- Melo, D. (2003). A FNAT entre conciliação e fragmentação. In S. Castelo-Branco & J. F. Branco (Eds.), *Vozes do Povo: A Folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Mendes, L. (2009). Movimento de patrimonialização e a emergência de novas procuras de nobilitação rural. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 20(1), 103–112.
- Moniz, J. (2007). *A folclorização do cante alentejano: Um estudo de caso do Grupo Coral Os Ceifeiros de Cuba (1933-2007)*. Universidade Nova de Lisboa.
- Nas, Peter J. M. (2002). Masterpieces of Oral and Intangible Culture. Reflections on the UNESCO World Heritage List. *Current Anthropology*, 43(1), 139-148.
- Nazaré, J. R. (1979). *Música tradicional portuguesa - Cantares do Baixo Alentejo (1º ed.)*. Lisboa: Biblioteca Breve. Instituto de Cultura Portuguesa.
- Neves, J. (23 de Abril de 2015). Cante Alentejano: Entre o quotidiano e a patrimonialização de uma prática cultural. (D. Rodrigues, Entrevistador).
- Orta, J. (1999). O Cante e a Pobreza: uma Abordagem Etno-Histórica. *Arquivo de Beja*, vol. IX, 153–154.
- Pais, J. M. (2007). *Sociologia da Vida Quotidiana (3º ed.)*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pais, J. M., Lima, A., Baptista, J., Jesus, M. De, & Gameiro, M. (1976). Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38 (I). *Análise Social*, XIV(54), 321–389.
- Peixoto, P. (2002). *Os meios rurais e a descoberta do património* (No. 175). *Oficina do Centro de Estudos Sociais (CES)*.
- Peixoto, P. (2006). *O Património Mata a Identidade: Patrimónios e Identidades, Ficções Contemporâneas*. Oeiras: Celta.
- Pérez, X. (2003). “Patrimonialização e transformação das identidades culturais.” In *Portugal Chão* (pp. 231–247). Oeiras: Celta.
- Pérez, X. (2009). *Turismo Rural*. Tenerife: PASOS Edita.
- Pimenta, P. (2006). *A escola portuguesa: do “plano dos centenários” à construção da rede escolar no distrito de Vila Real*. Universidade do Minho.

- Pink, S. (2001). *Doing Visual Ethnography: Images, Media and Representation in Research*. London: Sage.
- Portuguesa, R. e. (Realizador). (1971). Documentário de Santo Aleixo da Restauração [Filme].
- Prats, L. (1997). *Antropologia e Património*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Ribeiro, A. M. (2011). *As vidas de altíssimo risco dos Nogueira Pinto*. Público.
- Rodrigues, D. (2002). Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. *Revista Online Do Museu de Lanifícios Da Universidade Da Beira Interior*, 1(1), 45–52.
- Rosas, F. (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária. *Análise Social*, XXIX(128), 871–887.
- Santos, J. (2008). Que estratégia para a salvaguarda do Cante? In *X Encontro da Moda* (pp. 1–7). Évora: Universidade de Évora.
- Santos, J., & Cabeça, S. (2010). Conservação, salvaguarda, criação e culturas orais: uma aproximação conceptual. In *International Conference on Oral Tradition* (pp. 1–20). Ourense: Concello de Ourense.
- Santos, V. (2004). *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Sardinha, J. A. (1992). Armando Leça e o primeiro levantamento músico-popular realizado em Portugal. *Revista Da Faculdade de Ciências Sociais E Humanas*, 6, 345–376.
- Silva, A. M. (22 de Abril de 2015). Cante Alentejano: Entre o quotidiano e a patrimonialização de uma prática cultural. (D. Rodrigues, Entrevistador)
- Silva, A. S. (1994). *Tempos Cruzados: Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Silva, A. S., & Pinto, J. M. (2007). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sobral, J. M. (1995). Memória e identidades sociais — dados de um estudo de caso num espaço rural. *Análise Social*, XXX(2-3), 289–313.
- Sousa, F. (2015). *Património Cultural Imaterial: MEMORIAMEDIA e-Museu*. Alenquer: Memória Imaterial CRL.
- Stoczkowski, W. (2009). UNESCO's doctrine of human diversity: A secular soteriology? *Anthropology Today*, 25(3), 7–11.
- Taylor, D. (2008). Performance e Patrimônio Cultural Intangível. *Revista Do Programa de Pós-Graduação Em Artes Da EBA/UFMG*, 1(1), 91-103.

Tavares, A. M. (2010). *Dois Tempos, Dois Espaços: A Educação Retrutada no Plano dos Centenários (1940/1950) e No Projecto Deeb (1960/1970)*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Vieira, R. (2009). *Identidades Pessoais: interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Lisboa: Edições Colibri.

Weber, M. (1971). *Ensaio de Sociologia* (2 ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

Weffort, A. (2010). *Vestígios do Elemento Ritual no Canto Colectivo do Baixo Alentejo*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Weffort, A. (2013). O cante alentejano - a hipótese ritual. *Revista Communio*, 2(1), 227–237. Retirado de http://www.academia.edu/15633922/O_cante_alentejano_-_a_hip%C3%B3tese_ritual

Anexos

Grupos profissionais	Anexo nº 1 - N.º de indivíduos recenseados exercendo uma profissão e dos membros da família auxiliando os respectivos chefes População Activa (à data dos censos 1930)								Total da população activa com profissão		Proporção da População activa (HM) com profissão, por grupos profissionais
	Por conta do estado ou do município		Por conta de empresa ou de particular		Por conta própria		Membros da família auxiliando os respectivos chefes				
	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	
Trabalhos Agrícolas	0	0	4478	4130	943	905	2904	19	8325	5054	60,89
Pesca e Caça	0	0	4	4	3	3	6	0	13	7	0,10
Indústrias têxteis	0	0	1	1	1	1	0	0	2	2	0,01
Indústrias de couros e peles	0	0	5	5	3	3	5	0	13	8	0,10
Indústrias das madeiras	0	0	39	39	4	4	16	0	59	43	0,43
Indústrias de metalurgia	0	0	92	92	13	13	59	0	164	105	1,20
Indústrias cerâmicas	0	0	2	2	2	1	3	0	7	3	0,05
Indústrias de produtos químicos e análogos	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0,01
Indústrias relativas ao fabrico de géneros alimentícios	0	0	26	26	25	21	37	0	88	47	0,64
Indústrias de vestuário e calçado	0	0	342	252	149	129	180	0	671	381	4,91
Indústrias de mobiliário	0	0	3	3	2	2	4	0	9	5	0,07
Indústrias relativas à construção civil	3	3	153	153	23	23	102	0	281	179	2,06
Indústrias relativas à construção de meios de transporte	0	0	59	59	21	21	42	0	122	80	0,89
Indústrias relativas à produção e transmissão de forças físicas	3	3	4	4	0	0	3	0	10	7	0,07
Indústrias de trapos e lamas	0	0	3	3	0	0	1	0	4	3	0,03
Indústrias não especificadas nos grupos anteriores	0	0	32	32	25	25	32	0	89	57	0,65
Transportes em caminhos de ferro	2	2	18	18	0	0	16	0	36	20	0,26
Transportes por automóveis	0	0	13	13	3	3	9	0	25	16	0,18
Comércio, telégrafos e telefones	11	9	0	0	0	0	7	0	18	9	0,13
Indústrias de transportes não especificadas	0	0	35	35	12	12	28	0	75	47	0,55
Bancos, estabelecimentos de crédito, seguros	0	0	3	3	0	0	4	0	7	3	0,05
Comércio de têxteis	0	0	2	2	0	0	0	0	2	2	0,01
Comércio de metais	0	0	1	1	1	1	3	0	5	2	0,04
Comércio de produtos cerâmicos	0	0	1	1	0	0	1	0	2	1	0,01
Hotéis, restaurantes, tabernas	0	0	2	2	32	32	29	0	63	34	0,46
Comércio de géneros alimentícios	0	0	9	9	18	18	20	0	47	27	0,34
Comércio de artigos de vestuário e calçado	0	0	5	5	5	5	5	0	15	10	0,11
Comércio de móveis	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0,01
Comércio de construções	0	0	1	1	1	1	1	0	3	2	0,02
Pequeno comércio misto local	0	0	11	11	11	10	12	0	34	21	0,25
Comércio de combustíveis	0	0	2	2	3	3	2	0	7	5	0,05
Comércio de objectos relativos às letras, artes e ciências	0	0	0	0	1	1	1	0	2	1	0,01
Comércios não especificados nos grupos anteriores	0	0	59	54	88	83	82	3	229	140	1,67
Força armada	134	134	0	0	0	0	115	0	249	134	1,82
Funcionários do Estado e dos corpos administrativos	44	44	0	0	0	0	46	0	90	44	0,66
Cultos	2	2	3	3	0	0	0	0	5	5	0,04
Profissões											
Judiciárias	8	8	2	2	6	6	9	0	25	16	0,18
Saúde pública	10	6	5	5	15	15	13	0	43	26	0,31
Professores	8	4	5	1	16	5	5	0	34	10	0,25
Profissões liberais relativas às ciências, letras e artes	0	0	3	3	2	2	1	0	6	5	0,04
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	0	0	0	0	259	198	161	1	420	199	3,07
Serviços domésticos	0	0	0	0	554	0	143	0	697	0	5,10
criados e criadas	0	0	374	65	0	0	0	0	374	65	2,74
Indivíduos definitivamente sem ocupação	55	49	0	0	0	0	39	0	94	49	0,69
Profissões, empregos, artes, ofícios ou ocupações não abrangidos em qualquer dos grupos anteriores	5	4	692	653	101	94	409	7	1207	758	8,83
Total	285	268	6490	5695	2343	1641	4555	30	13673	7634	100,00

Fonte: adaptação de DGE (1934)

Anexo nº 2 - População activa agrícola segundo a idade, sexo e profissão no concelho de Moura (1940)

Profissões	Grupos etários																Total	
	10-14 anos		15-19 anos		20-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60 e mais anos		Ignorada		HM	H
	HM	M	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H	HM	H
Agricultores Patrões	2	2	8	8	69	67	108	105	126	123	157	146	197	178	1	0	668	629
Profissões manuais ou mecânicas próprias da agricultura e pecuária	251	195	1033	796	1831	1451	1512	1240	980	798	822	666	727	610	6	6	7162	5762
Profissões de carácter subalterno, incluindo as relativas à condução de serviços	0	0	0	0	8	8	22	22	24	22	10	9	16	16	1	1	81	78
Outras profissões de carácter agrícola	2	2	1	1	15	12	20	20	15	15	9	8	11	8	0	0	73	66
Profissões mal definidas	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	1
Total	254	197	1034	797	1854	1471	1554	1282	1020	836	841	683	754	634	7	7	7986	6536

Fonte: adaptação de INE (1943)